

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CAMPUS MACAÉ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CIÊNCIAS AMBIENTAIS E CONSERVAÇÃO

Agricultura familiar e Áreas de Preservação Permanente na percepção de agricultores
em um trecho da bacia hidrográfica do Rio Macaé

RAQUEL TAVARES SALLES DE SOUSA

Orientador: Dr. Rodrigo Lemes Martins

Co-orientador: Dr. Gustavo Arantes Camargo

RIO DE JANEIRO, MACAÉ

2016

Agricultura familiar e Áreas de Preservação Permanente na percepção de agricultores
em um trecho da bacia hidrográfica do Rio Macaé

RAQUEL TAVARES SALLES DE SOUSA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais e Conservação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciências Ambientais e Conservação.

Orientador: Dr. Rodrigo Lemes Martins

Co-orientador: Dr. Gustavo Arantes Camargo

RIO DE JANEIRO

2016

Agricultura familiar e Áreas de Preservação Permanente na percepção de agricultores
em um trecho da bacia hidrográfica do Rio Macaé

RAQUEL TAVARES SALLES DE SOUSA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais e Conservação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciências Ambientais e Conservação.

Orientador: Dr. Rodrigo Lemes Martins

Co-orientador: Dr. Gustavo Arantes Camargo

Aprovada por: _____

Prof. Dr. Rodrigo Lemes Martins, Presidente

Prof. Dr. Rafael Nogueira Costa

Prof. Dr. Celso Sánchez Pereira

Prof. Dra. Giuliana Franco Leal

Prof. MsC. Teo Bueno de Abreu

RIO DE JANEIRO

2016

CIP - Catalogação na Publicação

S725a Sousa, Raquel Tavares Salles de
Agricultura familiar e áreas de preservação permanente na percepção de agricultores de um trecho da bacia hidrográfica do Rio Macaé / Raquel Tavares Salles de Sousa. -- Rio de Janeiro, 2016.
86 f.

Orientador: Rodrigo Lemes Martins.
Coorientador: Gustavo Arantes Camargo.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Campus Macaé, Programa de Pós Graduação em Ciências Ambientais e Conservação, 2016.

1. Agricultura familiar. 2. Desenvolvimento rural sustentável. 3. Legislação ambiental. 4. Conservação ambiental. I. Martins, Rodrigo Lemes, orient. II. Camargo, Gustavo Arantes, coorient. III. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

*“A utopia está lá no horizonte.
Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos.
Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos.
Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei.
Para que serve a utopia?
Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.”*

(Eduardo Galeano)

DEDICATÓRIA

À minha filha Joana.

À minha mãe Silma Cléa.

Ao meu companheiro Luiz Fernando.

Aos agricultores e agricultoras do Estado do Rio de Janeiro.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus.

À minha Família.

Ao meu orientador Prof. Rodrigo Lemes Martins por ter me incentivado.

À Elaine Paes pelas palavras de conforto quando meu ânimo fraquejava.

Aos que dividiram comigo o prazer de estudar no PPGCiAC: Laíla, Jeanete, Thiago, Léo Cotts, Jamile, Carina, Letícia, Marcos Vinícius, Laíssa “Flor” e demais mestrandos (a) das turmas de 2013 e 2014.

Ao Grupo de Extensão do projeto “Compartilhando saberes...”: Eduarda, Luan, Mariana.

Aos professores e coordenadores do PPGCIAC, em especial ao Prof. Gustavo Camargo, à Prof.^a Giuliana Franco Leal, ao Prof. Thaddeus Blanchette, ao Prof. Luiz Couceiro.

À Prof.^a Rejane Valverde.

À Prof.^a Maria José Carneiro.

Ao Conselho Deliberativo e toda a equipe da secretaria do PPGCIAC: Miriam, Alexandre, Marla.

À Ana Bibliotecária.

Aos motoristas do NUPEM: Pedrinho, Pedrão e Sílvio.

Em Lumiar agradeço ao Sr. Aldair do Sindicato Rural e ao Sr. Sérgio “gasolina” pela confiança e impulso.

Em São Pedro da Serra agradeço ao Marcos do Horto Terra Romã.

Aos associados da AFASPS, em especial ao Jailton e sua família, Luiz Antônio Lemgruber, Paulinho Eller, Geremias, Gracir, Manuel Ouverney, Gilmar, João Osvaldo, Nelzani Boyfrenza, Idnéa Schimidt, Carol, Érica, Fernando, Celsinho Oliveiras, Neri, Geovani Leal, Bráulio Carvalho. Enfim, aos agricultores e agricultoras que aceitaram participar desta pesquisa, meu agradecimento e carinho.

À Rita pelo estímulo e acolhimento em sua pousada.

Ao Victor Urzua gestor da APA-MC.

À Prefeitura de Macaé, em especial à direção e toda a equipe da secretaria do C.M. Engenho da Praia.

À Emater-Rio representada pelos escritórios locais de Macaé, Nova Friburgo e Quissamã e pelos escritórios Regionais Norte e Serrano.

Ao Programa de Extensão do Ministério da Educação PROEXT MEC e à Pró Reitoria de Extensão do NUPEM, UFRJ Macaé.

Muito obrigada!

RESUMO

Os agricultores familiares de São Pedro da Serra, Nova Friburgo, região serrana fluminense, foram estudados neste trabalho com o objetivo de analisar como a sua organização rural criou alternativas para o enfrentamento do conflito ambiental na região e também, como eles relacionam a coexistência da atividade agropecuária economicamente viável à implantação ou aumento de áreas de vegetação nativa, conforme preconizado pelo Novo Código Florestal e pelo Plano de Manejo da APA de Macaé de Cima. Buscou-se entender a manutenção da atividade agrícola bicentenária, nesta comunidade inserida numa unidade de conservação de uso sustentável, a APA, com um histórico conflituoso devido à abordagem coercitiva dos agentes de fiscalização ambiental. Realizou-se uma pesquisa qualitativa a partir de observações, entrevistas e consulta de documentos, considerando a possibilidade da permanência dos agricultores em sua atividade e o entendimento das leis ambientais pelos mesmos. Essa inserção permitiu experimentar uma diversidade de contrastes sociais, culturais e históricos. A partir deste estudo concluiu-se que somente após a sua organização em associação, os agricultores familiares passaram a ser notados, ouvidos e cada vez mais participam de decisões coletivas. Outros progressos também foram a aprovação de dispositivos legais como Plano de Manejo da APA-MC e a nova composição do Conselho Consultivo da APA-MC. O protagonismo social conquistado pode auxiliar na indicação de soluções relativas à produção agrícola aliada à conservação ambiental, trazendo para o debate, antes conflituoso, uma oportunidade conciliatória.

Palavras-chave: agricultura familiar, desenvolvimento rural sustentável, legislação ambiental, conservação ambiental.

RIO DE JANEIRO

2016

ABSTRACT

The smallholders of São Pedro da Serra, Nova Friburgo, Rio de Janeiro mountain region have been studied in this paper to analyze how their rural organization created alternatives to the confrontation of the environmental conflict in the region and also, how they relate to the coexistence of agricultural activity economically feasible the deployment or increased areas of native vegetation, as advocated by the new forest code and the management plan of the APA of Macaé de Cima. We sought to understand the maintenance of agricultural activity in this community into a bicentennial unit of conservation of sustainable use, the APA, with a troubled history because of the coercive approach of environmental surveillance. A qualitative research from observations, interviews and consultation of documents, considering the permanence of farmers in its activity and the understanding of environmental laws by the same. This allowed insertion experience a variety of social, cultural and historical contrasts. From this study it was concluded that only after their organization in association, the smallholders began to be noticed, ears and increasingly take part in collective decisions. Other progress were also the adoption of legal provisions as the management plan of the APA-MC and the new composition of the Advisory Board of the APA-MC. The social role gained can assist in indication of solutions regarding agricultural production coupled with environmental conservation, bringing the debate, before conflict, a conciliatory opportunity.

Keywords: agriculture, sustainable rural development, environmental legislation, environmental conservation.

RIO DE JANEIRO

2016

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
OBJETIVOS: GERAL E ESPECÍFICOS	21
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	22
1. Apresentação	22
2. Meu lugar na pesquisa	24
3. Matizes teóricos	27
3.1. Conflitos ambientais	27
3.2. Interdisciplinaridade, ciências ambientais e pesquisa qualitativa	29
3.3. Os informantes	33
3.4. Grupo focal	33
3.5. Transcrição dos depoimentos	36
O CÓDIGO FLORESTAL E SEUS PRINCIPAIS ELEMENTOS DE PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS: UM BREVE HISTÓRICO	38
A BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO MACAÉ	40
1. Uma breve caracterização histórico-ambiental	40
2. A pesquisa: o local e seus sujeitos	43
2.1. Uma incursão na história da “Terra dos inhames”	47
2.2. Unidades de conservação na área de estudo	49
DISCUSSÃO.....	54
1. A criação da APA e o surgimento dos conflitos	54
2. Reconhecimento dos sujeitos: a AFASPS e suas reuniões	60
3. Visitas nas propriedades rurais	68
4. Grupo focal e seus depoimentos	70
a) Percepção das Naturezas	73
b) Leis Ambientais	75
c) Noção de cidadania e a produção de alimentos.....	76
CONCLUSÕES.....	78
CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	84
APÊNDICES.....	97
Apêndice 1:ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA.....	97
Apêndice 2:TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE.....	98

Apêndice 3 : Tabela 01 - Atividades mensais desenvolvidas em trabalho de campo com os agricultores em São Pedro da Serra, Nova Friburgo, RJ, durante os três anos de pesquisa e extensão	100
Apêndice 4: Tabela 03 - Unidades de conservação nas diferentes esferas da administração pública, localizadas na região do alto curso do Rio Macaé conforme a década em que foram aprovadas.....	101
ANEXO 1 – Cópia de Ata de Reunião (duas páginas) da AMOLA e o MP-RJ em 24/09/2008 em atendimento a notificação da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do núcleo Friburgo, Nova Friburgo, RJ.....	103
ANEXO 2 – Informativo da UFT com circulação em julho de 2008, uma iniciativa popular de divulgação sobre os objetivos da APA-MC na região e a opinião dos moradores.....	105
ANEXO 3 – Portaria nº 25 INEA de 28/05/2012 com a nova composição do Conselho Consultivo da APA de Macaé de Cima com reuniões ordinárias trimestrais, previstas em seu Regimento Interno.....	106

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Vista da Praça de São Pedro da Serra e coreto e aos fundos o morro de São Pedro com 940 m de altura

Figura 02 – Trecho do Rio São Pedro pertencente à sub-bacia do Alto Macaé

Figura 03 – Vista da Pedra dos Maffortts, atração turística da localidade e ponto identitário de São Pedro da Serra

Figura 04 - Mapa da bacia hidrográfica do Rio Macaé

Figura 05 – Mapa da bacia hidrográfica do Rio Macaé em destaque com as representações dos municípios integrantes e vizinhos

Figura 06 – Mapa de Nova Friburgo, RJ

Figura 07 – Mapa das unidades de conservação presentes na bacia hidrográfica do Rio Macaé

Figura 08 – Foto do documento IC 72/09 em apreciação na 1ª PJTC do MP RJ de Nova Friburgo

Figura 09 – Foto de uma área de produção agrícola em encosta em São Pedro da Serra, apresentando afloramentos rochosos à direita e mata no topo do morro

Figura 10 – Produtos locais na Exposição da Agricultura Familiar de São Pedro da Serra, Nova Friburgo

Figura 11 - Produção local diversificada exposta na Festa do terceiro Aniversário da AFASPS

Figura 12 – Foto em reunião da AFASPS em fevereiro/2015

Figura 13 – Foto da Exposição da Agricultura Familiar em julho/2015

Figura 14 – Foto do 2º encontro do Grupo Focal de Agricultores de São Pedro da Serra, Nova Friburgo, RJ

Figura 15 – Foto do encerramento das entrevistas do Grupo Focal de Agricultores de São Pedro da Serra

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Atividades mensais desenvolvidas em trabalho de campo com os agricultores em São Pedro da Serra, Nova Friburgo, RJ, durante os três anos de pesquisa e extensão

Tabela 02 - Composição do Grupo Focal de Agricultores de São Pedro da Serra, município de Nova Friburgo

Tabela 03 - Unidades de conservação nas diferentes esferas da administração pública, localizadas na região do alto curso do Rio Macaé conforme a década em que foram aprovadas

Quadro 1 – Tipificação de conflitos associados à agenda pública

LISTA DE SIGLAS

ACAMEP – Associação Candido Mendes de Ensino e Pesquisa

ACISPS – Associação Comercial e Industrial de São Pedro da Serra

AFASPS – Associação de Agricultores Familiares de São Pedro da Serra e adjacências

AMASPS – Associação de Moradores e Amigos de São Pedro da Serra

AMOLA – Associação de Moradores de Lumiar e Adjacências

APA - Área de Proteção Ambiental

APAMC - Área de Proteção Ambiental de Macaé de Cima

APP – Área de Preservação Permanente

AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos de Agricultura Alternativa

CAR – Cadastro Ambiental Rural

CBH – Comitê de Bacia Hidrográfica

CEASA – Central de Abastecimento

CEJMC – Colégio Estadual José Martins da Costa

CIDE – Centro de Informações e Dados do Estado do Rio de Janeiro

CONEP – Conselho Nacional de Ética na Pesquisa

CPDA – Centro de Pesquisas em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade

CPT – Comissão Pastoral da Terra

DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF

DECLAN – Declaração Anual

DNOS – Departamento Nacional de Obras e Saneamento

EMATER-RIO – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro

EPI – Equipamento de Proteção Individual

ETE – Estação de Tratamento de Esgoto

FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

FAPERJ – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

FEEMA – Fundação Estadual de Engenharia e Meio Ambiente

FETRAF – Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar

GF – Grupo Focal

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IC – Inquérito Civil

INEA – Instituto Estadual do Ambiente

INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social

IPCC – Painel Intergovernamental de Mudanças do Clima

ITR – Imposto Territorial Rural

IUCN – União Internacional para a Conservação da Natureza

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

MaB – Programa Homem e Biosfera da UNESCO

MAPA – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento

MEC – Ministério da Educação

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MP-RJ – Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

NIT – Número de Identificação do Trabalhador

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PED – Parque Estadual do Desengano

PETP – Parque Estadual dos Três Picos

PJTC – Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva

PPGCiAC – Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais e Conservação

PRA – Programa de Regularização Ambiental

PROEXT – Programa de Extensão

PRONAF – Programa Nacional da Agricultura Familiar

RBMA – Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

RENASEM – Registro Nacional de Sementes e Mudanças

SINDAF- NF – Sindicato dos Agricultores Familiares de Nova Friburgo

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

TCLE – Termo de Conhecimento Livre e Esclarecido

UC – Unidade de Conservação

UENF – Universidade Estadual do Norte Fluminense

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

UFT – União Famílias da Terra

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

INTRODUÇÃO

O Brasil, além de apresentar uma das maiores taxas de diversidade biológica do planeta, é um dos países de maior diversidade cultural. Sociedades desenvolveram um conhecimento aprofundado e extenso das características ambientais e das possibilidades de manejo dos recursos naturais dos territórios que ocupam. (DIEGUES, 2000).

Na região sudeste, devido às características históricas da ocupação do solo, boa parte das nascentes de cursos d'água se localiza na área rural, em terras acidentadas e de difícil mecanização, que não despertaram interesse de empreendimentos do agronegócio. Estas terras, principalmente nas áreas montanhosas fluminenses da Mata Atlântica e da Serra do Mar, permaneceram nas mãos de comunidades de agricultores familiares. Essa população rural tem sido a principal provedora de alimentos para o consumo das cidades e também gestora de mananciais, desenvolvendo um manejo específico dos recursos naturais, adequado às dificuldades encontradas. Apesar de sua importância no fornecimento de itens que garantem certa diversificação na mesa dos moradores das cidades, boa parte das vezes, o que se observa é que aos agricultores familiares também recai o ônus da conservação ambiental, enquanto os benefícios são alocados em outros setores da sociedade (HOGAN, 2007).

Para a segurança alimentar e nutricional, a produção de alimentos de qualidade deve ser considerada uma estratégia para o desenvolvimento da sociedade e a valorização do agricultor é um dos pilares desta proposta. Neste âmbito, a necessidade de mudanças, que já estão em andamento ao redor do mundo, organizadas por várias instituições em parceria com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO, através de documentos, conferências, programas e incentivos. Um exemplo destes documentos é o relatório da ONU “Pequenos agricultores, segurança alimentar e meio ambiente” (2014):

os agricultores possuem conhecimentos locais que podem oferecer soluções práticas, necessárias para a agricultura atingir um patamar mais sustentável, para tanto eles precisam de apoio adequado para superar os desafios que enfrentam. Portanto deverá ser dada redobrada atenção às dimensões sociais, econômicas e culturais envolvidas em sua atividade, uma vez que os agricultores determinam diretamente a percepção de uso dos ambientes naturais e a adoção de boas práticas agronômicas.

“Nos últimos anos vários organismos internacionais, entre eles o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas - IPCC, apontaram que está em curso um processo chamado de mudanças climáticas, que tem várias consequências sobre o clima” (NUPEM/UFRJ, 2015, p.23). E como esclarece:

O Quarto Relatório de Avaliação do IPCC, especialmente a primeira parte, “A Base na Ciência Física”, divulgada no começo deste ano [2007], praticamente eliminou qualquer possibilidade de dúvida sobre a realidade da mudança no clima (IPCC, 2007, p.5). A clara conclusão em relação à crescente frequência e intensidade dos eventos extremos de tempo, relativos a extremos de temperatura, ventos e chuvas reforça a importância dos fenômenos que estamos discutindo e muda o contexto das políticas públicas e da opinião pública. A cobertura sem precedentes da mídia, acompanhada de prioridade governamental mais alta, também afetou a comunidade acadêmica. Muitos cientistas, inclusive cientistas sociais para os quais a mudança climática era de interesse remoto, hoje reconhecem que a questão tem consequências sérias que requerem o envolvimento de disciplinas que não estão em geral presentes na pesquisa sobre o clima. (HOGAN, 2007, p.75)

A preocupação com as futuras gerações, a utilização da natureza de uma forma menos impactante, a defesa e a valorização das populações locais, dentre outras condições, formam uma nova direção para o modelo de desenvolvimento, assentado no tripé economia-ecologia-equidade social: o desenvolvimento sustentável (ZHOURI e LASCHEFSKI, 2010).

O Estado do Rio de Janeiro possui aproximadamente 15 milhões de habitantes (IBGE, 2010), 80% concentrados na região metropolitana, correspondendo ao segundo maior mercado consumidor do país. Além do quadro de degradação ambiental que se apresenta, outro grande problema é resolver a oferta de alimentos para esta população aglomerada nos centros urbanos.

A responsabilidade de garantir o abastecimento dos grandes centros urbanos, somada aos impactos das mudanças no clima colocam as populações rurais em situação de fragilidade e vulnerabilidade:

Embora estejamos diante de uma desordem ecológica global, particularmente visível quando abordada a partir da água, seus efeitos, estão longe de ser distribuídos igualmente pelos diferentes segmentos e classes sociais, pelas diferentes regiões e países do mundo, assim como estão muito desigualmente distribuídos os meios de lidar com a questão. (...) Esse problema vem sendo acusado por populações camponesas em diferentes regiões e lugares no Brasil, que não mais conseguem fazer as previsões do tempo com a mesma precisão de não mais que trinta anos atrás. Assim, diferentes culturas e, com elas,

diferentes modos de se relacionar com a natureza também vão sendo extintos e, com eles, todo um enorme acervo de conhecimentos diversos de como lidar com as dinâmicas naturais (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 149).

A relação aparentemente conflitante entre agricultura e meio ambiente é reportada em estudo sobre políticas públicas do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas - IPEA, que mostra uma possibilidade integradora, a partir da abordagem agroambiental:

No Brasil, observa-se que as políticas de desenvolvimento agropecuário e a política ambiental foram historicamente desenvolvidas em paralelo, sem a necessária integração, resultando, muitas vezes, em ações conflitantes. As primeiras, em diversos casos, atuaram na promoção da insustentabilidade, ao estimular o desmatamento, o uso inadequado de produtos químicos, a ocupação de espaços mais frágeis, entre outras ações. Enquanto isto, a política ambiental teve seu foco principal na limitação de atividades potencialmente poluidoras, a partir de instrumentos típicos de comando e controle, como o licenciamento ambiental e a aplicação de sanções disciplinares. Neste contexto, as abordagens agroambientais surgem como uma tentativa de integrar e articular estas duas políticas setoriais, de modo a corrigir as distorções e criar uma maior sinergia entre elas. (SAMBUICHI et al., 2014, p. 12)

Com recursos financeiros do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BIRD, através do Programa de Desenvolvimento Sustentável em Microbacias Hidrográficas – RIO RURAL, a EMATER-RIO desenvolve há dezesseis anos ações integradoras com projetos ambientais e produtivos, onde produtores rurais e pescadores artesanais são o público-alvo. Outros estados também apresentam políticas públicas semelhantes, tendo como referência de planejamento as microbacias.

De acordo com o relatório da Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, o município de Nova Friburgo atualmente é considerado um polo regional, exercendo influência sobre quase todos os municípios da Região Serrana. A agricultura, distintamente do Norte e Noroeste fluminenses, é uma atividade estável com características empresariais, com destaque para a olericultura e a floricultura.

A região do alto da bacia do rio Macaé foi ocupada no início do século XIX por imigrantes, que iniciaram a colonização de Nova Friburgo, desenvolvendo uma agricultura de base familiar dedicada à cafeicultura, à produção de subsistência e à criação de bois, aves e porcos (MEYER e ARAÚJO, 2003 *apud* SÁ REGO, 2012).

As localidades de Macaé de Cima, Lumiar e São Pedro da Serra, no referido município, estão atualmente inseridas em uma Área de Proteção Ambiental – APA de Macaé de Cima, reconhecida pelo Decreto Estadual 29.213 de 14 de setembro de 2001. A criação da APA tem relação direta com um conjunto de transformações sociais, econômicas, culturais e espaciais, iniciado com a chegada de novos moradores, sitiados fugindo dos centros urbanos e em busca de uma forma alternativa de vida (SÁ REGO, 2009).

Segundo relatos coletados junto à Associação de Agricultores Familiares de São Pedro da Serra - AFASPS há, aproximadamente, trinta anos atrás 90% dos habitantes da localidade eram agricultores. As atividades agropecuárias foram substituídas por atividades vinculadas ao turismo, à construção civil, ao comércio e à prestação de serviços, para atenderem às demandas da região, se transformando nas principais fontes de renda de seus antigos moradores (SÁ REGO, 2009).

A APA, por meio do seu plano de manejo e pela ação dos gestores, tem agido de forma a promover a “regularização ambiental”, conforme previsto em instrumentos legais como o Código Florestal e o Decreto 4.340/2002, dessa forma, acirrando discursos e conflitos entre o poder público e moradores locais (SANTOS, 2009 *apud* MENDES, 2010).

De fato, as ações previstas nos instrumentos criados pelo Código Florestal e pelo Decreto 4.340/2002 são cruciais, por exemplo, à manutenção da qualidade da água (AZEVEDO, 2011). No entanto, conforme os membros da Associação de Agricultores Familiares de São Pedro da Serra, as transformações trazidas pela implantação da APA Estadual de Macaé de Cima, não garantiram a manutenção da tradição da atividade rural, responsável pela conservação da área até o presente.

Segundo Santos (2009 *apud* MENDES, 2010) o Decreto de criação da APA-MC nº 29.213/01 não se mostrou adequado à realidade da região, em especial no referente à questão dos agricultores locais, que desenvolviam historicamente técnicas próprias de rotação de culturas e de pousio para cultivar a terra.

Na sua origem legal, a APA é uma unidade de conservação de uso sustentável, pautada pelas práticas do desenvolvimento sustentável. De acordo com a Lei Federal 9.985/00 (Sistema Nacional de Unidades de Conservação, SNUC):

(...) Art.4, inciso XIII, (objetivo) proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e

valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.

(...) Art. 5, inciso III, (diretriz) assegurar a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação.

(...) Art. 7, §2º O objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

Para Laschefski e Costa a APA destaca-se no contexto do desenvolvimento sustentável, planejamento e gestão territorial, pois envolve a mobilização do conhecimento local, a criação de estruturas de diálogo e a negociação. Sobre a APA eles relatam:

Trata-se de uma unidade de uso sustentável que tem por objetivo proteger a biodiversidade frente ao desenvolvimento econômico, mantendo o equilíbrio social e ambiental. A implementação das APAs prevê a criação de um conselho consultivo, composto por representantes das instituições públicas, do setor privado e da sociedade civil, com o objetivo de conciliar as diversas necessidades e interesses. Dessa forma, espera-se solucionar conflitos socioambientais por meio da construção de consensos sobre determinadas questões. (LASCHEFSKI e COSTA, 2007, p. 307)

OBJETIVOS: GERAL E ESPECÍFICOS

Para esta pesquisa buscou-se, como objetivo geral, analisar como a organização de agricultores familiares criou alternativas para o enfrentamento de conflito ambiental na região e também, como eles relacionam a coexistência da atividade agropecuária economicamente viável e a implantação ou aumento de áreas de vegetação nativa, conforme preconizado pelo Novo Código Florestal e pelo Plano de Manejo da APA de Macaé de Cima a ser implantado.

E como objetivos específicos:

- (1) Avaliar a percepção do conhecimento dos agricultores em relação à legislação ambiental;
- (2) Reconhecer as formas de organização social dos agricultores familiares diante dos conflitos gerados pela implantação da APA de Macaé de Cima;
- (3) Verificar o discurso da organização dos agricultores no sentido de legitimar o projeto de desenvolvimento do território pretendido pelo grupo;

(4) Compreender as implicações da legislação ambiental sobre as práticas de agricultura familiar e as demandas que podem auxiliar na manutenção da mesma.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

1. Apresentação

A presente pesquisa vinculou-se inicialmente ao Projeto de Extensão Universitária¹ “Compartilhando saberes: integrando a cadeia produtiva da recuperação de áreas degradadas na bacia do Rio Macaé, numa perspectiva socioambiental”, editais 2013/2014 do PROEXT-MEC para a realização de atividades de educação ambiental conduzidas pelo tema ÁGUA em escolas, associações de agricultores, etc., além da elaboração e divulgação de uma cartilha sobre a recuperação das matas ciliares do Rio Macaé, com explicações e detalhamento sobre alguns artigos da Lei Federal nº 12.651/12, o novo Código Florestal. Nesta perspectiva, o emprego de metodologias participativas com os agricultores de São Pedro da Serra em Nova Friburgo – RJ (área de estudo Figuras 01 a 03) foi a melhor proposta de aproximação entre pesquisador e pesquisados.

Ao longo do desenvolvimento do projeto “Compartilhando Saberes” foi feito o primeiro contato com a Associação de Agricultores Familiares de São Pedro da Serra e adjacências (AFASPS), associação constituída como núcleo de organização e apoio ao agricultor familiar.

A AFASPS se reúne na localidade de São Pedro da Serra, 7º distrito de Nova Friburgo, e é formada por famílias de agricultores da região do rio São Pedro da Serra, um importante contribuinte da bacia do rio Macaé. Essa localidade integra a APA de Macaé de Cima e os processos de transformação social, econômica, cultural e espacial são sentidos pela comunidade (MENDES, 2010; SÁ REGO, 2009).

¹ O projeto de extensão “Compartilhando Saberes” teve início no ano de 2013, na região que abrange a Bacia do Rio Macaé, visando reconhecer os produtores de mudas da região e divulgar esses dados junto aos agricultores, desejosos de realizar a adequação ambiental de suas propriedades, conforme o Código Florestal (Lei 12.651/2012). Enquanto experiência de extensão universitária, esse projeto recebeu o prêmio de melhor trabalho de extensão do ano de 2015, apresentado e laureado durante o 12º Congresso de Extensão da UFRJ.



Figura 01 - Vista da Praça de São Pedro da Serra e coreto e aos fundos o morro de São Pedro, com 940m de altura. (Fonte: Acervo próprio setembro/2013).



Figura 02 – Trecho do Rio São Pedro pertencente à sub-bacia do Alto Macaé. (Fonte: M. J. Carneiro / 2009).



Figura 3 – Vista da Pedra dos Maffortts, atração turística da localidade e um dos pontos identitários de São Pedro da Serra. (Fonte: Acervo próprio setembro/2013).

A participação nas reuniões da AFASPS serviu como lócus privilegiado para a observação direta, técnica empregada para investigar os saberes e as práticas da vida social e reconhecer as ações e representações coletivas.

Com base nos problemas apresentados a partir das reuniões, foram selecionados procedimentos metodológicos da pesquisa sociológica e antropológica no contexto da educação ambiental, tendo como técnicas: a consulta documental; a etnografia; as observações diretas em encontros (reuniões e festas); um grupo focal de agricultores.

A coleta de dados foi realizada a partir de um protocolo de pesquisa que incluiu: entrevistas com informantes; consulta a documentos no MP-RJ; diários de campo com registros fotográficos e notas; entrevistas com o grupo focal com gravação de áudio, transcrição e análise de entrevistas, devidamente autorizadas pelos integrantes, além de revisão bibliográfica.

2. Meu lugar na pesquisa

Na minha formação em Ciências Agrárias na Universidade Estadual do Norte Fluminense – UENF de 1995 a 2000 acompanhei algumas pesquisas em laboratórios: recursos genéticos (cultura de tecidos vegetais) e ecologia vegetal (ciclagem de

nutrientes). Em 1997 participei da XVII Jornada Fluminense de Botânica “Potencial econômico e conservação das restingas” que aconteceu em Macaé. No evento visitei o Parque Nacional de Jurubatiba e foi a primeira vez que ouvi falar do NUPEM. Apesar do envolvimento com um projeto de pesquisa, sentia a ausência da aproximação com o contexto social e a importância da extensão universitária para dar sentido à atividade de produção de conhecimento. Simultaneamente participei de fóruns e eventos na Comissão Pastoral da Terra - CPT sede Campos dos Goytacazes, fui voluntária em projeto no assentamento de reforma agrária “Zumbi dos Palmares”, recém-implantado na época, auxiliei na construção do movimento estudantil no Centro Acadêmico de Agronomia da UENF e quando concluí a graduação, estava insatisfeita com a academia. Como universidade pública a UENF, naqueles anos, fazia muito pouco para contribuir na solução de problemas locais. Esta inquietação surgiu nas muitas tardes que passava na biblioteca do Centro de Ciências do Homem – CCH, lendo a revista “Universidade e Sociedade” do Sindicato Nacional de Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES. Diferente dos meus colegas de graduação, que continuaram na universidade como pós-graduandos, fui trabalhar numa Organização Não Governamental - ONG. Não era uma escolha melhor ou pior, apenas queria enveredar por um caminho que me mostrasse as respostas que buscava.

Trabalhei em 2001 na ONG Pró Natura, com sede no município de Conceição de Macabu, em um projeto de recuperação de áreas degradadas em propriedades rurais no entorno do Parque Estadual do Desengano. No ano seguinte fui mãe, optando por não continuar na ONG para cuidar da minha família.

Também fui professora da rede pública municipal (Campos dos Goytacazes, Rio das Ostras e Macaé), com prática no ensino fundamental I (1º ao 5º ano de escolaridade) de 1999 a 2013. Passei por todos os anos de escolaridade, da educação infantil ao último ano do ensino fundamental I. Em 2008 procurei o NUPEM para me inscrever no curso “Vivências em Ecologia”, voltado para professores. Tive alunos especiais, uma cadeirante com paralisia cerebral, o que exigia apoio institucional para inserir a educação inclusiva na minha rotina de trabalho. Mas, por problemas relativos à violência no ambiente escolar, fui afastada a pedido médico e, nos últimos dois anos da carreira, fazia trabalhos administrativos na secretaria escolar.

No intervalo de quinze anos, após a minha graduação, fui produtora rural nos municípios de Santa Maria Madalena e Quissamã. Em Santa Maria Madalena, durante dois anos (2002 a 2004), vivi num sítio no Dezessete, localidade próxima a Doutor

Loreti, uma região montanhosa com fartura de água. Como atividades econômicas produzia banana e tinha gado de corte. Em Quissamã, na localidade de Santa Luzia, próximo à Fazenda Machadinha, vivi com minha família num sítio próximo a Lagoa Feia e tendo como vizinho o Canal Campos-Macaé. Durante outros dois anos (2011 a 2013) na intenção de criar gado leiteiro como atividade econômica principal, foram feitos investimentos no preparo com a terra para formar a pastagem e na aquisição de gado leiteiro. Antes de iniciar efetivamente a produção de leite, lavouras anuais² foram plantadas para autoconsumo, assim como a criação de aves para postura e bezerras para recria. Esta condição me aproximou das pessoas com quem trabalho hoje, como extensionista rural na Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio de Janeiro - EMATER-RIO. Atualmente não sou mais produtora rural, mas pretendo retornar à atividade assim que possível. Tenho em meu convívio diário a satisfação de atender aos produtores rurais (agricultores e pecuaristas) das comunidades Imbuuro, Aterrado do Imbuuro e Pindobas do Imbuuro, pertencentes ao baixo curso do rio Macaé, no município de Macaé.

Há três anos procurei o Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais e Conservação - PPGCiAC para retornar à pesquisa, com objetivo de atualizar-me nos estudos na área de ciências ambientais em nível de pós-graduação. Para meu contentamento pude desenvolver uma pesquisa dentro de um projeto de extensão, na bacia hidrográfica do rio Macaé e com agricultores. Minha observação teve como foco perceber como se dá a manutenção da atividade de um grupo dependente dos recursos naturais (solo, água, vegetação), em determinado lugar com características particulares. Como ouvinte deste grupo, percebi suas dificuldades e perspectivas de futuro, reconheci também o seu potencial como indicador de soluções e propostas relativas à conservação ambiental no contexto da agricultura.

A contribuição deste trabalho com foco na agricultura familiar da região serrana fluminense foi investigar a possibilidade da permanência dos agricultores em sua atividade e o entendimento das leis ambientais pelos mesmos, numa conjuntura mundial em que os recursos naturais, especialmente água e solo, são “tesouros” cada vez mais cobiçados. O contexto do meu envolvimento se dá no meu desejo de mostrar que é possível conservar os recursos naturais e trabalhar na agricultura, principalmente

² Lavouras anuais ou temporárias são cultivos de produção com ciclo mais rápido, entre três e seis meses, que são anualmente renovados. Por exemplo: milho, feijão, hortaliças, etc.

quando há parceria, integração e compromisso de diferentes instituições de ensino, de pesquisa e de extensão junto aos agricultores.

3. Matizes teóricos

3.1. Conflitos ambientais

Diversos autores pertencentes à corrente de pensamento da Ecologia Política têm rejeitado a ideia de natureza como ambiente neutro. Processos políticos influenciam na degradação ambiental, nas relações de poder entre os envolvidos e na situação econômica positiva e/ou negativamente (LASCHEFSKI e COSTA, 2008; ZHOURI et al. 2005).

Acsehrad et al.(2004) definiu conflitos ambientais como:

aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos. [...] Estes conflitos têm por arena unidades territoriais compartilhadas por um conjunto de atividades cujo “acordo simbiótico” é rompido em função da denúncia dos efeitos indesejáveis da atividade de um dos agentes sobre as condições materiais do exercício das práticas de outros agentes. (ACSELRAD et al., 2004, p. 26).

Recentemente, Santos (2016) fez uma análise sobre a criação de unidades de conservação e os conflitos sociais resultantes. O autor ressalta ser “impossível dissociar a criação de unidades de conservação à ideia de conflitos” destacando que “a própria relação de conflito é uma forma de interação” (SANTOS, 2016, p. 66).

Toda e qualquer unidade de conservação vai necessariamente nascer de um ou mais conflitos. Seja pela luta de preservação de uma espécie ou do conjunto genético encontrado em uma determinada área, ou ainda para garantir a preservação de um espaço de beleza cênica ou historiográfica relevante, sempre, em todos os casos, onde há riscos iminentes de sua perda. As apropriações sociais diversas, basicamente em contradição com a apropriação em larga escala desses recursos, fazem com que haja uma ação de proteção, que invariavelmente aglutina doses variáveis – mas sempre presentes – de disputas (SANTOS, 2016, p.66).

No caso da APA de Macaé de Cima, a mobilização local (moradores e agricultores) se intensificou com objetivos de representação em embates com os órgãos

públicos ambientais e agentes fiscalizadores. Muitas das vezes resultando em desarmonia entre as partes.

Os conflitos sociais, por sua natureza, têm o poder de envolver grupos sociais que originalmente não participavam da disputa, mas que dado valores utilitários ou morais acabam por tomar posição frente ao embate coletivo. Por algum motivo, um tema, gera comoção a ponto de orientar pessoas no sentido de tomar posicionamento em torno de uma causa (SANTOS, 2016, p. 36).

Nesta direção também colabora a teoria de Axel Honneth (2003) citado por SANTOS, 2016, que define:

uma luta só pode ser caracterizada de ‘social’ na medida em que seus objetivos se deixam generalizar para além do horizonte das intenções individuais, chegando a um ponto em que eles podem se tornar a base de um movimento coletivo (SANTOS, 2016, p. 36).

No esforço de compreender não a intensidade, mas principalmente o poder mobilizador das ações cooperativas desenvolvidas pelos agricultores da AFASPS e ainda de acordo com o estudo de SANTOS (2016), os conflitos sociais que emergem nos processos de criação de unidades de conservação são apresentados em níveis, do ponto de vista conceitual, e associados à ideia de (in) visibilidade social e ao conceito de agenda pública ou social (Quadro 1), que podem variar segundo sua capacidade de mobilização e sua intensidade.

Conflitos	Descrição
Latentes	Mecanismos sócio-políticos e culturais encobrem os conflitos
Manifestos	Os conflitos são visíveis, contudo não possuem força política para compor a agenda política local ou regional
Explicitos	Os conflitos são visíveis e possuem força política para entrar nos debates da agenda política local ou regional
Extremos	Os conflitos atingem níveis desproporcionais, atingindo a integridade física dos embatentes
Naturalizados	Os conflitos podem atingir a integridade física dos embatentes, mas não necessariamente, são visíveis e possuem força política para entrar nos debates da agenda política local ou regional, mas dada sua continuidade, por falta de resoluções, se mantêm na agenda da mídia durante muito tempo, sofrendo processo de reificação

Quadro 1 – Tipificação de conflitos associados à agenda pública.

Fonte: SANTOS, 2012: 222.

De acordo com o quadro apresentado e o trabalho de campo realizado no presente estudo, pode-se afirmar que os conflitos sociais na APA de Macaé de Cima,

são ‘Manifestos’ em transição para ‘Explícitos’, portanto ganham força para maior participação nas decisões conjuntas locais. Pode-se dizer que a partir da organização social dos agricultores de São Pedro da Serra e da promoção de eventos locais voltados ao tema ‘Agricultura familiar’ o grupo saiu da invisibilidade social, trazendo à tona suas demandas e dificuldades.

Santos (2016) contribui novamente esclarecendo que:

a partir do reconhecimento público de um grupo de agentes ou de uma demanda é possível **angariar simpatizantes e estabelecer uma série de alternativas cooperativas**. Tais redes (...) são inerentes ao conceito de conflito social, numa interação ambígua e complexa. (SANTOS, 2016, p.44, grifos nossos)

Também colabora na compreensão da importância de grupos saírem da invisibilidade social, principalmente populações rurais no interior das unidades de conservação a autora Vianna (2008 apud SANTOS, 2016)

A partir de meados da década de 1980, os envolvidos na questão ambiental, particularmente na conservação *in situ*, passaram a reconhecer certos grupos de habitantes do interior de unidades de conservação como “**populações tradicionais**”, expressão relativamente vaga e genérica, mas não totalmente desprovida de interesses. Sua disseminação responde a demandas tanto dos conservacionistas, das mais diversas linhas, quanto dos **movimentos sociais rurais** e, mais tarde, do socioambientalismo (VIANA, 2008 apud SANTOS, 2016, p. 46, grifos nossos).

3.2. Interdisciplinaridade, ciências ambientais e pesquisa qualitativa

Com o atual debate teórico-metodológico sobre interdisciplinaridade, torna-se inadmissível pensar o “fazer ciência” fechado no laboratório, sem estabelecer comunicações com a vida exterior, com o saber popular. A pesquisa interdisciplinar em ciências ambientais nos ensina a não desprezar os elementos do saber-fazer popular e a participação das populações locais nos processos de pesquisa. É preciso admitir que o meio ambiente é também humano, de acordo com Teixeira (1995, p.33) “na medida em que se deve, não somente, compreender (...) os processos naturais, mas também colocá-los em articulação com a ação do homem, que, em última instância, tende cada vez mais a determiná-los”. Exatamente por isso, os processos naturais deixam de ser puramente naturais, porque eles se tornam principalmente sociais. Para Acsehrad et al. (2004):

não é possível separar a sociedade e seu meio ambiente, pois se trata de pensar um mundo material socializado e dotado de significados. Os

objetos que constituem o “ambiente” não são redutíveis a meras quantidades de matéria e energia, pois eles são culturais e históricos: os rios para as comunidades indígenas não apresentam o mesmo sentido que para as empresas geradoras de hidroeletricidade; a diversidade biológica cultivada pelos pequenos produtores não traduz a mesma lógica que a biodiversidade valorizada pelos capitais biotecnológicos etc. (...) Este caráter indissociável do complexo formado pelo par sociedade-meio ambiente justifica, pois, o entendimento de que as sociedades se reproduzem por processos socioecológicos (ACSELRAD et al, 2004, p. 07).

Uma observação que se faz é que “o estudo do meio ambiente pode trazer para a pesquisa científica a oportunidade ‘de se ver’ reconduzida em direção a objetivos humanitários, em direção à humanidade” (TEIXEIRA, 1995, p. 34). Isso significa que a postura profissional do pesquisador em uma universidade pública poderá ser pautada, cada vez mais, pela articulação entre os diversos setores da sociedade, levando a democratização do conhecimento gerado pelas suas pesquisas e considerando para quem o tipo de conhecimento gerado é feito.

Partindo da abordagem qualitativa nas Ciências Sociais seguindo a teoria crítica, o construtivismo e o participacionismo, segundo Lincoln e Guba (2000 apud GONDIM, 2003, p. 150) “entende-se que a realidade depende da consciência do sujeito e é construída histórica e socialmente. [...] O que é investigado não é independente do processo de investigação e, sendo assim, o conhecimento produzido é valorativo e ideológico”.

De acordo com Gallert (2010):

Assume importância o caráter construtivo-interpretativo do conhecimento da realidade como um domínio infinito de campos inter-relacionados de maneira complexa, e que, por meio das práticas de investigação, é possível aproximar-se de uma parte dessa realidade, mas não da sua totalidade. Também permite a compreensão da pesquisa como um processo de comunicação, fazendo com que o indivíduo se manifeste enquanto sujeito crítico e criativo. Esse princípio fundamenta a escolha dos instrumentos de coleta de dados, por meio dos quais a comunicação entre o pesquisador e os sujeitos participantes da pesquisa se configura em um espaço legítimo e permanente de produção de informações (GALLERT, 2010, p. 06).

A metodologia participativa engloba inúmeras tendências e estilos participativos que, para Loureiro et al. (2003) tem como princípios:

(1) proposta política de transformação democrática da realidade, a partir da realidade vivenciada e de construção no processo; (2) a construção da relação sujeito-sujeito; (3) a realidade como movimento histórico, e não como uma externalidade objetiva; (4) a crítica aos

modelos tradicionais de pesquisa e seu uso como instrumento de dominação e reprodução das relações de poder vigentes. (LOUREIRO et al., 2003, p. 33).

Ainda em relação ao comprometimento com a sociedade, destaca-se aqui uma crítica no contexto da pesquisa-ação e pesquisa participante, de acordo com Haguete (2000), em que um pesquisador deve seguir o princípio ético de que

a ciência não pode ser apropriada por grupos dominantes conforme tem ocorrido historicamente, mas deve ser socializada, não só em termos do seu próprio processo de produção como de seus usos, o que implica a necessidade de uma ação por parte daqueles envolvidos na investigação (pesquisador e pesquisado) no intuito de minimizar as desigualdades sociais nos seus mais variados matizes (desigualdade de poder, de saber, etc.) (HAGUETE, 2000, p. 109).

Assim pode-se afirmar que a interdisciplinaridade é a base do conceito moderno de Ética: diferentes formas de pensar e de dialogar entre os grupos; a comunicação com outros grupos e com a sociedade. Rosumek e Martins (2010) complementam:

O número de grupos interdisciplinares em universidades é ainda limitado comparado a pesquisadores entrincheirados em seus departamentos ou núcleos de pesquisa. (...) Há necessidade de síntese e integração de conhecimentos, especialmente porque há inúmeras conexões entre disciplinas (ROSUMEK e MARTINS, 2010, p. 87). O ritmo de produção de conhecimento atual é tão acelerado que é impossível existir “especialista em tudo”. Mas não é necessário embarcar nos detalhes mais profundos de cada disciplina para construir-se conexões. Lado a lado com a profundidade da especialização, um conhecimento básico, mas amplo, é requisito para tanto, da mesma forma que o diálogo entre as partes (ROSUMEK e MARTINS, 2010, p. 89).

Nas ciências sociais, especialmente na América Latina, “é a sociologia crítica engajada que mais tem questionado o método científico convencional em nome do ideal de libertação dos povos e da igualdade social que a objetividade e a neutralidade – fundamentos históricos daquele método – não têm conseguido atingir” (HAGUETE, 2000, p.117).

Para reforçar a proposta de pesquisador atuante e o compromisso com os investigados, os autores Brandão (1982), Silva e Souza (1984) e Thiollent (1986) esclarecem que a pesquisa tradicional tem decepcionado por selecionar na realidade social aquilo que cabe no método, cultivar a neutralidade científica, afastando-se da prática e não atingindo relevância social para as camadas populares que necessitam de

profundas transformações sociais. O horizonte político-qualitativo é cortado da expectativa metodológica e com isso tem se desprezado a origem do conflito, que é a própria geradora da demanda pela pesquisa.

Esse descompasso entre os objetivos da pesquisa e sua dificuldade em promover uma alteração no contexto social, tem tornado frequente o caso de comunidades que já não suportam mais pesquisas. Tal marca negativa é surpreendida de muitas maneiras, sobressaindo o fato de que, para Demo (1995):

o pesquisador vai às comunidades levanta todos os dados possíveis, pede sua colaboração no sentido de proporcionar as informações sem restrição, mas as trata como “mero objeto”, não lhes restituindo o conhecimento elaborado às suas custas e nas suas costas e, pior que isto, colocando tal conhecimento a serviço do sistema dominante, que o usa para refinar as estratégias de controle social (DEMO, 1995, p.233).

E ainda em relação a campos de estudos interdisciplinares, recorreu-se à Sociologia Rural e às Etnociências. A Sociologia Rural contribui reunindo e integrando as dimensões social, histórica e geográfica do meio rural, que abrange tensões e conflitos, refletidos nos interesses distintos entre a destinação do espaço rural para produção, consumo ou preservação ambiental. Alguns impactos ambientais, como perda de biodiversidade, erosão de solos e secagem de corpos d’água, se manifestam mais intensamente no meio rural porque a atividade agrícola e pecuária depende diretamente dos recursos naturais (CARVALHO e BERGAMASCO, 2010).

As Etnociências são as áreas de pesquisa que se propõem a estudar as “categorias semânticas (...) a partir do reconhecimento dos saberes das populações rurais e do interesse pelas múltiplas interações destas populações com os elementos que compõem o ambiente que habitam” (ROUÉ, 1997 apud CARVALHO E BERGAMASCO, 2010, p. 06).

Vale lembrar que os sujeitos ocupam lugar de destaque: são o foco de análise, os informantes, os detentores de conhecimentos valiosos e, ao mesmo tempo, os que devem ser beneficiados pelas pesquisas, sendo prudente admitir que estes “benefícios” não acontecem facilmente, e que muitas vezes encontram-se mais na intenção dos pesquisadores do que na vida dos camponeses (CARVALHO e BERGAMASCO, 2010).

3.3. Os informantes

Ao longo das atividades do projeto de extensão “Compartilhando saberes: integrando a cadeia produtiva da recuperação de áreas degradadas na bacia do Rio Macaé, numa perspectiva socioambiental” foram feitas as primeiras abordagens, seguindo a “metodologia geradora de dados” do antropólogo e entomólogo Darrel Posey, um dos pioneiros nos estudos em etnociências do Brasil. A abordagem aconteceu com perguntas do tipo “fale-me sobre isso” (POSEY, 1986 apud FUENTES, 2013, p.66). Ainda segundo Posey (1986):

Questionar, pura e simplesmente, conduz à inibição do fluxo de informações por parte do informante. (...) De um modo geral, quanto mais aberta a pergunta, isto é, menos restritiva, maior é a liberdade deixada ao informante para responder segundo sua própria lógica e conceitos. Melhor dito, quanto menos perguntas melhor é. Recomenda-se por isso, uma metodologia “geradora de dados”. Ou seja, na medida em que o informante propõe tópicos e explicações, corre-se menos risco de prejudicar a informação” (POSEY, 1986, p.23 apud AMOROZO et al., 2002, p.54).

A primeira aproximação do grupo de agricultores foco do presente estudo ocorreu nos meses de julho a agosto de 2013 em visitas feitas em Lumiar e São Pedro da Serra, onde proprietários de estabelecimentos comerciais e membros de associações e sindicato rurais locais, indicados no texto como Informante 1 (I1), Informante 2 (I2), Informante 3 (I3) e Informante 4 (I4), deram mais detalhes sobre a organização da comunidade local como núcleo de resistência dos embates com órgãos ambientais fiscalizadores (APA-MC e Batalhão Florestal).

Os informantes expressaram suas percepções e interpretações dos fatos. Acreditar naquilo que dizem é um primeiro pacto que fazemos com os sujeitos do universo da nossa área de estudo.

Na presente pesquisa optou-se pelo grupo focal como proposta multimétodos qualitativos, incluindo também outras metodologias (APÊNDICE 3 – Tabela 1) como: observação direta em reuniões e eventos festivos, visitas em propriedades rurais, consulta de documentos, objetivando a aproximação e a participação do convívio social com os agricultores.

3.4. Grupo focal

A técnica de Grupo Focal, ferramenta de coleta de dados, foi empregada pela primeira vez para testar reações a propagandas e mensagens radiofônicas, durante a

Segunda Guerra Mundial, ficando inicialmente restrita a pesquisas de marketing e opinião pública, longe dos círculos acadêmicos. Na década de 1980 pesquisadores recorreram ao grupo focal para entender as atitudes de pessoas doentes, o uso de contraceptivos e para avaliar a interpretação da audiência em relação às mensagens da mídia. Atualmente, esta técnica é amplamente usada em estudos qualitativos nas ciências humanas (BARBOUR, 2007 apud ALMEIDA, 2012; MORGAN, 1997; VEIGA e GONDIM, 2001 apud GONDIM, 2003).

Este grupo de discussão informal e de tamanho reduzido, com o propósito de obter informações de caráter qualitativo em profundidade, é uma técnica rápida e de baixo custo para avaliação e obtenção de dados, fornecendo uma grande riqueza de informações sobre o desempenho de atividades desenvolvidas, prestação de serviços ou outras questões. Seu objetivo principal é revelar as percepções dos participantes sobre os tópicos em discussão. Algumas vantagens de um grupo focal são apontadas por Melo e Cruz (2014):

permite compreender processos de construção da realidade por determinados grupos sociais, compreender práticas cotidianas, ações e reações a fatos e eventos, comportamentos e atitudes, constituindo-se uma técnica importante para o conhecimento das representações, percepções, crenças, hábitos, valores, restrições, preconceitos, linguagens e simbologias prevalentes no trato de uma dada questão por pessoas que partilham alguns traços em comum, relevantes para o estudo do problema visado (MELO e CRUZ, 2014, p. 33).

Em relação à tipologia de grupos focais, de acordo com Morgan (1997):

A tipologia repousa no uso isolado ou concomitante de outras técnicas e métodos de pesquisa. Desse modo, o autor fala em a) grupos autorreferentes, usados como principal fonte de dados; b) grupos focais como técnica complementar, em que o grupo serve de estudo preliminar na avaliação de programas de intervenção e construção de questionários e escalas; c) grupo focal como proposta multimétodos qualitativos, que integra seus resultados com os da observação participante e da entrevista em profundidade (MORGAN, 1997 apud GONDIM, 2003, p. 152).

Por sua característica interacional, a técnica de Grupo Focal exige cuidados metodológicos que não devem ser desconsiderados pelo pesquisador e, novamente, conforme Morgan (1997):

Um moderador deve procurar cobrir a máxima variedade de tópicos relevantes sobre o assunto e promover uma discussão produtiva. Para conseguir tal intento ele precisa limitar suas intervenções e permitir

que a discussão flua, só intervindo para introduzir novas questões e para facilitar o processo em curso. Igualmente é necessário estar atento para não deixar que o grupo comece a falar sobre um assunto importante muito tarde para ser explorado e evitar que as interpelações findem antes da hora. Para driblar estes dois últimos problemas, é tarefa do moderador colocar algumas perguntas ou tópicos para debate. Alerta-se que um roteiro é importante, mas sem ser confundido com um questionário. Um bom roteiro é aquele que não só permite um aprofundamento progressivo (técnica do funil), mas também a fluidez da discussão sem que o moderador precise intervir muitas vezes. A explicitação das regras do grupo focal nos momentos iniciais pode ajudar na sua autonomia para prosseguir conversando. São elas: a) só uma pessoa fala de cada vez; b) evitam-se discussões paralelas para que todos participem; c) ninguém pode dominar a discussão; d) todos têm o direito de dizer o que pensam (MORGAN, 1997 apud GONDIM, 2003, p. 154).

A composição do Grupo Focal de Agricultores de São Pedro da Serra e adjacências foi definida com base no interesse dos mesmos, manifestado a partir dos telefonemas subsequentes e de convites realizados por membros que já haviam se disponibilizado para cooperar. Nesse processo quatro pessoas listadas na reunião desistiram e uma pessoa foi incluída.

Os encontros do Grupo Focal aconteceram em maio/2015, decorridos três meses entre o convite e os encontros, talvez, por este motivo, alguns agricultores desistiram do trabalho, mesmo tendo sido mantido contato por telefone celular; enquanto outro aceitou participar. Com a composição de sete membros (Tabela 02, a seguir) o grupo foi consolidado, representando diferentes localidades vizinhas e com faixa etária variando de 30 a 70 anos. As indicações “A” seguidas dos números 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7, correspondem aos Agricultores (a) do Grupo Focal em seus depoimentos.

Tabela 02 - Composição do Grupo Focal de Agricultores de São Pedro da Serra, município de Nova Friburgo:

Agricultor (a)	Sexo	Localidade	Faixa etária
A1	M	LUMIAR	30 a 40
A2	M	SÃO PEDRO DA SERRA	40 a 50
A3	M	LUMIAR	50 a 60
A4	M	ESTRELA	50 a 60
A5	M	BOCAINA	60 a 70
A6	F	ESTRELA	40 a 50
A7	M	BOA ESPERANÇA	40 a 50

As questões trabalhadas pelo roteiro da entrevista semiestruturada tiveram como foco quatro temas: naturezas, leis ambientais, cidadania e produção de alimentos (APÊNDICE 1). As perguntas foram melhoradas a partir de uma entrevista-piloto em trabalho de campo ocorrido em julho/2013, na disciplina Métodos Qualitativos de Pesquisa oferecida pelo PPGCiAC. O informante-chave foi o entrevistado na ocasião.

O roteiro foi dividido em quinze perguntas que desenvolviam os conceitos de natureza e suas transformações pelo homem; a proteção dos recursos naturais; a organização comunitária e a representação de classe; a continuidade da atividade agropecuária em São Pedro da Serra e adjacências que, além dos desafios globais que enfrentam como agricultores (a), também convivem com os embates com órgãos ambientais, porque suas propriedades compõem a APA-MC, uma unidade de conservação de uso sustentável.

O Grupo Focal foi conduzido por mim como moderadora e acompanhado por Mariana Lobato, estudante do curso de Biologia/UFRJ e observadora, que coletava impressões a partir das reações dos participantes aos temas apresentados.

A pesquisa foi submetida ao Conselho Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP e aguarda aprovação desde setembro de 2014. Também foi elaborado o pedido de autorização para o registro da entrevista, mediante o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE (APÊNDICE 2) que foi assinado por todos os componentes do grupo, após leitura e explicação.

Foi combinado um tempo de cinco a dez minutos para cada agricultor (a) falar e manifestar-se, pedindo o cuidado de não falarem todos ao mesmo tempo. O TCLE foi lido e detalhado com atenção, para que fosse esclarecida qualquer dúvida. A importância do registro com o gravador e as fotografias como etapa da pesquisa, foi acordada por todos.

3.5. Transcrição dos depoimentos

Depoimento “não é apenas um relatório, produto formal de um observador transeunte, mas um testemunho, do qual o avaliador é um todo consorciado, desde o cientista ao comunitário” (DEMO, 1995, p. 245). Ainda de acordo com este autor, a avaliação destes depoimentos é qualitativa.

Avaliação qualitativa implica participar, entrar no processo, adquirir familiaridade pelo menos, chegar a ser ator para poder sentir a empreitada comunitária como sua também. Somente assim emerge o dado curtido, que não é dado, é depoimento, é proposta, é reivindicação (DEMO, 1995, p. 246).

Os depoimentos dos agricultores (a) foram gravados em áudio digital com o gravador modelo IC RECORDER ICD PX312 SONY CORP com a devida autorização.

A etapa de transcrição foi realizada com auxílio do software FFTranscriber 1.0, versão gratuita disponível na internet em julho de 2015, utilizado em audiências forenses e desenvolvido pela Universidade Federal do Pará – UFPA. O software permite a cronometragem e a edição das falas, em média foi necessário o tempo de quatro horas para cada hora de gravação.

Transformar informações verbalizadas (falas) em documento escrito (texto) é uma difícil tarefa. Em relação aos diferentes papéis exercidos pelo pesquisador enquanto entrevistador e transcritor dos depoimentos, Manzini (2007) esclarece:

No momento da entrevista, no processo de coleta de dados, o pesquisador necessita focalizar sua atenção no processo de interação, realizada por meio de perguntas, por meio da interação verbal e interação social. O pesquisador-entrevistador busca responder ao seu objetivo da pesquisa no ato de entrevistar. No momento da transcrição, essa meta, em manter a interação, já não está mais presente. O pesquisador se distancia do papel de pesquisador-entrevistador e se coloca no papel de interpretador de dados. O pesquisador, no momento da transcrição, vai distanciar-se de um fato vivido - que foi o processo de coleta - ao mesmo tempo em que revive esse fato em outro momento e com outro enfoque intencional. Neste momento, olha-se para aquilo que foi feito. Apesar de ser a mesma pessoa que entrevistou e que está transcrevendo, o enfoque, agora, é diferente. No primeiro – a coleta – o enfoque era o presente, na ação de entrevistar. As respostas, explicações, argumentações e explanações do entrevistado eram o que mantinham a atenção. Na transcrição, o enfoque será naquilo que foi ou não falado, pois é isso que é feito numa transcrição: transcreve-se o que foi falado, mas pode-se perceber o que foi ou não perguntando, o que foi ou não respondido e no que está inaudível ou incompreensível. Ou seja, ao transcrever, o pesquisador irá escutar, várias vezes, as verbalizações gravadas. Será necessário, por diversas vezes, retroceder a fita magnética para escutar e reescutar pequenos trechos gravados para poder transcrever, fielmente, o que foi dito. (p. 01)

O CÓDIGO FLORESTAL E SEUS PRINCIPAIS ELEMENTOS DE PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS: UM BREVE HISTÓRICO

O primeiro Código florestal brasileiro (Decreto Federal nº 23.793/1934) foi aprovado depois da “crise de 1929”, que levou a economia cafeeira a sucumbir devido às políticas governamentais de financiamentos às oligarquias cafeeiras. A aparente prosperidade da lavoura escondia um progressivo endividamento e dependência externa.

O governo da época chegou ao poder por meio da revolução de 1932 e após eleição pelo voto direto, conforme determinação da constituição promulgada em 1934 mostrou suas inspirações ditatoriais ao instituir o Estado Novo. Dessa forma, a principal legislação ambiental referente aos cuidados com a flora nasce no meio de uma ditadura, com o objetivo de assegurar a oferta de madeira como fonte de energia, tanto para uso doméstico, como para a matriz da principiante indústria nacional, que apontava como alternativa para o desenvolvimento econômico e a modernização do país.

O texto tinha caráter intervencionista, obrigando os proprietários de terras a manterem parte da floresta em seus domínios. Aparece nesta lei a denominação “florestas protetoras”, que indicava a origem e a função das áreas de preservação permanente atuais.

A solução do Código Florestal de 1934 foi obrigar os donos de terras a manterem 25% da área de seus imóveis com a cobertura de mata original. Era a chamada quarta parte. Porém, não havia qualquer orientação sobre em qual parte das terras (margens dos rios ou outras) a floresta deveria ser preservada.

A lei até incentivava a retirada total das matas nativas desde que pelo menos os 25% de reserva de lenha fossem replantados. Nesse sentido, não importava a espécie e nem a variedade de árvores, mas apenas a garantia de produção de madeira para lenha e carvão.

Mas a lei de 1934 também demonstrava viés de preservação ambiental, ao criar a figura das florestas protetoras, para garantir a saúde de rios e lagos e áreas de risco (encostas íngremes e dunas) (SENADO FEDERAL, 2011).

Esta doutrina interveniente também é reportada pelos autores Cantelle e Reis (2012):

O uso da mesma (isto é, a floresta), pelo proprietário, se faz ‘si’ e ‘enquanto’ são observados os preceitos de conservação e acréscimo. O Governo traça as normas de utilização, fixa planos de aproveitamento, segundo um exame panorâmico dos problemas nacionais, estipula a

obrigatoriedade do replantio para inalterar e ampliar a área florestal, tendo em vista o que soberanamente considera **'interesse público'** e o particular, dono ou arrendatário, fica obrigado a se submeter a essa imposição estatal. Tal atribuição é reservada aos órgãos dirigentes. Em caso de desobediência, o Estado é investido de poderes para optar entre obrigar coercivamente o infrator ou ele próprio realizar a tarefa não cumprida e à custa do desobediente (p.05, grifo nosso).

Na segunda metade do século XX, o Brasil acompanhou a tendência mundial do pós-guerra, apresentando um acelerado desenvolvimento nos moldes dos países capitalistas industrializados e, mais uma vez, precisamente no ano de 1964, o governo brasileiro estava nas mãos de uma ditadura militar. A crescente urbanização, a utilização de fontes de energia derivadas do petróleo, as hidrelétricas, a siderurgia nacional, a indústria automobilística e a adoção dos pacotes tecnológicos da revolução verde na agricultura exigiam transformações na sociedade e, assim, o Código Florestal foi revisto e aprovado como a Lei Federal 4.771/65.

Esta nova versão do código não mais visava à proteção dos estoques de madeira como fonte de energia (lenha e carvão) e sim, ampliar a concepção de proteção da vegetação em seus diferentes biomas (Floresta Amazônica, Cerrado, Caatinga, Mata Atlântica, Pantanal) e por suas funções ambientais como: preservar os recursos hídricos e a paisagem; proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.

Deste modo, o Código Florestal de 1965 inova com duas figuras jurídicas, sob as quais se alicerçam as áreas protegidas discriminadas nesta norma: Áreas de Preservação Permanente e a Reserva Legal. É de grande relevo destacar que, muito da dicção deste ordenamento se remete a estas categorias. (...) Este instrumento jurídico procurou atender as necessidades de um país que se urbanizava e que expandia suas fronteiras agrícolas de maneira descontrolada. A abundância relativa de áreas vegetadas e o grande potencial silvícola em diferentes momentos mascaravam os impactos ambientais da exploração e industrialização (CANTELLE e REIS, 2012, p. 07 e 14).

A Constituição Federal em 1988 considerou a Mata Atlântica como patrimônio nacional, determinando que a utilização de seus recursos seja feita dentro de condições que assegurem a sua proteção (Art.225, §4º). Entretanto a ocupação do nosso país ocorreu a partir do litoral, faixa de abrangência original da Mata Atlântica. Foram se formando os primeiros aglomerados urbanos, os polos industriais e as principais metrópoles. Assim, hoje, aproximadamente, 70% dos habitantes do país moram, trabalham e se divertem em lugares antes totalmente cobertos com a vegetação da Mata Atlântica. Próximos ou em contato direto com seus remanescentes há ainda uma grande

diversidade cultural, constituída por povos indígenas e culturas tradicionais não indígenas. Essas populações ainda guardam uma relação profunda com o ambiente em que vivem, porque dele são extremamente dependentes; vivem da pesca artesanal, da agricultura de subsistência, do artesanato e do extrativismo (PROJETO MATA ATLÂNTICA, MMA, 2009).

Atividades agrícolas em meio a Mata Atlântica só tornaram-se possível, graças ao sistema de pousio, isto é, a divisão da propriedade em parcelas que serão rotacionadas com e sem uso agropecuário, ao longo do tempo. Esse sistema permite a manutenção da cobertura vegetal natural, diminuindo assim, a ação dos agentes erosivos no solo, além de reduzir a pressão sobre os remanescentes florestais nativos, como fonte de madeira para uso local (FREIRE et al., 2013).

O pousio está previsto no novo Código Florestal (Lei 12.651/2012) Art.3º, Inciso XXIV como: “prática de interrupção temporária de atividades ou usos agrícolas, pecuários ou silviculturais, por no máximo cinco anos, para possibilitar a recuperação da capacidade de uso ou da estrutura física do solo” (incluído pela Lei nº 12.727, de 2012). E também, na resolução estadual INEA nº 134/2016, que define critérios e procedimentos para a implantação, manejo e exploração de sistemas agroflorestais; para a prática do pousio e uso do fogo controlado no Estado do Rio de Janeiro:

(...) Art. 15 Será admitida a prática de pousio até 2 (dois) hectares por ano na pequena propriedade rural ou posses de população tradicional ou de pequenos produtores rurais onde comprovadamente, essa prática vem sendo utilizada tradicionalmente, nas áreas de Mata Atlântica em estágio inicial de regeneração, em conformidade com o disposto nos arts. 22, 23 e 24 do Decreto nº 6.660/2008, devendo ser apresentado requerimento (Anexo I) e documentação constante do Anexo IV desta resolução.

(...) Art. 17 O uso de fogo para queima de vegetação com o objetivo de preparar terreno para implantação de sistemas agroflorestais ou prática do pousio, somente será admitido em pequenas propriedades ou posses rurais familiares ou de populações tradicionais, mediante autorização do INEA, ressalvadas as proibições estabelecidas na legislação Lei Federal 12.651/2012 e Lei Estadual nº 2.049/1992.

A BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO MACAÉ

1. Uma breve caracterização histórico-ambiental

Observando no passado as ações perdulárias dos colonizadores em relação à Mata Atlântica, especificamente na abrangência do Rio Macaé, a ocupação deste solo

também aconteceu por meio de uma economia de exploração de recursos naturais: extrativista, agroexportadora, dependente de mão-de-obra escrava e baseada em ciclos madeireiros (pau-brasil e outras) e de produção extensiva: cana-de-açúcar, gado e café.

Estimativas dão conta que por volta do Século XVI o estado do Rio de Janeiro possuía cobertura florestal em 97% de seu território (RAMBALDI et al., 2003), que foi sendo substituída com trabalho escravo pelas primeiras plantações de cana-de-açúcar. Com esta força de trabalho compulsório, à base de diversos tipos de violência, iniciou-se uma relação entre homem e solo/natureza que traria prejuízos ao uso prudente e moderado dos recursos naturais, como enfatiza Dean (1996):

No Brasil, a implantação de uma enorme população escrava iria tornar impraticável a reprodução da base camponesa da Península Ibérica. Para a Mata Atlântica, os perigos eram imensos, porque uma sociedade baseada na mão-de-obra compulsória não levava em conta o ambiente. (...) Não se tratava de que os efêmeros escravos fossem vinculados apenas brevemente ao solo, mas que, sempre que possível, fossem estranhos a ele. A essência da plantação, além de uma planta exótica domesticada, era uma força de trabalho exótica. (...) Os plantadores de cana não viam na floresta nada além de um obstáculo à realização de suas ambições. Aqueles que cada vez mais vinham ocupar as margens da economia de plantação – posseiros do sertão – eram impelidos a explorar a floresta de maneira descuidada e imprevidente. A conservação dos recursos naturais iria mostrar-se irrelevante em uma sociedade na qual a conservação da vida humana era irrelevante. (p.75 e 76).

Atualmente o alto curso do Rio Macaé concentra remanescentes em bom estado de conservação. No passado desenvolveu-se nessa região um sistema de trabalho livre, basicamente familiar e de autoconsumo, diferente das áreas adjacentes onde se desenvolveu a monocultura do café com base no trabalho escravo. Essas diferenças têm consequências sociais e ambientais que se manifestam até o momento atual. Nas áreas em que predominou o trabalho familiar e uma produção mercantil limitada, o ambiente ficou mais conservado; já nas áreas ocupadas pela monocultura escravista, a degradação foi muito maior (CBH MACAÉ OSTRAS, 2012).

E assim aconteceram as ocupações nos alto e baixo cursos do rio, com diferentes realidades, até opostas. Enquanto no alto Macaé a notável beleza cênica da região e sua riqueza em biodiversidade despertavam a atenção de admiradores da natureza e da comunidade científica na década de 1970 (MENDES, 2011); no baixo curso do, rio a retilinização de trechos pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento - DNOS

garantia extensas áreas planas, cobertas com pastagem, o que resultou em um significativo impacto ambiental negativo, desde as ações mecanizadas do DNOS, até o momento atual com a manutenção da pecuária extensiva. As intervenções foram realizadas também em outros cursos d'água da região: Rio Macabu, Canal das Flechas, apresentando como objetivo a drenagem de áreas alagadas para prevenir mosquitos, devido aos surtos de malária e febre amarela na época, porém os beneficiários foram os pecuaristas que gozavam e gozam de muita influência política e econômica.

Com a retificação, os meandros do rio foram praticamente eliminados e a energia das águas aumentou, apesar de ser ainda pequena se comparada com as áreas mais altas. Intensificou os processos erosivos nas margens das áreas retificadas. Além disso, a eliminação dos meandros acabou definitivamente com os mangues, comuns no interior do Rio Macaé, gerando um impacto significativo na região pela redução das espécies de peixes do rio associado à inexistência de matas ciliares importantes para as cadeias alimentares dos rios. (ACAMEP, 2011, p.46).

Também acontece neste período o início das atividades industriais relacionadas ao petróleo, que impulsionaram a economia regional, especialmente no município de Macaé, com um aumento da densidade populacional e um crescimento urbano desordenado, além de todos os impactos locais a ele relacionados (LOUREIRO et al., 2014).

Cidade sede da exploração de petróleo e gás da Bacia de Campos, Macaé, uma pequena cidade de economia voltada basicamente para a agricultura (cana), pecuária bovina e pesca, passa a sofrer os primeiros impactos a partir de 1974, principalmente no que diz respeito à especulação imobiliária fomentada pelas primeiras movimentações da Petrobras na cidade (MACAÉ, 2012, p.428).

Desde então a cidade de Macaé no Norte Fluminense apresenta quadros de degradação ambiental, principalmente dos recursos hídricos, em relação a alterações nos padrões de drenagem e recarga de lençóis freáticos. Solucionar estes problemas é interesse e responsabilidade de todos, porque a água é um direito e, como analisa Porto-Gonçalves (2004):

a água tem que ser pensada enquanto território, isto é, enquanto inscrição da sociedade na natureza, com todas as suas contradições implicadas no processo de apropriação da natureza pelos homens e mulheres por meio das relações sociais e de poder (PORTO-GONÇALVES, 2004, p.152).

2. A pesquisa: o local e seus sujeitos

De acordo com estudos realizados pela Associação Candido Mendes de Ensino e Pesquisa (ACAMEP 2011) sob o título Macaé Rio Sustentável, a Bacia Hidrográfica do Rio Macaé corresponde a aproximadamente 171.000 ha, apresentando-se alongada na orientação SE-NE fluminense, sendo estreita na porção superior, situada no planalto da Serra do Mar, e ampla na inferior, quando alcança a ampla planície fluvio-marinha, antes de desembocar no Oceano Atlântico. A porção média desta bacia está situada nas escarpas da Serra do Mar, no trecho onde o Rio Macaé desce essa serra. Cerca de 80% da área da bacia hidrográfica está inserida no município de Macaé, sendo esta responsável pela drenagem de uma porção significativa do estado do Rio de Janeiro, englobando seis municípios: Macaé, Nova Friburgo, Casimiro de Abreu, Conceição de Macabu, Rio das Ostras e Carapebus (Figuras 04 e 05).

O Rio Macaé, antigo Rio dos Bagres, é o principal rio da bacia. Nasce a 1.560 metros de altitude, próximo ao Pico do Tinguá em Nova Friburgo. Seu curso se desenvolve por cerca de 140 km, desaguando na cidade que deu origem ao seu nome. Alguns de seus afluentes são: Rio Bonito, Purgatório, Boa Esperança, Três Pontes e Teimoso pela margem direita; Sana, Atalaia, São Domingos, Santa Bárbara, Ouriço, D'Antas, Ouro de Macaé, São Pedro, Aduelas e Jurumirim pela margem esquerda; e os córregos Jenipapo, Guanandirana e Sabiá no baixo curso do rio, próximo a sua foz (COSTA e FARIAS, 2008; PILAR *et al.*, 2009).

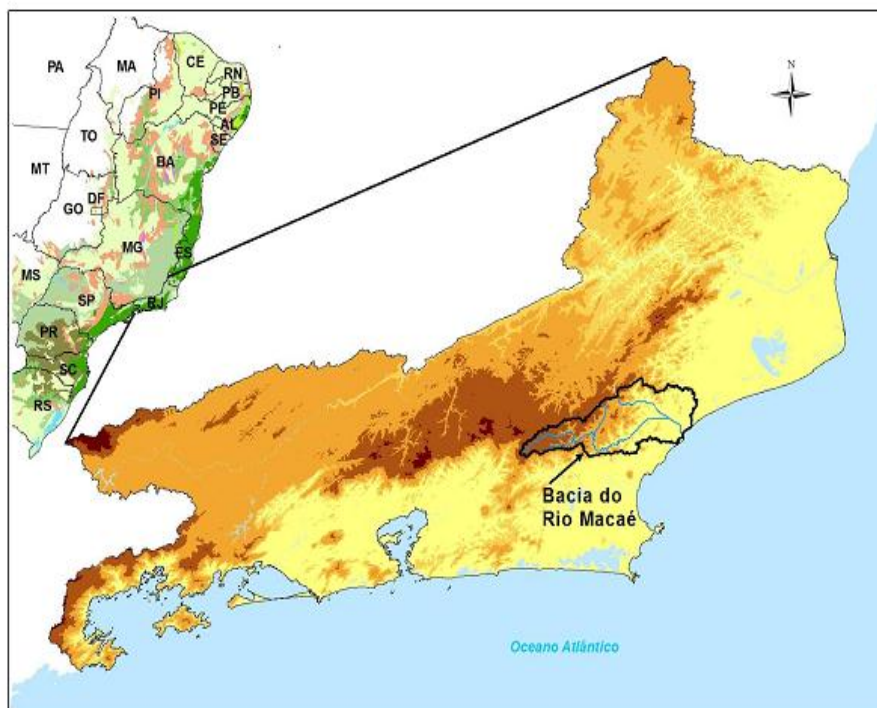


Figura 04 – Bacia hidrográfica do Rio Macaé. (Fonte: ACAMEP, 2011)

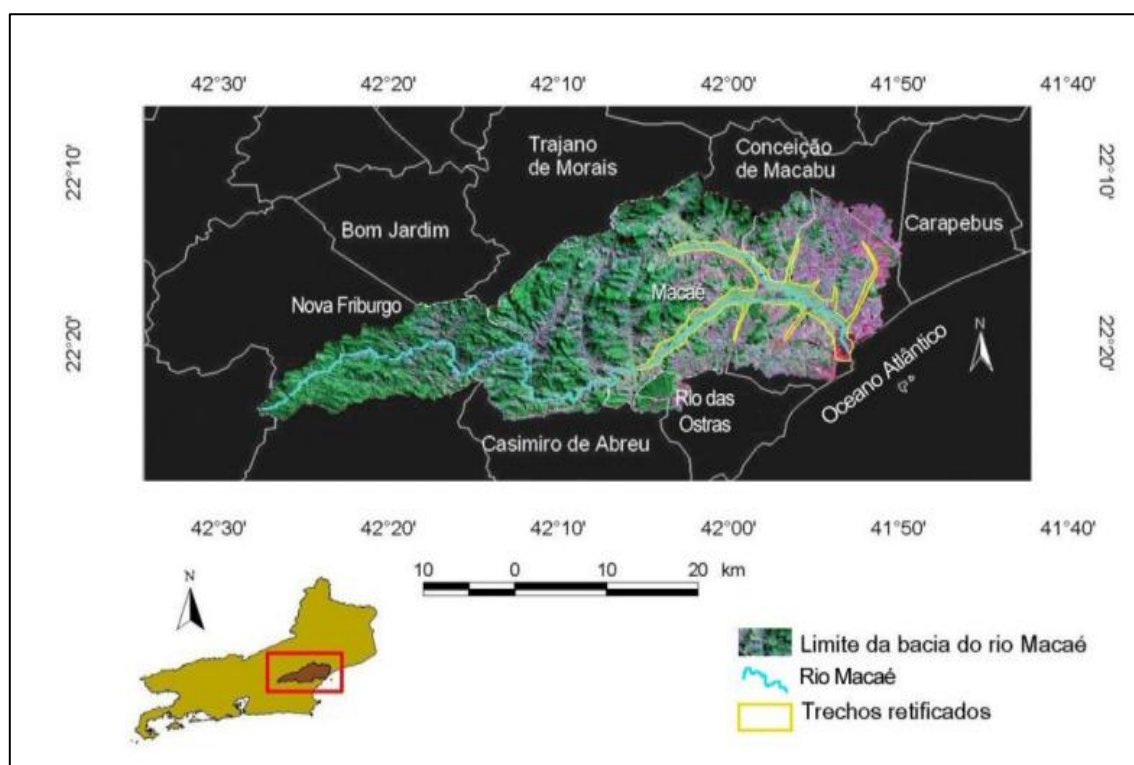


Figura 05 – Bacia hidrográfica do Rio Macaé em destaque com a representação dos municípios integrantes e vizinhos (Fonte: COSTA e FARIAS, 2008).

A área da bacia hidrográfica do rio Macaé está inserida no bioma Mata Atlântica e constitui parte do Corredor Central da Serra do Mar, proposto com a criação da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA – MaB/UNESCO), que visa interligar o Parque Estadual dos Três Picos ao Parque Estadual do Desengano, uma região ainda rica em diversidade biológica e em tipos de vegetação.

O município de Nova Friburgo localiza-se na região serrana fluminense (Figura 06) e possui uma população de 182.082 habitantes, sendo urbana: 78.650 e rural: 12.553. Numa área de 933.414 km², a 846m de altitude média, com clima é tropical de altitude com temperatura amena no verão e fria no inverno. As principais atividades econômicas são: olericultura, floricultura, turismo, caprinocultura, indústrias têxtil (vestuário e moda íntima) e metalúrgica (IBGE, 2010).



Figura 06 – Mapa de Nova Friburgo (Fonte: Fundação CIDE/RJ, 2006).

Alguns estudos na área das nascentes do Rio Macaé (CASTRO et al., 2008; SÁ REGO, 2008; SANTOS, 2009) relacionam o grau de conservação da área ao processo histórico de ocupação da região, dando ainda um importante peso à geomorfologia do local, que, por conta da alta declividade de suas escarpas, dificulta a adoção de práticas agropecuárias mecanizadas comuns nas demais regiões do Estado do Rio de Janeiro (MENDES, 2011). As localidades de Lumiar e São Pedro da Serra correspondem aos 5º e 7º distritos, constituindo quase 1/3 da área total do município de Nova Friburgo. Segundo Alentejano (2003):

A economia agrícola nesses distritos foi desenvolvida, por pequenas unidades familiares, que ocuparam um espaço econômico marginal, nas franjas do mercado, historicamente dominado pelas grandes fazendas de café. Com um relevo muito acidentado, a região acabou não despertando o interesse de grandes empreendimentos do capital agrário, favorecendo a reprodução de um campesinato de descendentes de imigrantes suíços e alemães (ALENTENJANO, 2003 apud TEIXEIRA, 2009, p.116).

Na população atual ainda se encontram referências ao processo de imigração e traços da cultura, como o próprio nome da cidade de Nova Friburgo. Além da agricultura, Nova Friburgo se beneficiou de sua localização geográfica a partir da construção da ferrovia em 1873, para o escoamento da produção cafeeira; e

investimentos ligados à indústria têxtil. O desenvolvimento do comércio, serviços e indústrias que vieram a reboque desta rota de passagem, acabou estimulando também a instalação de uma infraestrutura hoteleira, possibilitando o destaque deste município como um polo de atração turística. A região possui uma rica paisagem natural (montanhas, cachoeiras, rio, florestas e temperaturas amenas) que combinada com apelos daqueles que reivindicam o status de descendência de imigrantes europeus, acabou criando um caráter “exótico” para a área, o que teve papel atrativo sobre residentes de outros municípios, sobre tudo oriundos das cidades do Rio de Janeiro e Niterói (CARNEIRO e ROCHA, 2007; TEIXEIRA, 2009).

São Pedro da Serra é o 7º distrito do município de Nova Friburgo, criado em 1988. Está a 36 km da sede municipal e possui uma área de 5.158 ha com uma população de 3.158 habitantes, sendo 26% na área urbana e 74% na área rural. O Pico da Sibéria com cerca de 1.500 metros de altitude é o ponto mais alto da localidade (INEA, 2014).

Em levantamento realizado pelo projeto “Águas para o futuro”, de Moura *et al.* (2014), o mapeamento do uso e cobertura do solo da microbacia do rio São Pedro mostrou que a área total é aproximadamente 2.530 ha, sendo: 68% de florestas, 11,7 % de pastagens e 6,1% de áreas agrícolas.

De acordo com Carneiro *et al.* (2010), a produção agrícola do distrito:

Depois do porco e do café, primeiros produtos a serem comercializados, foi o inhame que assumiu a liderança na lavoura mercantil. Mais tarde, outros produtos foram plantados para a venda, como a batata-inglesa, a batata-baroa, a batata-doce. Conforme os insumos químicos foram sendo mais utilizados, produtos mais delicados e mais sujeitos a doenças e pragas começaram a ser plantados para a venda no mercado no Ceasa. É o caso do tomate, do pimentão, da couve-flor, da berinjela, do repolho. Esses exigem que a semente seja comprada, o que encarece muito o custo da produção, desestimulando os pequenos produtores que não têm recursos para investir. (CARNEIRO *et al.*, 2010, p. 18).

Dados apresentados pela EMATER-RIO de Nova Friburgo para o Programa Rio Rural no ano de 2012, mostram que a maioria das propriedades rurais é menor do que 2 ha (20.000 metros quadrados), as famílias dedicam-se à olericultura e ao cultivo da banana para atender as áreas urbanas do município e os mercados do Rio de Janeiro. A pecuária é representada pela bovinocultura de corte e leite. O lançamento de esgoto e a utilização de agrotóxicos contribuem expressivamente para a contaminação dos

mananciais hídricos da região. A renda média familiar é variável em virtude da pluriatividade, sendo mais alta em São Pedro da Serra (turismo e serviços) e mais baixa em Benfica (basicamente agricultura).

2.1. Uma incursão na história da “Terra dos inhames”

Na região serrana fluminense, especificamente no município de Nova Friburgo, o século XIX inicia-se com outra dinâmica econômica, social e produtiva. Acontece a primeira experiência oficial de colonização baseada na mão-de-obra livre desenvolvida no Brasil (CARNEIRO, 2010; REGO, 1988).

Em sua obra “O homem e a serra” Lamego (1963) descreve sobre a vinda dos imigrantes:

Tão vantajosas pareciam as propostas para os imigrantes, "com despesas de viagem pagas pelo Governo, alojamentos, terras e animais, isenção do serviço militar e de impostos pessoais e territoriais, exercício livre da religião", que o número de concorrentes sobrepuja a expectativa. "Apesar de contrato então firmado se destinar a 100 famílias com 700 a 800 pessoas, foi o seu número aumentado inexplicavelmente, ocasionando o desastroso atropelo em toda a viagem" (LAMEGO, 1963, p. 240).

Ao longo do séc. XIX, num compromisso assumido entre Brasil e Inglaterra pela abolição do tráfico de escravos africanos, um tratado comercial patrocinou a imigração de colonos pobres da região suíça de Fribourg e de outras partes da Suíça alemã. Após o desembarque, uma situação administrativa crítica se instaura, além das famílias que sobreviveram superarem o número de residências oferecidas pela colônia em contrato, as terras oferecidas pela Coroa eram de má qualidade para a agricultura e mal localizadas. Os colonos, em busca de melhores lugares para cultivar, caminharam em direção à Macaé, encontrando o rio e seus afluentes. Nesse caminho, se confrontam com quilombolas que já ocupavam a região. Nas terras mais altas do rio Macaé com uma produção basicamente familiar de subsistência eles se estabeleceram (ACAMEP, 2011; ARAÚJO & MAYER, 2003).

Para reforçar o cotidiano vivido por estas famílias de agricultores, é válido analisar esta passagem retratada na obra “Os colonos” do pesquisador e historiador Jaccoud (2001):

Chegados ao lote, derrubaram as árvores, queimaram as galhadas, limpavam o terreno, e à moda da terra, com ripas de palmitero e

massa de barro, levantaram um casebre de um só cômodo junto a um cascadeante córrego de águas frias e cristalinas. A cobertura do rancho era de folhas de palmeira. Ao mesmo tempo que construíam a choupana amanharam a melhor fatia do terreno. Na parte mais alta, semearam milho e, na mais baixa e úmida, plantaram inhame, bulbo substancioso que somente vieram a conhecer depois que chegaram ao Brasil. (...) A rigor geravam apenas dois produtos de exportação: inhame e, sobretudo, café. Se o inhame era coisa barata, o mesmo não acontecia com o café. Este andava em alta no mundo inteiro. O que era colhido era vendido (JACCOUD, 2001, p. 189).

O vale do rio Macaé era conhecido como "Terra dos inhames", tendo o café e o inhame como culturas agrícolas da região. A valorização do inhame para alimentação e engorda de criações, especialmente suínos, é também descrita em Jaccoud (2001), que acrescenta:

A grande produção, todavia, era o inhame e o café. Não foi à toa que, já, antes da desassombrada invasão daquela vasta região, por parte dos colonos suíços, ocorrida imediatamente após a chegada dos mesmos ao Brasil, era ela conhecida como "Terra dos inhames". Se os chãos não produziam milho da forma desejável, em contrapartida produziam inhame em profusão. Naquela região, até nos morros se consegue obter, ainda hoje, em apreciável quantidade, esse bulbo altamente nutritivo tanto para gente como para as criações domésticas, sobretudo de porcos. Chego a acreditar que foi o inhame do Macaé, aliado ao milho de Nova Friburgo e à tradição europeia de suíços e alemães que criaram, na ocasião, a fama da então decantada "linguiça de Friburgo", que não podia faltar na mesa de gente importante da Corte (JACCOUD, 2001, p. 192).

“Lumiar e Sana eram distritos bastante prósperos e povoados em função do café, cujo cultivo era por eles desenvolvido usando a mão de obra familiar, numa região rodeada por latifúndios que usavam trabalho escravo”. (REGO, 2010 *in* INEA, 2014, p.58). Com o passar do tempo, estas localidades desenvolveram e mantiveram um manejo especial dos recursos naturais em relação à agricultura em regiões montanhosas, sendo muito representativas para a produção agrícola estadual. De acordo com Freire et al. (2013):

No século XVIII, o Estado do Rio de Janeiro destacou-se no cenário agrícola brasileiro e mundial principalmente com a cultura do café. Ao longo do tempo, mudanças de uso da terra no estado fluminense foram acontecendo, assim como em outras regiões do Brasil, de acordo com a evolução da agricultura no País. A agricultura familiar em ambientes de montanha, por exemplo, ganhou outra dimensão no estado, pois representa um arranjo agrícola frente ao crescimento dos centros urbanos e à industrialização, os quais, juntos, intensificam o êxodo rural, com efeito negativo sobre a agricultura fluminense, já que boa

parte da mão de obra jovem busca, nas cidades, novos horizontes. No campo, permanecem agricultores que reconhecem a importância da terra para o seu sustento e de outros, mas encontram limitações diversas para se manter, entre elas as de ordem técnica, de mão de obra e de infraestrutura, além de dificuldades de comercialização de seus produtos (FREIRE et al., 2013, p. 13).

2.2. Unidades de conservação na área de estudo

A primeira Lei Federal com objetivos de proteção ambiental das áreas da bacia hidrográfica de Macaé de que se tem registro, data de 1951. Posteriormente foram criadas outras leis nas esferas Estadual e Municipal (APÊNDICE 4 - Tabela 03).

A mais antiga unidade de conservação estadual é o Parque Estadual do Desengano, criado pelo Decreto Lei nº 25, de 13 de abril de 1970, sua área constitui o último remanescente de Mata Atlântica contínua do Norte Fluminense. Em sua origem jurídica também são apontados os primeiros esforços para proteção de nascentes do Rio Macaé, conforme Soffiati (2009):

Em 24 de outubro de 1969, pouco mais de quatro anos após a instituição do novo Código Florestal (Lei Federal nº 4.771, de 15/09/1965), o governador nomeado do Estado do Rio de Janeiro, Geremias de Matos Fontes, **promulgou o Decreto-Lei nº 131, definindo quatro áreas prioritárias para a criação de reservas florestais estaduais, a saber: 1- Parque Estadual das Nascentes dos rios São João e Macaé; 2- Reserva Biológica do “Pau Brasil”; 3- Floresta Estadual de Santa Maria Madalena e 4- Floresta Estadual de Parati.** O mesmo diploma legal estabelecia uma espécie de semidemarkação das áreas eleitas para proteção. **O Parque Estadual das Nascentes dos Rios São João e Macaé corresponde mais ou menos à área do Parque Estadual dos Três Picos,** cuja criação já foi anunciada pelo Instituto Estadual de Florestas. A Floresta Estadual de Santa Maria Madalena reunia os remanescentes florestais de Santa Maria Madalena (Serra do Rio Preto), São Fidélis e Campos. Pelo Art. 4º do Decreto-Lei, estipulava-se o prazo de 180 dias a contar de sua publicação para que a Secretaria de Agricultura e Abastecimento submetesse à apreciação do Chefe do Poder Executivo projeto de decreto demarcando de forma minudente as áreas escolhidas (SOFFIATI, 2009, p. 81, grifos nossos).

Estudos colocaram as áreas da cabeceira do rio Macaé no foco de movimentos conservacionistas, que reconheceram a área como dotada de inestimável patrimônio, representado pela floresta ombrófila densa em ótimo estado de conservação, responsável pelo abrigo de inúmeras espécies da fauna e flora nativas, endêmicas, raras e/ou ameaçadas de extinção e já protegidas por leis específicas. Segundo Mendes (2009, p.04), “arquivos do INEA datam de 1977 a primeira de uma série de pesquisas e

levantamentos florísticos na região, que contaria com mais de cinquenta artigos publicados entre este ano e o de 1998”.

A Reserva Ecológica Municipal de Macaé de Cima, no município de Nova Friburgo, foi criada em 1990 para abrigar uma base física de pesquisas do Jardim Botânico do Rio de Janeiro no projeto institucional Mata Atlântica. Com a criação da Área de Proteção Ambiental (APA) de Macaé de Cima pelo Decreto Estadual nº 29.213/2001 a Reserva Ecológica foi sobreposta.

Atualmente pode-se observar que as nascentes da bacia hidrográfica do rio Macaé estão, institucionalmente, bem protegidas, tendo em vista as unidades de conservação estaduais e municipais presentes na região (Figura 07). Entretanto a relação da gestão destas UC's com a comunidade de seu entorno, principalmente no caso da APA-MC, é motivo de hostilidade, muitas das vezes. Logo esta categoria de UC, que deve estar integrada com a comunidade local, por permitir o uso sustentável dos recursos naturais na sua abrangência.

Inicialmente, a gestão da APA-MC foi pautada na aplicação de instrumentos legais como o Código Florestal (Lei Federal 4.771/65) e o Decreto de regulamentação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC (Dec. Federal 4.340/2002), criando animosidades entre o poder público, moradores e agricultores locais. Nesta ocasião, nenhuma aproximação no sentido de ouvir e conhecer a comunidade foi realizada, como prevê os dispositivos da lei ambiental. Muito pelo contrário, de acordo com depoimentos, as pessoas eram procuradas somente para se dirigirem à Delegacia com autos de infrações.

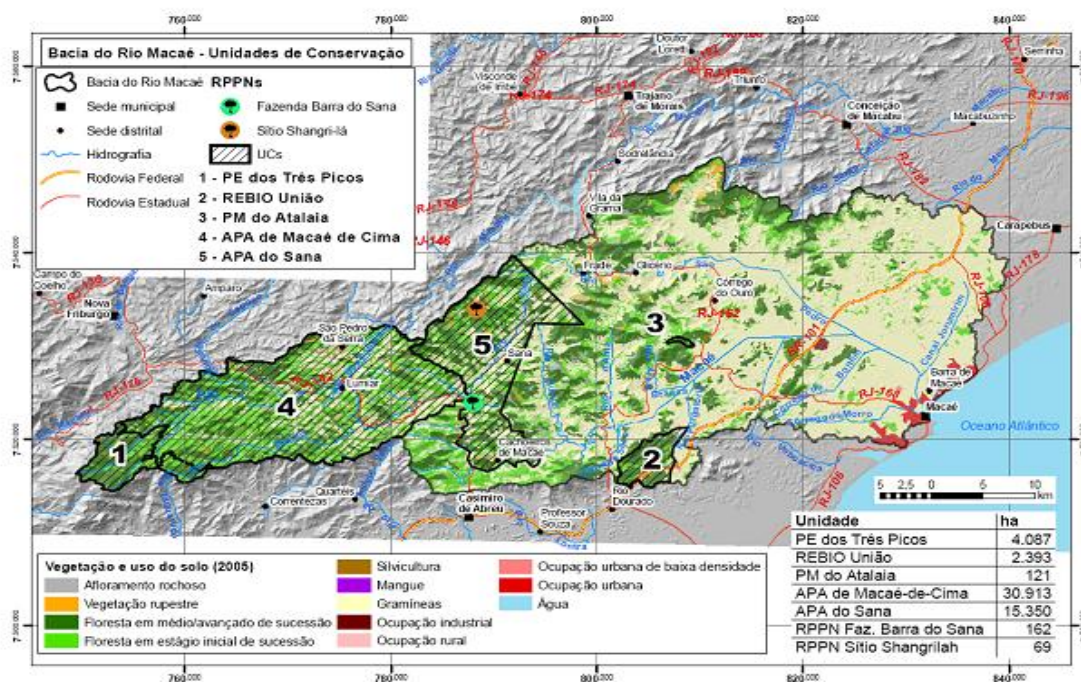


Figura 07 – Unidades de conservação presentes na bacia hidrográfica do Rio Macaé
(Fonte: ACAMEP, 2011).

Segundo o SNUC, Lei Federal nº 9.985/2000 (grifo nosso):

Art. 15. A Área de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

(...)

§ 5º A Área de Proteção Ambiental disporá de um Conselho presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes dos órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e **da população residente**, conforme se dispuser no regulamento desta Lei (...).

Foi relatado em depoimentos e em Ata de reunião com o MP-RJ (ANEXO 1) que na demarcação da APA-MC não houve consulta prévia à comunidade local, como orienta o SNUC e houve uma mobilização local para participação e representatividade popular no Conselho Consultivo da APA-MC. Também muitas queixas em relação à postura dos agentes de fiscalização, principalmente contra agricultores, foram realizadas e levou a criação de movimentos de resistência: AMOLA – Associação de Moradores de Lumiar e Adjacências (ANEXO 1), UFT – União Famílias da Terra (ANEXO 2), AFASPS – Associação de Agricultores Familiares de São Pedro da Serra, e outras.

Estava criado o conjunto de condições que definem um conflito ambiental, especialmente estudado na América Latina, fruto da atuação coercitiva dos fiscais ambientais na realização de uma gestão ambiental que não incorporou a população local em seu planejamento. Este conflito ambiental é definido como a "crise da conservação" por Gomez-Pompa e Kaus (1992):

Conservacionistas tradicionais veem o valor estético, biológico e ecológico, mas não necessariamente veem as populações humanas. Muitas vezes eles não conseguem ver os efeitos das ações humanas do passado ou do presente, nem diferenciar os diversos tipos de uso, ou reconhecer o valor econômico de um uso sustentado (GOMEZ-POMPA e KAUS, 1992, p.273 apud DIEGUES, 2001 p.37).

A atuação dos órgãos de proteção ambiental (Batalhão Florestal, fiscais ambientais) nessa região, conforme a análise de Teixeira (2009, p.160), “tem se intensificado e se resume à repressão à atividade agrícola, através da aplicação de multas consideradas elevadas em face dos baixos rendimentos dos agricultores”.

Assim o pousio e a queima controlada, práticas centenárias que também são empregadas em outras regiões montanhosas fluminenses, foram criminalizadas. Esta ausência de diálogo entre instituições governamentais e agricultores trouxe sentimentos de aversão e rejeição da população local com relação às atividades da APA-MC, conforme será demonstrado nos resultados desta pesquisa. Cabe aqui uma importante crítica aos textos de nossas leis ambientais, segundo Redin (2012):

Nossa política ambiental apresenta limitações e uma delas é a pretensão de gestar o componente (água, fauna e flora), eximindo-se, ou não abrangendo o espaço. **O espaço aqui compreende as relações sociais** mediadas pelas pessoas diante dos conflitos socioambientais presentes nas ações de proteção ao meio ambiente. **Trabalhar na perspectiva do espaço significa pensar e construir um processo que valorize as trajetórias, a cultura, a política e a vida cotidiana, construindo mediações entre as pessoas e o ecossistema.** Para tanto, é necessário gestar a ação da sociedade em relação ao espaço que elas convivem e usam como forma de reprodução social. Uma tarefa desafiadora que procura uma ação reflexiva e transformadora, sugerindo a mais ampla participação da sociedade, ultrapassando o âmbito tecnocrático e normativo, consentido no regimento atual. As potencialidades democratizantes das lutas ambientais têm sido realizadas por atores sociais organizados que visam se constituir como sujeitos de seus ambientes (REDIN, 2012, p.09 e 10, grifos nossos).

Do ponto de vista sociológico e interdisciplinar pode-se associar a definição de espaço proposta por Redin (2012): “o espaço compreende as relações sociais” à contribuição de Bourdieu na conceituação de espaço social, que é interpretado como

um espaço multidimensional, tendo como dimensões os princípios de diferenciação (os capitais). “Os agentes e grupos de agentes são assim definidos pelas suas posições relativas neste espaço. Cada um deles está acantonado numa posição ou numa classe precisa de posições vizinhas, quer dizer, numa região determinada do espaço, e não se pode ocupar realmente duas regiões opostas do espaço - mesmo que tal seja em princípio concebível” (BOURDIEU, 1989, p. 134 apud PEREIRA e CATANI, 2002, p. 114).

A gestão da ação da comunidade no espaço em uma unidade de conservação de uso sustentável como a APA é participativa e realizada através de um conselho consultivo, que pressupõe “a conciliação dos interesses divergentes (econômicos, sociais e ambientais) para alcançar um consenso sobre o caminho para a criação de uma sociedade sustentável” (LASCHEFSKI e COSTA, 2008, p. 311).

Na APA-MC antes do plano de manejo ter sido aprovado e o conselho consultivo implantado, os fiscais ambientais cometeram arbitrariedades contra os agricultores locais. Mas, como dito anteriormente, os agricultores não se calaram. Procuraram se fortalecer para se defenderem, se unindo em associações.

Eles buscaram seu modo de manifestar sua insatisfação e suas reivindicações, se apresentando como portadores de outros projetos de vida e de interação com o meio ambiente, através do embate e da resistência para fazer valer as representações que orientam o uso e a ocupação do espaço por eles entendido (ZHOURI e LASCHEFSKI, 2010).

E ainda, para colaborar na análise da organização dos agricultores de São Pedro da Serra e adjacências, recorre-se a Bourdieu, que define “capitais” como as “regras específicas de campos sociais que dominarão o espaço social e as categorias de classificação que serão utilizadas na definição de grupos identitários legítimos”. (PONTES, 2011, p. 274). Também os conceitos de “campo” e “capital social” (BOURDIEU, 2004) apresentados em Santos (2016):

temos um cenário de embate de forças pela apropriação da legitimidade social, onde a parte que não é detentora do capital vai inevitavelmente buscar se apropriar dele, criando instabilidades – questionando o *status quo*. Tais conjuntos de conflitos aproximam grupos de agentes sociais em torno de um embate, criando redes ora duradouras, ora peremptórias. O conceito de campo, assim, possui o

poder explicativo para interpretar as interações cooperativas e conflitivas num único contexto, expondo a complexidade da vida em sociedade (SANTOS, 2016, p. 313).

Podemos entender, então, a criação da APA e sua relação com a agricultura familiar como um campo onde se desdobram disputas e conflitos. Vemos também que o grupo dos agentes fiscalizadores, pautados na legislação ambiental, são detentores de um capital que os permitiu agir sobre os agricultores. Os agricultores, por sua vez, inconformados com o incipiente diálogo entre as partes, estão se munindo de ‘capitais’ (regras do jogo) através da sua organização social para defender o seu modo de produzir e trabalhar com a terra.

No contexto do desenvolvimento sustentável, estamos diante de novas definições para democracia e gestão, a partir da racionalidade ambiental de Enrique Leff (2004):

La legitimidad que ha alcanzado el propósito de transitar hacia una sociedad más democrática y una economía más sustentable está movilizand o a nuevos actores sociales y reivindicando nuevos derechos humanos: ésto incluyen tanto el derecho a la información y al conocimiento, como a la defensa, acceso y beneficio equitativo de los bienes “comunes” de la humanidad; también están legitimándose nuevos derechos étnicos, junto con las demandas emergentes de grupos indígenas y campesinos por la reapropiación colectiva de su patrimonio de recursos naturales y culturales, así como por la autogestión de sus medios de producción y sus condiciones de existencia. Estos nuevos derechos plantean a su vez la cuestión de la valorización y socialización de la naturaleza como fuente de riqueza, potencial productivo, medios de vida y valores existenciales para las poblaciones que habitan el medio rural. (LEFF, 2004, p. 412)

DISCUSSÃO

1. A criação da APA e o surgimento dos conflitos

Nas conversas informais iniciais, queixas sobre o processo de criação da APA-MC, assim como a atuação dos gestores e fiscais ambientais junto à comunidade eram o que predominava.

“Na região a produção agrícola era forte. Mas o inhame deixou de ser uma cultura rentável, porque outras cidades produziam em larga escala. Com a criação da APA não se podia mais fazer nada. As pessoas deixavam a roça e trabalhavam na confecção por ser mais interessante economicamente. Famílias deixaram a agricultura para trabalhar nas confecções. Os mais velhos ainda tocam a roça porque

gostam, porque sabem fazer. Os mais novos vão embora, não dão continuidade.

Os guardas do batalhão florestal eram truculentos, prendiam e batiam, estavam acostumados a lidar com traficantes na capital.

A relação APA x Produtores é um conflito, porque foi feita sem consulta aos moradores, produtores, comerciantes da região. (I1 em 29/07/13).

Depois da criação da APA a produção agrícola ficou impossibilitada. Os produtores foram desistindo da produção, não indo nas reuniões, não participando, nem contribuindo com o sindicato.

Guarda-parques da APA fiscalizam intimidando as pessoas, quanto mais simples a aparência, mais violentos eles são. Amedrontar, dizer que vai prender e multar – essa é a postura deles. Não educam, só fiscalizam ameaçando. Assim despertam antipatia da população. (I2 em 23/08/13).

Em seus depoimentos eram unânimes em relação à importância da representatividade nas decisões coletivas e à insatisfação com órgãos públicos e demais instituições: Sindicato Rural, EMATER-RIO, INEA, serviços públicos da Prefeitura, Comitê de Bacia e outros.

O Sindicato Rural recebe parte do ITR (Imposto Territorial Rural) e nada faz para o produtor rural. Associações se multiplicam porque arregaçam a manga para promover e executar ações.

Deputados estaduais auxiliaram para segurar o processo de criação da APA. O Plano de manejo ainda está em definição, sendo posto em prática assim que o INEA tiver boa vontade.

Há ausência do poder público. Os serviços públicos são precários: saúde, estradas, transporte, coleta de lixo (em Cascata, divisa com Casimiro), energia elétrica.

Os órgãos do governo nada fazem. Comitê de bacia tem dinheiro e esse dinheiro não chega para o produtor – estrutura, galpão, associação, cooperativa para processar inhame, banana, mel; colocar um selo, um rótulo, símbolo da APA de Macaé de Cima, etc. (I1 em 29/07/13).

Lumiar e São Pedro [da Serra] detêm 43% da área territorial de Nova Friburgo, mas têm cinco mil eleitores. Não é interesse dos políticos, só quando há alguma ação turística, assim eles lembram do 5º e 7º distrito. (I3 em 29/07/13).

Uma das poucas instituições públicas elogiadas foi o Colégio Estadual José Martins da Costa - CEJMC, referência para a comunidade na área de educação pública de qualidade. Como exemplo foi citado que o CEJMC deu oportunidade ao filho do I3, estudante na época, em conhecer o trabalho da Rede Brasileira de Agroflorestas

(REBRAF) e iniciar o interesse pela atividade de produção de mudas florestais nativas como negócio.

A escola estadual é parceira, integrada com a comunidade. Três laboratórios para análise de água, geoprocessamento e linguagem. (I3 em 29/07/13, citando o Projeto Águas para o futuro).

A partir dos testemunhos e da documentação referente ao histórico de implantação da APA de Macaé de Cima, a complexidade de relações e conflitos se configuraram mais claramente. Especialmente para os agricultores, público-alvo desta pesquisa e que ainda resistem a um processo de exclusão. Eles enfrentam a falta de orientação técnica na prática da agricultura em áreas declivosas de difícil manejo; a especulação imobiliária loteando as antigas propriedades; o desinteresse dos jovens em dar continuidade à atividade rural dos pais; a falta de alternativas econômicas, porque muitos desistem da agricultura para trabalharem nas confecções de roupas íntimas; a inversão dos papéis dos atores sociais onde, no passado eram donos de seus sítios, tornando-se agora caseiros e cortadores de grama.

O uso excessivo de agrotóxicos nas atividades de floricultura e ornamentais que acontecem em Vargem Alta... e não há assistência técnica. Os produtores são intoxicados e ficam doentes, não conseguem atendimento médico. (I3 em 29/07/13).

O maior problema da localidade é o tratamento de esgoto. As águas do antigo poço da Usina (usadas para banho) estão poluídas porque recebem os esgotos das pousadas de São Pedro.

Os sistemas agroflorestais na serra podem não ajudar a produzir, por causa da pouca insolação e temperaturas mais frias. Só para espécies de culturas adaptadas à sombra. Já em Casimiro de Abreu, por ser plano e mais quente, pode dar mais certo.

Para nós a agricultura orgânica seria melhor. (I4 em 10/08/13).

Brigas entre as famílias tradicionais de Lumiar e São Pedro da Serra, que competem no futebol, nas igrejas e não se unem. Famílias tradicionais, os “Ouverney” deixavam a mata de pé. Os outros desmatavam para pasto. (I1 em 29/07/13).

Dos três mil habitantes fixos, 90% eram agricultores, hoje a associação tem 60 pessoas, não são 60 famílias. Há êxodo rural entre os mais jovens. Não querem produzir, não darão continuidade ao trabalho com a agricultura. Esta é a última geração de agricultura na região... processo de até quinze anos.

Será que podemos viver de soja, milho e carne apenas? Precisamos melhorar a infraestrutura da região dentro da APA. Há muita especulação.

Rio Bonito (localidade) foi toda vendida. Os antigos produtores rurais são caseiros hoje em dia.

Classifico o ambientalista em duas fases: o verde – que é cego e só vê árvore; e o marrom – marrom de terra, de solo; aquele que tem uma visão ampla de melhor qualidade de solo, de água, de vida. Esse é o agricultor que quer proteger o meio ambiente para a saúde do ser humano com renda distribuída e alimentos de qualidade. (I4 em 10/08/13).

Os agricultores e moradores da região se mostraram combativos e críticos em relação ao rigor no cumprimento da legislação ambiental no que tange às multas e aos crimes, deixando outros aspectos despercebidos.

Toda a insatisfação da comunidade originou um abaixo-assinado com mais de 50 páginas, assim como denúncias e reclamações contra a forma autoritária de criação e gestão da APA, contra o governo estadual, que culminaram numa Ação Civil Pública (IC 72/09) com aproximadamente 400 páginas, que está sob a investigação da 1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva/PJTC do MP-RJ, núcleo de Nova Friburgo desde 2008 (Figura 08). O acesso a toda esta documentação foi possível graças ao I2. Segue abaixo trecho da Ata de reunião no MP-RJ em 24 de setembro de 2008 (ANEXO 1):

... não é intenção da Associação de Moradores de Lumiar e Adjacências (AMOLA) suprimir a Área de Preservação Ambiental de Macaé de Cima, até porque tem conhecimento de que o Plano Diretor Municipal também reserva a área da bacia de Macaé de Cima para a preservação ambiental; o que, no entanto, a AMOLA questiona é a forma como foi criada a APA, principalmente porque faltou um estudo técnico, que estabeleceria melhor as restrições da área; que tal estudo, exigido pela lei do SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação – Lei 9.985/00), vem sendo exigido politicamente pela AMOLA há três anos, mas ainda não foi realizado; que a ausência desse estudo, aliada à falta de consulta à população, maculam os decretos estaduais que criaram a APA, na opinião da associação; e que, além disso, é necessário ponderar sobre a rigorosa aplicação do Código Florestal no local, pois ali há famílias que vivem da agricultura há mais de 150 anos, descendentes dos suíços e alemães que primeiro se estabeleceram por lá; que as características do local também forçam os agricultores a plantar em APP, já que se trata de região serrana; que o plantio em APP é feito há muito tempo, antes mesmo do advento do Código Florestal, que é de 1965; que a região, apesar da atividade dos agricultores, nunca esteve tão “verde”; que a agricultura está diminuindo, mas não há alternativas para os agricultores, o que também é objeto de preocupação da AMOLA; que estima que a população de Lumiar e adjacências esteja em torno de

10.000 habitantes, com 6.000 eleitores, o que representa 5% do eleitorado, não obstante a região represente quase 1/3 do território do Município [Nova Friburgo]; que, em suma, a associação, representando os moradores do local, exige a revisão dos decretos criadores da APA, que devem ser baseados em estudos técnicos, bem como a consideração da situação das famílias que há gerações plantam no local, para que depois seja feito um Plano de Manejo adequado à realidade de Lumiar; que frisa que o Comitê da Bacia do Rio Macaé não tem investido o dinheiro que recebe na região de Lumiar.

A reivindicação da comunidade está de acordo com os objetivos de uma APA como uma unidade de conservação de uso sustentável que integra as atividades humanas. A implantação da APA em 2001 foi a contragosto dos agricultores, que não foram ouvidos inicialmente. A criação do INEA (Lei Estadual nº 5.101, de 04 de outubro de 2007) trouxe novas estratégias de ação, com a organização de oficinas para maior aproximação com a comunidade.



Figura 08 – Documentos do Inquérito Civil da Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do MP-RJ Nova Friburgo IC 72/09 (Fonte: Acervo próprio setembro/2013)

Os informantes manifestaram-se como conhecedores da importância da região em que estão e discutem como a população local pode participar das decisões enquanto comunidade mobilizada. Uma das falas registradas nessa ocasião manifestou o aceite em receber a pesquisa e a disposição em participar do trabalho: “O agricultor não é

vilão, nem criminoso. A comunidade rural sente-se valorizada quando tem a oportunidade de aprender, participar, ser ouvida e ensinar, contribuindo para o trabalho a ser desenvolvido” (I4 em 10//08/13).

O Informante 4 se mostrou fundamental para o desenvolvimento da pesquisa: fazendo apresentações, facilitando o acesso à comunidade, fornecendo explicações, respondendo às perguntas, e assim por diante. O mesmo permitiu desdobramentos, que resultou na definição do grupo focal, que incluía membros da associação que presidia. Em seus relatos fica clara a importância da organização social, seja em associação, seja em sindicato, conselhos, etc., porque quando se reúnem sentem-se fortalecidos, motivados a continuar, a acreditar que é possível fazer agricultura na APA e quando unidos têm sua autoestima sustentada, apesar de todos os problemas e dificuldades.

Estes sentimentos de segurança e identidade podem ser interpretados, recorrendo-se novamente à sociologia. De acordo com a teoria de Bourdieu, o conceito de ‘Habitus’ é “conjunto de disposições ativas que constituem a incorporação das estruturas sociais”. (BOURDIEU, 1989, p. 9, apud PEREIRA e CATANI, 2002, p. 109).

O habitus é um princípio gerador porque é um sistema socialmente disponível de esquemas de pensamento, de percepção e apreciação. Esses esquemas são produto e condição da posição social ocupada pelo agente. Mediante sua experiência cotidiana, com base em uma determinada posição social, o agente constrói determinadas configurações mentais que funcionam como princípios de avaliação e classificação das coisas do mundo. Suas práticas (preferências, gostos, estilos, linguagem, “vocações”, inclinações políticas) dão-se em conformidade com essas configurações mentais e com as disposições corporais a elas adequadas. (PEREIRA e CATANI, 2002, p. 110).

E também para Bourdieu (1997 apud PONTES, 2011, p. 273, grifos nossos):

a realidade social é definida não pela existência de indivíduos ou sujeitos, no sentido analítico de sujeito reflexivo, ou pela presença de classes e grupos formados a partir da agregação destes, mas pelos **laços materiais e simbólicos que dão sentido ao mundo vivido**. São esses laços que definem de duas maneiras as bases de sua teoria: como esquemas de percepção incorporados pelos agentes; e na forma de posições objetivas, construídas relacionalmente, e ocupadas por indivíduos em dados momentos no espaço social (BOURDIEU, 1997, p. 27). Essas posições objetivas são fruto da distribuição de capitais (simbólico, econômico, social etc.), de sua aquisição, manutenção ou conversão simbólica, que ocorre quando categorias de percepção derivadas de um determinado campo social são simbolicamente convertidas (por desconhecimento das regras de um campo, por

estratégias de grupos de interesse, por acidente etc.) e ativadas em um campo distinto. É a aquisição desses capitais, sua circulação e capacidade de conversão, presentes na forma incorporada como habitus, que dá aos atores a oportunidade de se engajar nesse embate pela inclusão e reconhecimento (BOURDIEU, 1997, p. 170).

2. Reconhecimento dos sujeitos: a AFASPS e suas reuniões

Criada em 10 de dezembro de 2011 a Associação dos Agricultores Familiares de São Pedro da Serra e adjacências - AFASPS foi uma das últimas associações de agricultores criadas no município de Nova Friburgo, que já dispunha de mais de trinta associações de agricultores. Com fins de promover, defender, garantir a manutenção e desenvolver a agricultura em São Pedro da Serra e vinculada ao Sindicato dos Agricultores Familiares de Nova Friburgo – SINDAF-NF, o primeiro do estado do Rio de Janeiro, a AFASPS tem atualmente sessenta associados da localidade e adjacências. Segue abaixo trecho de reportagem do jornal “A Voz da Serra” do dia 14/12/11 com a apresentação da comissão organizadora da eleição, componentes da chapa e o depoimento de um profissional conhecedor da realidade local:

Em uma acalorada assembleia [...] Foram discutidos temas como a conveniência da criação da associação, eleição da diretoria, aprovação do estatuto e local da sede provisória. A chapa única apresentada foi aprovada por aclamação para um mandato de dois anos, sendo a diretoria composta [...] Selmo Santos explicou na assembleia que 90% do que o município produz vem da agricultura familiar e que São Pedro da Serra tem uma centenária tradição no cultivo agrícola, ainda hoje muito expressivo, com destaque para o inhame, banana, couve-flor e outros. “Trata-se de uma região com enorme vigilância das leis ambientais. E um dos desafios da Afasps será garantir uma produção agrícola sustentável, evitar o êxodo rural e entender ainda mais as complexas relações dessa atividade com o meio ambiente”, finalizou.

A importância da organização comunitária também pode ser explicada pela “Teoria do reconhecimento” de Axel Honneth, teórico da terceira geração da Escola de Frankfurt, que investigou as relações de poder, respeito e reconhecimento na sociedade atual.

As três formas de reconhecimento são as seguintes: o amor, o direito, e a solidariedade. A luta pelo reconhecimento sempre inicia pela experiência do desrespeito dessas formas de reconhecimento. A autorrealização do indivíduo somente é alcançada quando há, na experiência de amor, a possibilidade de autoconfiança, na experiência de direito, o autorrespeito e, na experiência de solidariedade, a autoestima. (HONNETH, 2003 apud SALVADORI, 2011, p. 189).

Em trabalho com agricultores e o Programa Nacional de Agricultura Familiar – PRONAF, Resende (2014, p. 24) destaca que “a ‘teoria do reconhecimento’ tem sua eficácia no entendimento do processo de implantação e dos efeitos das políticas públicas sobre os indivíduos beneficiados por elas”.

A importância da teoria do reconhecimento é justificada em:

...tem se firmado como um frutífero quadro conceitual para compreender as lutas sociais. Ela oferece uma matriz interpretativa atenta à dimensão moral dos conflitos sociais e capaz de perceber a complexidade de tais conflitos, em suas dimensões materiais, simbólicas e legais. A noção de reconhecimento traz a intersubjetividade para o cerne da justiça e destaca o caráter relacional e agonístico da construção da sociedade (MENDONÇA, 2009, p. 143).

A partir das transformações históricas ocorridas nas sociedades, Honneth salienta que a ampliação das possibilidades de autorrealização dos indivíduos levou as experiências individuais e coletivas a se manifestarem na forma dos movimentos políticos (RESENDE, 2014).

Os conflitos surgem do desrespeito a qualquer uma das formas de reconhecimento, ou seja, de experiências morais decorrentes da violação de expectativas normativas. A identidade moral é formada então por essa identificação dada pela frustração dessas expectativas. Uma mobilização política somente ocorre quando o desrespeito expressa a visão de uma comunidade. Portanto, a lógica dos movimentos coletivos é a seguinte: desrespeito, luta por reconhecimento e mudança social (HONNETH, 2003 apud SALVADORI, 2011, p.192).

Em consonância com Honneth, a interpretação através de Bourdieu (1997) nos permite compreender que:

É através desse habitus e seus elementos sedimentados a partir de campos distintos, compartilhados com todos aqueles que fazem parte do mesmo campo num determinado momento, que os interesses comuns podem ser forjados e reconhecidos, gerando assim a possibilidade de formação de grupos de interesses e classes. (...) As classes sociais são ‘ativadas’ a partir de processos de reconhecimento e não reconhecimento, por sua vez frutos das relações harmoniosas ou desarmoniosas entre um habitus incorporado e o campo social no qual a disputa toma lugar (BOURDIEU, 1997 apud PONTES, 2011, p. 274).

A comunidade de agricultores familiares de São Pedro da Serra (Figuras 09 a 13), em resposta aos enfrentamentos com órgãos ambientais públicos e outros, além de objetivos específicos, buscou sua representação através da AFASPS. Suas reuniões se tornaram espaços privilegiados de convivência e proximidade, *locus* de revisão do contexto local. As reuniões acontecem todas segundas segundas-feiras de cada mês, com início às dezessete horas.



Figura 09 – Área de produção agrícola em encosta, apresentando afloramentos rochosos à direita e mata no topo de morro. (Acervo próprio setembro/2013)



Figura 10 – Produção local diversificada: tomates, bananas, ovos, fubá, batatas, flores e utensílios para o trabalho rural na Exposição da Agricultura Familiar de São Pedro da Serra. (Acervo próprio abril/2014)



Figura 11 – Produção local diversificada exposta na Festa do terceiro Aniversário da AFASPS: tomate, pimentão, bananas, aipim, berinjela, pimenta, queijos, flores, batata doce, inhame, couve-flor. (Acervo próprio dezembro/2013)



Figura 12 – Reunião da AFASPS em fevereiro/2015. (Acervo de rede social da AFASPS)



Figura 13 – Exposição da Agricultura Familiar em julho/2015. (Acervo de rede social da AFASPS)

Foram realizadas observações em uma reunião e no evento do aniversário da AFASPS em setembro e dezembro de 2013 respectivamente; na exposição da agricultura familiar e em quatro reuniões entre abril e dezembro/2014 e em quatro reuniões entre fevereiro e agosto/2015. Em alguns meses as reuniões foram fechadas por tratar de assuntos pertinentes somente aos associados.

As pautas das reuniões e eventos tiveram temas diversificados: aposentadoria rural e assistência jurídica; excursões e visitas em outras comunidades agrícolas, dentro e fora do estado do Rio de Janeiro, com objetivos específicos, como por exemplo: agroturismo, agricultura orgânica e crédito rural, com apoio da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, Casa dos Saberes e Sindicato da Agricultura Familiar; eventos da agricultura tais como: desfile da cidade, aniversário da associação, exposição da agricultura familiar, festas etc.; participação da associação em fóruns, conselho consultivo da APA (Portaria nº 25 INEA, ANEXO 3), eventos, audiências; pendências do Programa Rio Rural junto à EMATER-RIO; prestações de conta da associação; sessão de vídeo e debate “O veneno está na mesa 2” de Silvio Tendler; problemas corriqueiros e de maior relevância relativos aos agricultores, alguns divulgados nos meios de comunicação relacionados a enfrentamentos com fiscais ambientais, uso de Equipamentos de Proteção Individual – EPI, denúncias sobre o desperdício de água tratada, saneamento básico, instalações de fossas biodigestoras (Projeto do Comitê de Bacia), funcionamento das Estações de Tratamento de Esgoto - ETE's; uso de máquinas (microtrator) e projeto irrigação por gotejamento em parceria com a APA-MC.

O público presente nas reuniões, além dos associados, é variado: representantes de universidades (UFF, UFRJ, UFRRJ), vereadores, voluntários, professores do CEJMC, representantes da gestão da APA-MC, membros de outras associações da localidade, etc.

O meu primeiro contato com o grupo reunido aconteceu no dia 09 de setembro de 2013, uma segunda-feira, a convite de um dos informantes desta pesquisa. Andando pela rua principal da localidade, pude avistar cartazes com festas de produtores locais, chamadas para várias reuniões de Associação de Moradores, Associação Comercial e Associação de Agricultores Familiares. Causou-me boa impressão tal fato, pois subentende-se uma certa mobilização popular em torno da importância da reunião.

Ao esperar o início da reunião, conversei com agricultores. Um senhor de 63 anos contou-me que durante 27 anos foi caseiro em um sítio e que gostava muito de

trabalhar com a terra, há alguns anos atrás plantava inhame e palma (flor) em seu próprio sítio. Outro contou que gostava mais das culturas perenes, como café, fruteiras, etc. Ambos reclamaram da prefeitura, da falta de assistência básica na localidade, como por exemplo, o posto de saúde, salário dos professores do município, serviços de transporte público.

Quando o presidente da AFASPS chegou, estava muito bem vestido, como para uma festa, trouxe diversos materiais: banners, jornais/boletins do Programa Rio Rural, livro de frequência, computador, cafezinho, água. Antes de começar a reunião o presidente pediu que falasse do projeto “Compartilhando saberes: integrando a cadeia produtiva da recuperação de áreas degradadas na bacia do Rio Macaé”. Na rápida conversa com o mesmo, ele se mostrou agitado para garantir uma boa recepção a todos os associados, senti que ali ainda não era o momento para apresentar o projeto, precisaria de mais aproximação.

Começaram a chegar os agricultores. Pesquisadores e outras equipes de convidados que fariam apresentações, como a equipe da Casa do Saber, que em São Pedro da Serra atua nas áreas: Educação Ambiental, Agroecologia e Turismo. Através de um projeto sob a orientação da antropóloga e Prof.^a Maria José Carneiro, do CPDA/UFRRJ e em parceira com a AFASPS, a Casa do Saber realizou visitas em regiões de produção sustentável com um grupo de agricultores.

Antes de iniciar a reunião às 19h40, o presidente deu saudações de “boa noite” e pediu um minuto de silêncio pelas pessoas (crianças, idosos, doentes) que não possuem alimentos e têm fome. Olhei ao meu redor e vi todos – homens, mulheres, crianças, jovens e idosos – fazendo suas reflexões.

Os primeiros informes da reunião foram os assuntos do dia, as próximas reuniões e suas respectivas pautas, a viagem à Venda Nova do Imigrante/ES (20 a 22/09), a eleição para a próxima gestão e a festa de aniversário da AFASPS em dezembro.

Teve início o primeiro ponto de pauta que se referia à apresentação de uma palestra: ‘Aposentadoria do homem do campo’, realizada por um advogado do INSS. Durante a sua apresentação percebeu-se que houve uma orientação para que o mesmo fizesse uma fala menos técnica e que fornecesse orientações pessoais de interesse do agricultor. Assim, além de informar sobre os direitos do trabalhador rural familiar e a documentação necessária para a comprovação de sua atividade, que não necessariamente seria a carteira de trabalho, foi relatada uma série de vicissitudes do

processo de aprovação dos pedidos de aposentadoria, que chega a reprovar cerca de 80% dos pedidos dos agricultores. Para tanto o palestrante foi categórico ao citar que os entrevistadores consideram marcas de sol na pele, marcas nas mãos e os termos que utilizam em sua fala. Como dica, para as mulheres sugeri: deixar brincos e anéis em casa, se vestirem com simplicidade, não declarar que faz bolo ou costura para fora. Outras estratégias para a entrevista foram: não usar palavras no diminutivo: lavourinha, sitiozinho, tomatinho; não dizer que paga frete, senão está descaracterizando a atividade rural familiar; não dizer que paga camaradas (mão-de-obra/diárias); não dizer que faz frete, porque podem pensar que você está ganhando um por fora. Uso de caminhões somente para sua própria produção e qualquer documentação apresentada sobre o assunto deve citar que o trajeto do caminhão é da propriedade até o Ceasa. Por fim, disse que as pessoas que avaliam são orientadas para não liberar os recursos.

A reunião seguiu com informações sobre participações dos membros em visitas de campo. As visitas aumentam a experiência do grupo sobre estratégias de sucesso, como, por exemplo, na localidade de Brejal em Petrópolis. Esta produz há 30 anos hortaliças, plantas medicinais e temperos sem utilização de agrotóxicos e sem fertilizantes químicos. É a primeira produção de orgânicos do estado do Rio de Janeiro. A equipe da Casa do Saber apresentou fotos da visita e alguns agricultores presentes comentaram o que mais tinha atraído a sua atenção.

A seguir foi apresentada a experiência da visita à Cooperativa de Crédito em Francisco Beltrão/PR, com apoio da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar - FETRAF. Conforme os relatos, as dificuldades para os agricultores familiares conseguirem um financiamento pelo PRONAF (Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal) são enormes. As dificuldades esbarram em problemas de políticas estaduais. Um dado concreto sobre o assunto foi o relato de que, no Paraná, uma cidade conseguiu 35 milhões de reais em crédito agrícola, enquanto toda a região serrana do estado do RJ tem 9 milhões em financiamentos.

As falas subsequentes foram no sentido de reforçar a importância dos agricultores e da reunião dos mesmos em associações:

- Depois da missa ou do culto religioso, as reuniões de associações são os eventos mais importantes para a comunidade, porque discutem ações para a coletividade.
- Não existe pequeno agricultor, existe agricultor familiar.

- A propriedade pode ser pequena, mas o agricultor é quem carrega o Brasil nas costas.
- Todo agricultor é um Grande Agricultor.
- Pesquisa de 2012 do CEASA/RJ, indicou que 92% do que a população do RJ consome são alimentos da agricultura familiar e no Brasil são 65%.
- Precisamos exigir muito respeito ao agricultor através da mobilização e da organização social.
- Nova Friburgo é o município mais organizado em associativismo no estado do RJ e a região serrana é a maior produtora de hortaliças da América do Sul.

Uma agricultora da plateia (que veio a ser, posteriormente, a A6 do grupo focal), se manifestou pela mobilização contra a APA e o presidente acalmou os ânimos dizendo que o assunto seria debatido em outra oportunidade e que a APA é algo com que todos terão que conviver.

Ao terminar a reunião, às 22h15, o presidente pediu mais um minuto de silêncio para agradecermos por mais um encontro, e concluiu dando os últimos informes: confirmação da ida à Venda Nova do Imigrante/ES até 13/09 (sexta-feira); a importância de estarem identificados como Associação em camisas, adesivos e bonés (venda de produtos da associação) nas viagens.

3. Visitas nas propriedades rurais

As indicações dos agricultores associados da AFASPS foram feitas pelo informante-chave em novembro de 2013. Contatos prévios por telefone celular foram feitos, explicando os objetivos das visitas e do estudo desenvolvido, convidando-os (a) para participar do grupo focal. Alguns aceitaram prontamente, outros pediram mais explicações e detalhes. Depois do aceite, as visitas aconteceram em três propriedades.

A primeira visita foi em 21/11/13 com o agricultor “A8”, que tem 35 anos e trabalha em contrato de parceria (meeiro³) num sítio em Benfica, onde cultiva banana, couve-flor, tomate, pimentão, jiló e berinjela numa área de três hectares (3 ha). É um agricultor convencional, faz uso de irrigação por aspersão e utiliza defensivos agrícolas. Suas áreas de plantio são íngremes e de difícil acesso.

Além de agricultor, “A8” realiza todas as etapas de embalagem da produção, além do transporte e negociações de comercialização duas vezes por semana no CEASA

³ Meeiro é a definição para o agricultor que trabalha cultivando a terra de terceiros, dividindo pela metade os lucros com o proprietário da terra. Geralmente é o responsável por todos os custos da produção.

Niterói. Contou-me sobre os desafios como negociante na hora de vender a produção e da rotina como motorista de seu próprio caminhão nos fretes, os riscos e perigos na estrada e as noites que passa frio dentro do caminhão. Por tudo isso, ele não vê o interesse dos filhos em continuarem na atividade.

Disse que se parasse de trabalhar em atividades agrícolas, iria viver de fretes. É beneficiário do Programa Rio Rural, mas está desmotivado e desabafou: “Onde antes era área de cultivo, hoje é área de preservação”.

A segunda visita foi em 22/11/13 com os agricultores “A3” e “A1”, pai e filho, 56 e 34 anos de idade respectivamente, arrendatários⁴ em um sítio em Lumiar, onde cultivam milho, banana, inhame e feijão. A área de plantio é em meio morro arredondado. “A3” contou que a área de quatro hectares (4 ha) era de um loteamento, mas a justiça de Nova Friburgo suspendeu as vendas por ausência de infraestrutura: energia elétrica, saneamento básico, etc.

Era dia de colheita de banana e quando cheguei eles estavam despencando os cachos e arrumando no caminhão de “A9”, atravessador e agricultor em Boa Esperança, que vende a produção no CEASA e na feira da Praça do Suspiro, no centro de Nova Friburgo. “A1” chegou trazendo nas costas alguns cachos dentro do jacá (cesto) que pesava aproximadamente 80 kg. Os cachos eram pesados numa balança e o valor anotado em um caderno, depois seguia para a despenca.

Conversamos sobre alternativas aos herbicidas aplicados nas ruas da lavoura para combater o capim. Foi sugerido o uso da roçadeira, mas “A3” disse: “roçando, no outro dia tá brotando de novo, além de aumentar a mão-de-obra”. Realiza o manejo com fogo que consiste em queimadas controladas que auxiliam na redução do volume da vegetação roçada. Também relatou fazer proteção do solo nas entrelinhas dos cultivos com restos de cultura (sabugo de milho, talos) deixando o solo úmido e com minhocas. Nas Áreas de Preservação Permanente (APP) distribuiu caixas de abelhas e também obtém renda pela venda do mel. “A3” e “A1” também são beneficiários do Programa Rio Rural, assim como “A8”.

A terceira visita foi em 23/11/13 com o agricultor “A5”, 67 anos, em sítio próprio com área de dois hectares (2 ha) na Bocaina dos Blaudts em São Pedro da Serra. Cultiva banana, feijão de vagem, milho, cana, ervilha, abóbora, maracujá e citrus. Faz o

⁴ Arrendatário é o agricultor que aluga a terra alheia para produzir. O pagamento do aluguel pode ser mensal ou anual, dependendo do tempo de arrendamento e do valor da terra.

cultivo em meia encosta em área declivosa seguindo as curvas de nível, onde trabalha manualmente. Usa irrigação por microaspersão com a ajuda de uma bomba d'água e “evita” agrotóxicos.

No dia da visita, estava extraíndo o ácido pirolenhoso, produzido através da condensação da fumaça pela queima de madeiras, usado na adubação orgânica e compostagem. Ele mesmo elaborou e montou um sistema próprio para obtê-lo. “A5” também faz trabalhos como ferreiro e marceneiro.

Relatou dificuldades com a água para irrigação, porque o seu tanque de armazenamento, no alto do morro, estava com muita vegetação e precisava ser limpo para não entupir o filtro e os aspersores.

Ele mesmo embala a produção e seu filho, agricultor em Barra Alegre no município vizinho de Bom Jardim, vende em conjunto toda produção da família.

4. Grupo focal e seus depoimentos

O grupo focal começou a ser definido em uma reunião específica da AFASPS em 09/02/15, com pauta voltada para o tema água. O relato da reunião segue abaixo:

Estavam presentes agricultores; representantes das Associações de Moradores de São Pedro da Serra (AMASPS) e Associação de Comercial e Industrial de São Pedro da Serra (ACISPS); Maria Gorete, assessora de comunicação da empresa Águas de Nova Friburgo; o vereador Ceará; o Sr. Tom Moura, empresa Adjet Ambiental, responsável pelo projeto Águas de São Pedro da Serra; representantes de universidades (UFRJ, UFF e UFRRJ) e do Colégio Estadual José Martins da Costa.

A abertura da reunião abordou denúncias veiculadas no jornal “A voz da Serra” sobre o desperdício de água e seu uso por um agricultor da região que faz irrigação. Nesta reportagem compararam o gasto mensal de água com irrigação e a quantidade de água que daria para abastecer 600 residências. Manifestações da assembleia indignada explicavam que os “pousadeiros” (donos de pousada da região) participam dessa campanha para culpabilizar os agricultores, mas que “o problema é a falta de investimentos da empresa Águas de Nova Friburgo” (depoimento de agricultor). A assessora de comunicação da empresa falou a respeito do que foi publicado, mas não deu mais explicações sobre a forma como os dados chegaram ao conhecimento do público.

O vereador se manifestou alegando que pedidos de melhorias já foram feitos, com documentação saída do próprio gabinete a partir de ofício encaminhado pela AFASPS e assegurou que o investimento da Águas de Nova Friburgo vai chegar.

Um agricultor mostrou por meio de um vídeo um tanque de uma adutora de captação de água da empresa, que estava transbordando, ou seja, desperdiçando água tratada.

O Sr. Tom, da empresa Adjet Ambiental, comentou as várias reuniões sobre o assunto, as estações de captação de água que estão sendo desativadas pela empresa Águas de Nova Friburgo e sobre o projeto Produtor de Águas, de importância reconhecida pelo governo. Em suma defendeu a atuação do agricultor como produtor de águas e concluiu lembrando que a gestão das águas é responsabilidade da comunidade.

Os representantes da ACISPS e da AMASPS pediram a palavra em apoio aos agricultores e declararam que todos estão juntos por São Pedro da Serra.

O presidente da AFASPS esclareceu que projetos de irrigação por gotejamento estão em andamento com o apoio da APA-MC e exigiu do jornal “A voz da Serra” um pedido de desculpas aos agricultores e que, antes de publicarem suas matérias, investiguem as verdades concretas. Também declarou que a empresa Águas de Nova Friburgo não demonstrou compromisso perante os agricultores, porque não estavam presentes os técnicos, só a assessora de comunicação, que não pôde dar as explicações que a assembleia queria ouvir.

Ao final da reunião, foi feita uma breve explicação sobre os objetivos e a metodologia do presente projeto e um convite para que os mesmos compusessem o Grupo Focal. Conjuntamente foi criada uma primeira lista de participantes com 10 nomes, oito homens e duas mulheres.

A partir da lista foi mantido contato telefônico e coletado informações para construção da identidade do grupo focal.

Nas duas manhãs dos encontros, nos dias 23 e 24/05/15, alguns participantes foram buscados em suas casas e outros já estavam no local combinado. Os participantes foram recebidos com um café da manhã, que foi o primeiro momento de confraternização antes do início das atividades de pesquisa. Sentamos em roda e o gravador ficou no chão ao centro. Foi explicado o objetivo da pesquisa, assim como a importância de cada um ali presente. Um dos participantes teve um imprevisto e não pode comparecer.

A conversa teve início a partir de uma dúvida sobre a área da bacia do rio Macaé enquanto era feita a leitura do TCLE. Esse mesmo agricultor se mostrou bom conhecedor de toda a região, citou várias localidades relacionando-as ao rio Macaé. Foram conversados alguns conceitos, entre eles o papel das serras na paisagem como divisores de águas.

“Uma pergunta só: o quê que caracteriza esse lugar aqui como bacia hidrográfica para Macaé? Três Picos também vem a fazer parte? Aí esse Três Picos vem aqui pro lado de Rio Bonito, Macaé de Cima” (A5 67 anos).

O porquê do anonimato no termo, causou desconforto para alguns agricultores que queriam que seus nomes aparecessem, disse um deles, “o agricultor já é um anônimo na sociedade” (A5 67 anos). Mesmo assim, conversamos e todos aceitaram os códigos como sua indicação pessoal.

As perguntas eram lidas e as respostas surgiam espontaneamente. O GF apresentou dificuldade em manter a discussão focada no tema proposto e um participante tentava monopolizar a conversa, o que dificultou a mediação. Manteve-se o ambiente descontraído e ao longo da discussão todos pareceram bem à vontade para responder. Ao final do encontro um filme de cinco minutos foi apresentado e comentamos a campanha da FAO/ONU para 2015 sobre os solos agrícolas.

No segundo encontro os sete participantes estavam presentes. O assunto parecia repetitivo, porque era uma continuação da conversa do dia anterior. Todos foram estimulados a darem suas opiniões e o clima de descontração se repetiu, mesmo com a mudança na composição do grupo (Figuras 14 e 15). Concluimos o encontro com a leitura de algumas imagens documentadas no livro *Hungry Planet* de Peter Menzel (2006) em que o fotógrafo mostra dezenas de famílias, de diferentes países, e seus alimentos consumidos no período de uma semana.

Fizemos uma reflexão sobre segurança alimentar e nutricional e projetamos cenários sobre quais alimentos teremos em nossa mesa daqui há algum tempo, de acordo com o que tem acontecido com os (a) agricultores (a) e com a agricultura familiar na região e no país.



Figura 14 – 2º encontro do Grupo Focal de agricultores de São Pedro da Serra.
(Fonte: Lobato, 2015)



Figura 15 – Encerramento da entrevista com o Grupo Focal.
(Fonte: Pedrinho, 2015)

Depoimentos:

a) Percepção das Naturezas

O conceito de Natureza apresentado pelo GF teve vários significados. O natural foi interpretado como a maneira comum de se fazer alguma coisa, como por exemplo, o tipo de trabalho desenvolvido na lavoura, os costumes, a rotina com a família. “*Já que o*

governo está mapeando a nossa propriedade, temos que ter liberdade para fazer o que a gente gosta, para se sentir natural, do ser da gente” (A3, 55 anos).

Natureza também apareceu dentro de um contexto relacionado às criações (porcos, galinhas, bois, etc.): *“Eu sou revoltado porque eu tinha boi e o INEA foi lá e impediu a criação. Sai da rota da natureza. A gente tá dezoito anos vendo o mato crescer.” (A3, 55 anos)*

Em muitas respostas as justificativas vinham acompanhadas com casos e acontecimentos locais recentes ou antigos, além de lembranças pessoais.

“Quando a gente era criança, nem tinha tanta conta pra pagar. A gente plantava, na verdade queimava também as terra. A vida era gostosa... A gente não tinha fiscalização. Só que de uns tempo pra cá a gente tá sem liberdade pra trabalhar. Pescava... As águas eram limpa. O rio era limpinho. Não tem quase agricultor mais. Os agricultores na verdade saíram.” (A3, 55 anos).

Natureza também é o ser humano no sentido de realização ou potencial. Aspectos de uma Natureza relacionados ao caráter ou comportamento, o bem e o mal, também foram notados. *“Quando se impede o trabalho do agricultor a coisa sai da rota da natureza, e ficamos esperando acontecer, deixando o sítio no mato. Trabalho também faz parte da Natureza.” (A3, 55 nos).*

A natureza com uma acepção de ambiente selvagem foi mencionada, considerando-se um aspecto concorrente às atividades desenvolvidas pela agricultura, citando os animais silvestres que estão entrando em contato com as residências e as criações, mesmo a atenção do governo com relação à questão ambiental e às contradições na lei.

Você não pode prender passarinho, mas tem fábricas de gaiolas registradas. (A5, 67 anos).

As matas aumentaram e agricultores tão indo embora. Os morros eram desmatados e todo plantado. Hoje tem mais mata e menos água. Antes se caçava, hoje os animais vem dentro da nossa casa. (A2, 46 anos)

A natureza está protegida e nós esquecidos. Para multar os carros do governo chegam rapidinho, para dar assistência técnica não têm gasolina. (A7, 45 anos)

Esse aspecto concorrente também produz um discurso onde o agricultor se vê como figura central, responsável pela conservação do meio ambiente e, ao mesmo tempo, pressionado.

Protegemos as nossas nascentes nas propriedades e os governos não investem em saneamento. Fezes e esgotos contaminam as águas do rio. (A7, 45 anos)

b) Leis Ambientais

Todos foram unânimes em relação à importância das leis ambientais como regras. A impressão que se tem depois dos dados coletados e das observações é que a comunidade de agricultores de São Pedro da Serra tem boa vontade em regularizar suas propriedades segundo a legislação ambiental e está consciente de suas obrigações quanto à adequação ambiental das mesmas, respeitando áreas de topo de morro e margens de rios e córregos (matas ciliares). Ao mesmo tempo quer ter “liberdade” para trabalhar na área permitida, usando as técnicas tradicionais de pousio e também, em alguns casos, queima controlada da vegetação roçada. Como exemplo foi citado o caso do Cadastro Ambiental Rural (CAR), instrumento criado para declarar e demarcar as áreas consolidadas, permitidas para uso de acordo com o Código Florestal, que segundo os agricultores, não estão sendo cultivadas por causa da proibição do uso controlado do fogo.

Muitas queixas foram assumidas porque aqueles que executam as leis, principalmente os fiscais e outras autoridades, não tratam o agricultor com decência. Vários casos de abordagens truculentas e violentas por parte daqueles que representam as leis foram lembrados. A atuação do governo estadual, municipal e de ONG's causa descontentamento e são entidades em descrédito entre os agricultores.

O INEA vem olhar, mas não dá opções, não oferece direito de escolha e assim ficamos revoltados, porque já demos o topo e a beira de rio para o governo, a área de trabalho é nossa. (A3, 55 anos)

Pousio sem a queima controlada não é interessante. Nossa topografia inclinada não permite a incorporação dos resíduos. As ações do INEA não protegem o meio ambiente. Não foi nada de bom! O tiro saiu pela culatra! Pasto substituindo a mata, terrenos improdutivos. (A7, 45 anos).

c) Noção de cidadania e a produção de alimentos

A atuação dos órgãos de suporte ao agricultor soma-se a percepção geral sobre a baixa valorização da atividade. Os agricultores se sentem marginalizados, dizem continuar por insistência e teimosia. *“Tenho três filhos homens, todos saíram. Vale a pena lutar pelo agricultor, pela agricultura. Falta apoio e estrutura”*. (A6, 48 anos)

“Só tá trabalhando o cara que gosta do negócio. Só fica os teimosos, porque você tá sendo marginalizado, faz uma rocinha você pode ser preso”. (A5, 67 anos)

Foi lembrado um comentário no desfile em comemoração à emancipação do município de Nova Friburgo, onde a figura do agricultor pareceu ao público como algo engraçado. *“Agora os “esquisitos” [risos]: Manoel foi com aquele jacá (cesto), aquele chapelão”*. (A6, 48 anos)

Segundo os agricultores, isso compromete o interesse de filhos e jovens na profissão.

A continuação dos agricultores, aqueles que trabalham sem recursos, como eu trabalho... jamais, se eu tivesse um descendente, um filho, eu ia querer essa vida pra ele. Mas esses que tão bem, que têm tobata (microtrator), irrigação... talvez as crianças vão continuar, porque vão pegar tudo de mãos beijadas. (A5, 67 anos)

As dificuldades do dia-a-dia de trabalho: áreas em topografia inclinada, fiscalização ambiental, ausência de assistência técnica, descapitalização para investimentos em modernização da atividade e o quadro de discriminação, tornam as reuniões da AFASPS um momento de reflexão sobre a prática e a colocação social do agricultor familiar, o que os ajudam a manter a autoestima elevada, um desafio para os que ainda insistem na atividade.

Para os participantes do GF desconsidera-se, por parte dos representantes das instituições públicas e das leis ambientais, o papel dos agricultores como responsáveis pelo estado atual de conservação da área. Segundo seus depoimentos, as áreas de nascentes sempre foram protegidas pelos agricultores, este conhecimento passava de pai para filho. *“Desde que o mundo é mundo a quantidade de água é a mesma. Antigamente as chuvas eram mais regulares. A natureza se modificou, o ser humano acabou com ela”*. (A5, 67 anos)

Demonstraram também a insatisfação pelo apelo do ecológico, do verde como maquiagem e que em nome da Natureza os governos querem aumentar sua arrecadação. *“Natureza hoje é uma grande empresa”*. (A1, 34 anos)

Um histórico sobre a economia agrícola local foi relatado, lembrando aspectos fitossanitários, consórcios e rotação de cultivos. Também a importância do pousio para o reequilíbrio do solo e restauração dos inimigos naturais que ajudam no controle natural de pragas e doenças.

A economia aqui já foi a palma (flor), hormônio em excesso deu doença. Ferrugem no café. Batata doce e batata inglesa acabam com a terra. Banana não sai onde tem batata doce. Banana com inhame não combina. Batata inglesa acaba com a terra, deixa murchadeira (doença) para o tomate.(A5, 67 anos)

Pousio está deixando de existir. Controle de pragas só fogo ou veneno, que é caríssimo, como o exemplo do caramujo.(A6, 48 anos)

O tipo de assistência técnica que é necessária, segundo os agricultores, para não disseminar pragas e doenças na lavoura.

Cuidados nas visitas nos sítios. Assistência técnica deve fazer como esta reunião aqui. Não entrar nas lavouras para sair disseminando doenças. Consultar aqui, num espaço comum. (A7, 67 anos)

Depois, foram sugerindo o que é importante para a continuidade da atividade agrícola na região, sejam nos aspectos técnicos, seja na valorização da atividade rural e do agricultor como pessoa:

“Liberdade e assistência técnica, dinheiro a gente tem para os afazeres”. (A1, 34 anos).

“Autoridades devem tratar melhor os agricultores, com educação”. (A2, 46 anos).

“A queima é um ‘mal’ necessário, na nossa topografia não há como revolver o solo”. (A7, 67 anos).

“Eu e meu patrão na mesma área fazendo rotação de culturas com fertilizante e agrotóxico. Fazemos coberturas, roçadas, mas depende de mão-de-obra”. (A4, 60 anos).

CONCLUSÕES

A partir dos resultados apresentados é possível concluir que:

(1) Os agricultores familiares utilizam em sua rotina de produção agrícola técnicas de conservação dos recursos naturais, solo e água, como por exemplo, o plantio em curvas de nível, a construção de terraços, manutenção da umidade do solo com cobertura morta (restos e palhada), proteção das nascentes e dos corpos hídricos. A produção de mel foi citada em depoimento como uma alternativa de renda para Áreas de Preservação Permanente.

Foi notado que, dependendo do vínculo do agricultor com a terra (meeiro, arrendatário ou proprietário) o cuidado com a produção é diferente. A utilização de agrotóxicos e fertilizantes químicos, componentes da agricultura convencional comercial, ocorre quando a venda dos produtos é o objetivo principal, comum em contratos de parcerias (meeiro). Já quando a produção é diversificada e para o autoconsumo também, os cuidados com os impactos ambientais e com a saúde humana são considerados.

(2) As reuniões da associação são um momento para explicações, esclarecimentos, dúvidas sobre as leis ambientais, trabalhistas, previdenciária, etc. Em relação ao Código Florestal, os agricultores se mostram conscientes de suas obrigações e dispostos a adequar ambientalmente suas propriedades, sabendo que em áreas menores, dentre outras características, as exigências são mais brandas. Portanto a legislação ambiental apresenta condições diferenciadas quanto às responsabilidades dos agricultores familiares.

Percebeu-se que, no início das abordagens de fiscalização, a intervenção punitiva dos agentes causou grande descontentamento. Os órgãos governamentais são muito criticados: *“Para multar os carros do governo chegam rapidinho, para dar assistência técnica não têm gasolina”*. (A7, 45 anos, 23/05/15).

O problema não era o texto da lei ambiental, seja o Código Florestal e/ou a Lei da Mata Atlântica, mas sim a forma como era cobrada e o desrespeito pelos agricultores enquanto pessoas, cidadãos. *“Guarda-parques da APA fiscalizam intimidando as*

peessoas, quanto mais simples a aparência, mais violentos eles são. Amedrontar, dizer que vai prender e multar – essa é a postura deles.” (I2 em 23/08/13).

É importante uma assistência técnica de qualidade para auxiliar na inovação em manejo e técnicas de produção, como interferência educativa de modo participativo para efetuar as exigências da lei ambiental. *“O INEA vem olhar, mas não dá opções, não oferece direito de escolha e assim ficamos revoltados, porque já demos o topo e a beira de rio para o governo, a área de trabalho é nossa.”* (A3, 55 anos, 23/05/15).

(3) Como políticas públicas para estimular o desenvolvimento rural sustentável foram mencionadas PRONAF, RIO RURAL e Projetos do Comitê de Bacias Hidrográficas. Nas entrevistas iniciais foram sugeridas opções de manejo de produção nas Áreas de Preservação Permanente - APP's, como por exemplo, a implantação de Sistemas Agroflorestais - SAF's.

Os sistemas agroflorestais na serra podem não ajudar a produzir, por causa da pouca insolação e temperaturas mais frias. Só para espécies de culturas adaptadas à sombra. Já em Casimiro de Abreu, por ser plano e mais quente, pode dar mais certo.
Para nós a agricultura orgânica seria melhor. (I4 em 10/08/13).

Este mesmo agricultor cedeu em 2014 uma área em seu sítio para um mutirão de plantio de mudas para um SAF com estudantes da UFRRJ. As mudanças no manejo agrícola, principalmente aquelas com aumento de mão-de-obra, são efetivamente praticadas quando acontecem em ação conjunta, parceria e mutirão.

Antes da aprovação da Resolução 134/16 do INEA, que estabeleceu recentemente novas regras para o pousio e queima controlada, o agricultor estava preferindo substituir a produção agrícola pela pecuária. As dificuldades com a proibição do uso do fogo e com o tempo reduzido para o pousio levaram alguns agricultores a “limparem” seus terrenos para o plantio de capim e formação de pastagens.

Pousio sem a queima controlada não é interessante. Nossa topografia inclinada não permite a incorporação dos resíduos. As ações do INEA não protegem o meio ambiente. Não foi nada de bom! O tiro saiu pela culatra! Pasto substituindo a mata, terrenos improdutivos. (A7, 45 anos, 23/05/15).

Pousio está deixando de existir. Controle de pragas só fogo ou veneno, que é caríssimo, como o exemplo do caramujo. (A6, 48 anos, 24/05/15).

(4) As restrições impostas aos agricultores familiares na gestão anterior da APA de Macaé de Cima, pelo Batalhão Florestal, etc., desestimulou a produção agrícola. Muitos venderam seus sítios e foram para outros municípios. Daqueles que ficaram, uma boa parte migrou para outras atividades, principalmente àquelas relacionadas ao turismo. O aumento no número de pousadas, por exemplo, trouxe outro problema ambiental: a poluição das águas por esgoto.

O maior problema da localidade é o tratamento de esgoto. As águas do antigo poço da Usina (usadas para banho) estão poluídas porque recebem os esgotos das pousadas de São Pedro. (14 em 10/08/13).

A mobilização de universidades, equipes gestoras de unidades de conservação (REBIO União, REBIO Poço das antas, etc.), órgãos governamentais e organizações não governamentais para promover discussões sobre alterações na legislação ambiental estadual, para regulamentar as práticas de pousio e agroflorestais, resultou na construção da resolução 134/16, que permite o uso do fogo, observadas as restrições em legislação pertinente (Lei estadual nº 2.049/92, Dec. Federal nº 6.660/08 e Lei Fed. 12.651/12) e mediante autorização do INEA.

A atual gestão da APA demonstra ações de integração com os agricultores, participando de suas reuniões e trazendo a possibilidade de parcerias para apoiar a produção agrícola familiar, como será descrito nas considerações finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação buscou colocar em evidência os (as) agricultores (as) de São Pedro da Serra e adjacências, reunidos em associação, no contexto das disputas entre a continuidade da atividade agrícola e a adequação ambiental preconizada pela legislação e seguida pelos órgãos fiscalizadores.

Esta pesquisa também se une a outras (ALENTEJANO, 2003; AZEVEDO, 2012; CARNEIRO, 2010; MARTINS, 2012; MENDES, 2011; MEYER e ARAÚJO, 2003; MOTA, 2009; SÁ REGO, 2009; SANTOS, 2009; TEIXEIRA, 2009) no intuito de aumentar a compreensão sobre o trabalho dos (a) agricultores (a) familiares na região serrana fluminense, a produção agrícola sustentável e a conservação ambiental.

Em seus depoimentos os agricultores responderam que reconhecem a importância da legislação ambiental para a proteção das águas e etc. e que estão conscientes de suas obrigações e dispostos a respeitar as normas ambientais vigentes,

tendo o seu modo de trabalhar com a terra, também respeitado. Ao mesmo tempo, cobram do poder público recursos financeiros e assistência técnica, através de políticas públicas, para que tenham acompanhamento e garantam uma produção adequada às suas necessidades de bem-estar e qualidade de vida, visto que o ser humano também faz parte da Natureza.

Na localidade, de acordo com os agricultores, os remanescentes de Mata Atlântica foram historicamente protegidos graças às práticas agrícolas de pousio, previstas no Código Florestal Lei 12.651/12 e recentemente vigorando também na Resolução Estadual 134/16 do INEA, que significou progressos para a continuidade da atividade agrícola, estabelecendo critérios e procedimentos para a prática do pousio e uso do fogo nas pequenas propriedades rurais.

A participação dos agricultores da AFASPS no Conselho Consultivo da APA (ANEXO 3) e a aprovação do Plano de Manejo representam pontos positivos de integração com a comunidade. Neste sentido, a solução dos conflitos socioambientais terá uma via possível através da construção de consensos e acordos.

Da origem do conflito a criação da AFASPS

A partir da implantação da APA de Macaé de Cima, a fiscalização do uso dos recursos naturais, principalmente os madeireiros, deu início aos conflitos entre órgãos públicos ambientais e agricultores familiares, devido ao uso do fogo e à prática do pousio. *“a região, apesar da atividade dos agricultores, nunca esteve tão “verde”; a agricultura está diminuindo, mas não há alternativas para os agricultores.”* (Ata de reunião da AMOLA e o MP-RJ em 24/09/08).

O projeto “Águas para o futuro”, de Moura *et al.* (2014), mapeou o uso e cobertura do solo da microbacia do rio São Pedro, mostrando que a área total é aproximadamente 2.530ha, sendo: 68% de florestas, 11,7 % de pastagens e 6,1% de áreas agrícolas.

Vale ressaltar que a mesma fiscalização rigorosa não acontecia para o controle da qualidade das águas dos corpos hídricos, por exemplo. *“Protegemos as nossas nascentes nas propriedades e os governos não investem em saneamento.”* (A7, 45 anos, 23/05/15).

A maneira impositiva que definiu a área territorial da APA, o diálogo insuficiente com a comunidade rural e a postura punitiva dos fiscais ambientais, fez com que os agricultores se mobilizassem. Sentindo-se excluídos do processo decisório e

assistindo outros agricultores desistirem da atividade, eles se organizaram em associação em 2011. A organização comunitária estabelecida pelos agricultores familiares da AFASPS preencheu a lacuna da reivindicação legítima do direito de serem ouvidos. Conclui-se que os agricultores só passaram a ter visibilidade, ou seja, serem notados e ouvidos, depois que se organizaram.

Eles buscaram seu modo de manifestar sua insatisfação e suas reivindicações, se apresentando como portadores de outros projetos de vida e de interação com o meio ambiente, através do embate e da resistência para fazer valer as representações que orientam o uso e a ocupação do espaço por eles entendido (ZHOURI e LASCHEFSKI, 2010).

Mas para os agricultores familiares que ficaram os desafios ainda são grandes. Mesmo fortalecidos com a associação, o desinteresse dos jovens pela atividade é grande, devido às dificuldades de relevo, de assistência técnica frequente e de qualidade, de comercialização da produção, de adequação à legislação ambiental, etc.

Dos três mil habitantes fixos, 90% eram agricultores, hoje a associação tem 60 pessoas, não são 60 famílias. Há êxodo rural entre os mais jovens. Não querem produzir, não darão continuidade ao trabalho com a agricultura. Esta é a última geração de agricultura na região... processo de até quinze anos. (I4 em 10/08/13).

As instituições estão acompanhando esta realidade e, na tentativa de favorecer a produção agrícola na região, demonstram o interesse em trabalhar articuladas para promover uma agricultura aliada à conservação ambiental, garantindo a participação dos agricultores familiares nas decisões. E algumas boas iniciativas estão em andamento, como veremos a seguir.

Gestão Ambiental pública participativa

Além da preservação, proteção da fauna e flora, restauração de processos ecológicos, etc., são incumbências do Poder Público, previstas na CF/88, a educação ambiental como instrumento estratégico para a concretização do controle social sobre o processo de acesso e uso do patrimônio ambiental brasileiro. Na gestão ambiental a busca por cooperação e parceria são imprescindíveis, desta forma Poder Público e sociedade não se opõem, mas se complementam. A busca por sua efetivação exige das pessoas envolvidas objetivos comuns, compromisso com a causa ambiental, transparência, humildade, postura negociadora. (QUINTAS, 2006).

Assim como existe a Biodiversidade, o meio social não é homogêneo. Há heterogeneidade no meio social, definida pela Sociodiversidade. As disputas entre os diversos atores sociais geram Conflito, que é

uma forma de interação entre indivíduos, grupos, organizações e coletividades que implica em choques para o acesso e a distribuição de recursos escassos. Obviamente, o conflito é apenas uma das possíveis formas de interação entre indivíduos, grupos, organizações e coletividades. Uma outra forma possível é a cooperação. (QUINTAS, 2006, p. 25)

A partir de 2014 a nova gestão da APA de Macaé de Cima iniciou ações de aproximação com os agricultores, como por exemplo, o projeto de unidades demonstrativas de irrigação por gotejamento para uso coletivo, em parceria com a AS-PTA. Neste projeto o agricultor receberia todo o equipamento de irrigação sem custo para utilizá-lo em sua propriedade, posteriormente passaria para outro interessado na técnica.

Em sua rotina diária o agricultor está enfrentando impactos ambientais como erosão dos solos e secagem dos corpos hídricos; falta de assistência técnica pública regular e de qualidade; embates com fiscais ambientais; dificuldades na sua reprodução social (problema geracional); descapitalização; exigências quanto à destinação do espaço rural para produção, consumo e preservação; especulação imobiliária. Mas estar incluído em uma APA pode também trazer benefícios econômicos para as famílias de agricultores e, como um dos informantes desta pesquisa propôs, o beneficiamento da produção agrícola através de uma “*Cooperativa para processar inhame, banana, mel; colocar um selo, um rótulo, um símbolo da APA de Macaé de Cima*” (I1 em 29/07/13), comprovando o manejo ambiental das propriedades pode ser um caminho para mostrar que a agricultura familiar é possível na APA de Macaé de Cima.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACAMEP – Associação Cândido Mendes de Ensino e Pesquisa. Projeto Macaé Rio Sustentável. Diagnóstico Socioambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Macaé. Universidade Cândido Mendes, UCAM. 2011. 341p. Disponível em http://www.macaeriosustentavel.com.br/wpcontent/uploads/2014/05/Diagnostico_Socio-Ambiental_Bacia_hidrografica_Rio_Macaee.pdf Acesso em 19/11/14
- ACSELRAD, H. (Org.). Conflitos ambientais no Brasil. Rio de Janeiro. RelumeDarumá. Fundação Heinrich Böll. 2004. 294p.
- ALENTEJANO, P. R. R. Reforma agrária, território e desenvolvimento no Rio de Janeiro. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro. CPDA / UFRRJ. 2003. 376 p. In: TEIXEIRA, V.L. Novos contornos ocupacionais no meio rural fluminense: um estudo sobre a pluriatividade entre agricultores familiares. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) Universidade Estadual de Campinas, Unicamp. 263 fls. 2009. Disponível em www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=000471738 Acesso em 03/04/15.
- ALERJ. Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Deputados irão fiscalizar a implantação da APA de Macaé de Cima. Disponível em <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/compcom.nsf/e36c0566701326d503256810007413ca/94727ea055a720938325738500757c4c?OpenDocument> Acesso em 31/07/2013.
- ALMEIDA, C. da S. Organismos geneticamente modificados e atores diretamente impactados: Como agricultores brasileiros avaliam os cultivos transgênicos? Tese (Doutorado em Química Biológica) – Instituto de Bioquímica Médica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Rio de Janeiro. 2012. 349fl. Disponível em <http://www.museudavida.fiocruz.br/brasiana/media/TeseCarla daSilva%20Almeida.pdf> Acesso em 31/10/2014.
- AMOROZO, M. C. de M.; MING, L. C.; SILVA, S. M. P. da (Coords.) Métodos de coleta e análise de dados em etnobiologia, etnoecologia e disciplinas correlatas: Anais Seminário de Etnobiologia e Etnoecologia do Sudeste (1.: 2001: Rio Claro, SP) Universidade Estadual de São Paulo, UNESP/CNPq, Rio Claro, SP. 2002, 28 p.
- ARAÚJO, A. C. de Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade: um diálogo entre Carlos Walter Porto Gonçalves e Enrique Leff. Campo-território: revista de Geografia agrária, v. 8, nº 15, p. 1-6, fev 2013. Disponível em <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/17656/12071> Acesso em 25/10/15.
- AZEVEDO, D. C. F. de Espaços rurais e conflitos ambientais. Revista Eletrônica POLÊMICA, v.11, n.3, julho/setembro 2012; Laboratório de Estudos

Contemporâneos – LABORE/ Universidade Estadual do Rio de Janeiro, UERJ. Disponível em <http://www.e-publicacoes.uerj.br/ojs/index.php/polemica/article/view/3736> Acesso em 16/06/13.

BARBOSA, F. L. Estruturas promotoras de educação ambiental pública: contribuições a partir dos pólos do projeto pólen. Dissertação mestrado. Núcleo de Estudos xxx/Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ. 2013. 105fl. Disponível em http://www.macaue.ufrj.br/ppgciac/images/Disserta%C3%A7%C3%B5es/FELIP E_LIMA_BARBOSA.pdf Acesso em 24/09/14.

BARBOUR, R. Doing Focus Groups. Londres: SAGE, 2007. In: ALMEIDA, C. da S. Organismos geneticamente modificados e atores diretamente impactados: Como agricultores brasileiros avaliam os cultivos transgênicos? Tese (Doutorado em Química Biológica) – Instituto de Bioquímica Médica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Rio de Janeiro. 2012. 349fl. Disponível em <http://www.museudavida.fiocruz.br/brasiliansa/media/TeseCarla daSilva%20Almeida.pdf> Acesso em 31/10/2014.

BAUER, M. W. e GASKELL G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. 13ª ed. Petrópolis, RJ. Vozes. 2015. 516p.

BEAUD, S. e WEBER, F. Guia para a pesquisa de campo. Primeira parte: as condições da pesquisa. Petrópolis. Editora Vozes. 21 – 64p. Disponível em https://csociais.files.wordpress.com/2014/05/beaud_weber_cap-4-observar.pdf Acesso em 21/10/2013.

BECKER, H.S. (Org.) Métodos de pesquisa em ciências sociais. Cap. 3 Evidências de trabalho de campo. São Paulo: Hucitec, 1993.

BOTELHO, J. Iñame, igrname, yame: a festa do inhame. *A voz da Serra*. Nova Friburgo. 14 de janeiro de 2015. Coluna história e memória. Disponível em <http://avozdaserra.com.br/colunas/historia-e-memoria/iname-igrname-yame-a-festa-do-inhame> Acesso em 03/04/16.

_____, J. Terra dos inhames: cotidiano e memória. *A voz da Serra*. Nova Friburgo. 08 de agosto de 2013. Coluna história e memória. Disponível em <http://avozdaserra.com.br/colunaxxxxxx> Acesso em 03/04/16.

BOURDIEU, P. O Poder simbólico. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989. In: PEREIRA, G. R. de M. e CATANI, A. F. Espaço social e espaço simbólico: introdução a uma topologia social. *Perspectiva*. Florianópolis, v. 20, nº Especial, p. 107-120. Jul./Dez. 2002.

_____, P. *Razões práticas*. Campinas: Papius, 1997. In: PONTES, N. L. M. T. de. *Classes sociais, identidade e reconhecimento: críticas bourdieusianas*. *Mediações*, Londrina, v. 16, n. 2, p. 266-278, Jul/Dez 2011.

_____, **P. O poder simbólico**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. In: SANTOS, L. B. dos. A criação de unidades de conservação no Espírito Santo entre 1940 e 2000: contextualização, conflitos e redes de interesse na apropriação social do meio ambiente. Tese (doutorado). Programa de Pós Graduação em História, PPGH do Centro de Ciências Humanas e Naturais, CCHN da Universidade Federal do Espírito Santo, UFES. 347 fls.

BRANDÃO, C. R. (Org.) Pesquisa participante. São Paulo. Brasiliense. 1982.

BRASIL. Decreto nº 29.544, de 09 de maio de 1951. Declara protetora, de acôrdo com art. 4º, item a, combinado com o art. 11 e seu parágrafo único, do Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934, parte da mata existente na fazenda Pedra Branca no município fluminense de Nova Friburgo, e dá outras providências. Rio de Janeiro. RJ . 1951. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-29544-9-maio-1951-335067-norma-pe.html> Acesso em 12/05/2016.

_____. Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Brasília, DF. 1997. Disponível em <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=370> Acesso em 04/05/2013.

_____. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente; e dá outras providências. Brasília, DF. 1998. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9605.htm Acesso em 07/11/12.

_____. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e dá outras providências. Brasília, DF. 2000. Disponível em <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=322> Acesso em 31/07/13.

_____. Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4340.htm Acesso em 31/07/13.

_____, Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, DF. 2006. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2006/lei-11326-24-julho-2006-544830-norma-actualizada-pl.html> Acesso em 18/10/14.

- _____. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN. Brasília, DF. 2006. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-006/2006/lei/111346.htm Acesso em 18/10/14.
- _____. Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. Brasília, DF. 2010. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm Acesso em 18/10/14.
- _____. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; e dá outras providências. Brasília, DF. 2012. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-014/2012/lei/112651.htm Acesso em 08/11/12.
- _____. Decreto nº 7.830, de 17 de outubro de 2012. Dispõe sobre o Sistema de Cadastro Ambiental Rural, o Cadastro Ambiental Rural e estabelece normas de caráter geral aos Programas de Regularização Ambiental. Brasília, DF. 2012. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7830.htm Acesso em 8/11/12.
- _____. Em discussão (revista eletrônica), Audiências públicas. Senado Federal, ano 2, v.9 dezembro de 2011, p. 1 do texto Disponível em <http://www12.senado.leg.br/jornal/revista-em-discussao> Acesso em 03/02/16.
- CARNEIRO, F.F. (Org.) Dossiê ABRASCO Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. 2015. 628p. Disponível em http://www.abrasco.org.br/dossieagrototoxicos/wp-content/uploads/2013/10/Dossi_eAbrasco_2015_web.pdf Acesso em 11/10/15.
- CARNEIRO, M. J. “Rural” como categoria de pensamento, Ruris, volume 2, número 1, março de 2008. 9-38p. Disponível em http://www.ifch.unicamp.br/ceres/2008-maria_carneiro.pdf Acesso em 01/08/13.
- _____ e ROCHA, B. N. Limites e possibilidade da construção de “territórios de desenvolvimento” na região serrana do Rio de Janeiro. Política e Sociedade, nº 14, abril de 2009, p. 251 – 275. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2009v8n14p251/10960> Acesso em 04/08/14.
- _____ ; BERTOLINO A.V.F.A., BERTOLINO L. C. Agricultores e territórios: práticas e saberes. Rio de Janeiro: Trasso comunicação/CNPq/Faperj. 2010. Partes 1 e 2. 72p. Disponível em http://r1.ufrj.br/cpda/cinais/arquivos/_agri_terr_parte1.pdf Acesso em 18/06/13.

- CANTELE, T. D. e REIS, R. P. Código Florestal Brasileiro em debate: origem, evolução, alterações e resoluções CONAMA correspondentes. Apresentação oral. 50º congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural - SOBER. Vitória, ES. 2012
- CARVALHO, I. S. H. e BERGAMASCO, S. M. P. P. Sociologia rural e etnociências: convergências e diálogos interdisciplinares. V Encontro Nacional Associação Nacional de Pós-graduação em Pesquisa Ambiente e Sociedade - ANPPAS. 2010.
- COMITÊ DE BACIA DO RIO MACAÉ. CBH Macaé Ostras. Produtor de águas. Relatório parcial II. 2014.
- COSTA, R. N. e FARIAS, M. de F. Monitoramento do Rio Macaé com base na participação das Escolas Públicas, uma ação para a sustentabilidade. Revista Visões 4ª Edição, Nº 4, Volume 1 – Jan/Jun 2008.
- CUNHA, S. B. e GUERRA, A. J. T. A questão ambiental – diferentes abordagens. Capítulo 1 - Sociedade e Natureza. Bertrand Brasil. 2003. 283p.
- DEAN, W. A ferro e fogo. São Paulo. Companhia das Letras. 1996. 484p.
- DEMO, P. Metodologia científica em Ciências Sociais. 3ª edição revista e ampliada. São Paulo: Atlas, 1995. Disponível em <http://josesales.com.br/arquivos/DEMO%20Pedro.%20Metodologia%20cient%20C3%ADfca%20em%20Si%20C3%AAncias%20Sociais.pdf> Acesso em 11/10/15.
- DIEGUES, A. C. O mito moderno da natureza intocada. Hucitec. 3ª edição. São Paulo. 2001.
- DIEGUES, A. C. Biodiversidade e comunidades tradicionais no Brasil. NUPAMB, USP 2000.
- FREIRE, L. R. (Coord.) Manual de calagem e adubação do Estado do Rio de Janeiro. Brasília DF: EMBRAPA; Seropédica, RJ: Editora Universidade Rural, 2013. 430p.
- FUENTES, N. M. M. Território, saberes e imagens: um estudo sobre a percepção da população do entorno sobre o Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, Rio de Janeiro, Brasil. Dissertação (mestrado). Macaé: Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ/campus Macaé Prof. Aloísio Teixeira, 2013. 142 fl. Disponível em www.macaue.ufrj.br/ppgciac/images/Dissertações/Nathalia_Moura_Muzy_Fuentes.pdf Acesso em 01/11/14.

- GALLERT, A. Z. et al Subjetividade na pesquisa qualitativa: uma aproximação da produção teórica de González Rey. Disponível em: www.maxwell.vrac.puc-rio.br/18055/18055.pdf Acesso em 02/05/16.
- GALVÃO, L. Risco rural segurança do trabalho Lei 4.471/65 comentado. 18p.
- GODOY, C. M. T. Agricultura familiar no município de Santa Rosa / RS entre a produção e a legislação ambiental: limites e possibilidades. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, Santa Maria, RS. 2011. 116f.
- GOLDEMBERG, M. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Record. 1997.
- GOMES, A. A. Usos e possibilidades do grupo focal e outras alternativas metodológicas. V.2, nº1, julho de 2003.
- GOMES, J. M. Conservação da natureza e emancipação social. Dissertação (mestrado) Universidade de Brasília. 2012.
- GOMES M. E. S. e BARBOSA E. F. A técnica de grupos focais para obtenção de dados qualitativos. Revista Educativa. Instituto de Pesquisas e Inovações Educacionais (publicação interna). 1999. Disponível em Acesso em 18/12/14.
- GOMEZ-POMPA & KAUS, A. 1992. "TamingtheWildernessMyth". In: Bioscience 42(4). In: DIEGUES, A. C. O mito moderno da natureza intocada. Hucitec. 3ª edição. São Paulo. 2001.
- GONDIM, S. M.G. Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. Paideia, 12(24), 149-161, 2003.
- HAGUETE, T. M. F. Pesquisa-ação e pesquisa participante. In: Metodologias qualitativas na sociologia. Petrópolis. Vozes. 2000.
- HOGAN, D. J. (Org.). Dinâmica populacional e mudança ambiental: cenários para o desenvolvimento brasileiro. Núcleo de Estudos de População-Nepo/ Universidade de Campinas, 2007. 240p. Disponível em http://www.unfpa.org.br/Arquivos/livro_dinamica.pdf acesso em 20/09/12.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo demográfico de 2010. Disponível em: http://www.censo2010.ibge.gov.br/resultados_do_censo2010.php Acesso em 2011.
- INEA - Instituto Estadual do Ambiente. Elaboração do plano de recursos hídricos da região hidrográfica Macaé/Ostras, Rio de Janeiro: Instituto Estadual do Ambiente. 2014. 59 p.

- _____. Instituto Estadual do Ambiente. APA de Macaé de Cima: plano de manejo – análise da UC. Rio de Janeiro: INEA, 2014.
- _____. Instituto Estadual do Ambiente. APA de Macaé de Cima: resumo executivo. Rio de Janeiro: INEA, 2014.
- _____. Instituto Estadual do Ambiente. Resolução estadual nº 134/2016: define critérios e procedimentos para a implantação, manejo e exploração de sistemas agroflorestais; para a prática do pousio e uso do fogo controlado no Estado do Rio de Janeiro: INEA, 2016.
- IERVOLINO, S. A.; PELICIONI, M. C. F. A utilização do grupo focal como metodologia qualitativa na promoção da saúde. *Rev. Esc. Enfermagem. Universidade de São Paulo, USP*, v. 35, n.2, p.115-121, jun, 2001.
- JOCCOUD, R. L. de S. Os colonos. Nova Friburgo, RJ: Múltipla Cultural, 2001. 348p.
- LAMEGO, A. R. O homem e a serra. Biblioteca Geográfica Brasileira, série A, publicação nº 8, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, Conselho Nacional de Geografia, Setores da Evolução Fluminense IV, Edição da Divisão Cultural, 1963, 464 p.
- LANDI, M. P. M. e DUBOIS, J. C. Aspectos socioeconômicos da agricultura migratória na comunidade rural de Barra alegre, Bom Jardim, RJ. 19-27 pp. In: CAMPELLO, E. F. C. (ed.) Seminário sobre agricultura migratória na região serrana do Rio de Janeiro. Seropédica: EMBRAPA – Agrobiologia, 2004, 86p. In: LIMA, L. G. et al. Degradação ambiental dos solos: manejos diferentes em bioma de mata atlântica na região serrana/RJ. V Simpósio Nacional de Geomorfologia / Regional Conference on Geomorphology. Goiânia, GO, setembro de 2006.
- LASCHEFSKI, K. e COSTA, H. S. de M. Segregação social como externalização de conflitos ambientais: a elitização do meio ambiente na APA-SUL, região metropolitana de Belo Horizonte. *Ambiente e Sociedade*. Campinas. V. XI, nº 2, p. 307 – 322, jul – dez 2008.
- LIMA, L. G. et al. Degradação ambiental dos solos: manejos diferentes em bioma de mata atlântica na região serrana/RJ. V Simpósio Nacional de Geomorfologia / Regional Conference on Geomorphology. Goiânia, GO, setembro de 2006.
- LINCOLN, Y. S. e GUBA, E. G. Paradigmatic controversies, contradictions and confluences. In: N. K. Denzin & Y. Lincoln (Orgs.) *Handbook of qualitative research* (pp. 163-88). EUA: Sage Publications. In: GONDIM, S. M. G. Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. *Paideia*, 12(24), 149-161, 2003.

- LITTLE, P. E. A etnografia dos conflitos socioambientais: bases metodológicas e empíricas. s/d.
- _____. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. Horizontes antropológicos. 2006.
- LOUREIRO, C. F. B., AZAZIEL, M. e FRANCA, N. Educação ambiental e gestão participativa em unidades de conservação. Rio de Janeiro: Ibase: Ibama, 2003 43p.
- LOUREIRO, W. L. M.; VIEIRA NETO, J.; SILVA NETO, R. e BARROS, S. R. S. A Indústria do Petróleo em Macaé: características e impactos socioeconômicos sob a ótica do desenvolvimento sustentável. Vértices, v.16, n.2, p.189-220, 2014.
- MACAÉ. Prefeitura Municipal e Macaé. Câmara permanente de gestão / Coordenadoria geral do programa Macaé Cidadão. Anuário de Macaé. Macaé. 2012.
- MACHADO, C. J. S. O mundo da administração pública das águas do estado do Rio de Janeiro segundo o olhar de um antropólogo. Fundação Oswaldo Cruz. Brasil. Horizontes antropológicos. Porto Alegre, ano 12, nº 25, p. 171-190, jan/jun 2006.
- MARCONI, M. A. e LAKATOS, E. M. Metodologia do Trabalho Científico. 7. Ed. São Paulo: Atlas. 2008.
- MARTÍNEZ ALIER, J. O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração. 2ª ed. São Paulo. Contexto. 2015. 379p.
- MARTINS, A. L. B. A Disseminação da Agricultura Moderna no Município de Nova Friburgo: estratégias, tendências e contradições. Programa de Pós-graduação em Geografia - PPGG/ Universidade Federal Fluminense - UFF. 2012.
- MAYER, J. e ARAÚJO, J. de. Teia serrana: formação histórica e Nova Friburgo. Rio de Janeiro: ao Livro Técnico, 2003 In: SÁ REGO, V. V. B. Apa estadual de Macaé de Cima: Paraíso perdido ou preservado? Revista Enfoque. Universidade Cândido Mendes – UCAM, Nova Friburgo. 2012. Disponível em www.enfoquefriburgo.blogspot.com.br-seg.7demaiode2012 Acesso em 31/07/13.
- MELO, M. C. H. de e CRUZ, G. de C. Roda de conversa: uma proposta metodológica para a construção de um espaço de diálogo no ensino médio. Imagens da educação, v.4, n.2, p.31 – 39, 2014.
- MENDES, S. P. Implantação da APA Macaé de Cima (RJ): um confronto entre a função social da propriedade e o direito ao meio ambiente ecologicamente preservado. V Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação em Ambiente e Sociedade, ANPPAS, outubro 2010. 2010. Disponível em

<http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT16-640-642-20100903213802.pdf> Acesso em 12/08/13.

- MORGAN, D. Focus group as qualitative research. Qualitative research Methods Series. 16. London: Sage Publications. 1997. In: GONDIM, S. M.G. Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. Paideia, 12(24), 149-161, 2003.
- MOURA, P. A.; MOURA, T. A.; VEIGA, R. C. S.; KÍUA P.; SÁ REGO, V. V. B. Programa de Educação Ambiental: Águas para o futuro, monitoramento dos mananciais da microbacia do rio São Pedro da Serra, Região Hidrográfica VIII, Rios Macaé e Ostras, RJ. IV Seminário Regional sobre gestão de recursos hídricos quantidade e qualidade das águas, inovação tecnológica e recursos hídricos. V Fórum do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego.
- MOTA, L. De M. Produção agrícola, meio ambiente e saúde em áreas rurais de Nova Friburgo, RJ: conflitos e negociações. Tese (doutorado). Ministério da Saúde, MS, Fundação Osvaldo Cruz, FIOCRUZ, Escola de Saúde Pública Sérgio Arouca, Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana. 155 fl. 2009.
- NUPEM/UFRJ Carta das águas. Contribuição do NUPEM / UFRJ para a governança dos recursos hídricos do município de Macaé, RJ. Universidade Federal do Rio de Janeiro campus Macaé. 2015.
- ONU/Brasil (2013) “Pequenos Agricultores, Segurança Alimentar e Meio Ambiente” 2013. Disponível em <http://www.ifad.org/climate/resources/smallholdersreport.pdf> Acesso em 08/07/13.
- PÁDUA, J. A. Defensores da Mata Atlântica no Brasil colônia. Revista Nossa História, abril 2004.
- PAVESE, H. Delineamentos de uma economia verde. Política Ambiental 8: 15-23. 2011. Acesso em pdf no endereço: <http://www.conservation.org.br/publicacoes/politicaambiental8.php>
- PEIRIANO, M. A favor da etnografia. Rio de Janeiro. 1995. 162p.
- PEREIRA, G. R. de M. e CATANI, A. F. Espaço social e espaço simbólico: introdução a uma topologia social. Perspectiva. Florianópolis, v. 20, nº Especial, p. 107-120. Jul./Dez. 2002.
- PONTES, N. L. M. T. de. Classes sociais, identidade e reconhecimento: críticas bourdieusianas. Mediações, Londrina, v. 16, n. 2, p. 266-278, Jul/Dez 2011.
- PORTO- GONÇALVES, C. W. O desafio ambiental; Rio de Janeiro: Record, 2004.

- POSEY, D. A. Etnobiologia: teoria e prática. In: Ribeiro, B. G. (Org.) Suma Etnológica Brasileira Etnobiologia. FINEP, vol.1, Petrópolis, RJ: Vozes, pp. 15-26. 1986. In: FUENTES, N. M. M. Território, saberes e imagens: um estudo sobre a percepção da população do entorno sobre o Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, Rio de Janeiro, Brasil. Dissertação (mestrado). Macaé: Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ/campus Macaé Prof. Aloísio Teixeira, 2013. 142 fl..
- QUINTAS, J. S. Introdução à Gestão Ambiental Pública. IBAMA, série Educação Ambiental, Coleção Meio Ambiente, 2ª edição revista. Brasília, 2006.
- RAMBALDI, D. M.; MAGNANI, A.; ILHA, A.; LARDOSA, E.; FIGUEIREDO, P.; OLIVEIRA, R. F. de; Rio de Janeiro: Conselho Nacional para a Reserva da Biosfera na Mata Atlântica - CNRBMA, Série Estados e Regiões da RBMA, Caderno da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. 2003.
- REDIN, E. Política ambiental brasileira: limitações e desafios (apresentação oral). In: 50º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural - SOBER. Vitória - ES. 2012.
- RESENDE, C.M. Desenvolvimento, reconhecimento e distribuição: uma análise do Programa Nacional da Agricultura Familiar. 2014. 94fl. Monografia. Universidade Federal de Viçosa - UFV. Viçosa, MG.
- RICHARDSON, R. J. (Org.) Pesquisa social. Métodos e Técnicas. São Paulo. Atlas. 1999.
- RIO DE JANEIRO (Estado). Decreto nº 29.213, de 14 de setembro de 2001. Cria a Área de Proteção Ambiental de Macaé de Cima (APA de Macaé de Cima) no município de Nova Friburgo e dá outras providências.
- ROCHA, A. L. C. e ECKERT, C. Etnografia: saberes e práticas, artigo publicado no livro organizado por Célia Regina Jardim Pinto e César Augusto Barcellos Guazzelli, Ciências Humanas: pesquisa e método. Porto Alegre: Editora da Universidade. 2008. 23p. Disponível em Acesso em
- ROSUMEK, F. B. e MARTINS, R. P. Ecologia, filosofia e conservação. Brazilian Journal of Nature Conservation. 8(1), p. 87-89. July 2010. Natureza e Conservação.
- ROUÉ, M. Novas perspectivas em etnoecologia: “saberes tradicionais” e gestão dos recursos naturais In: CASTRO, E; PINTON, E. (Orgs.). Faces do Trópico Úmido: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente. Belém: Cejup/UFGA/NAEA, 1997. In: CARVALHO, I. S. H. e BERGAMASCO, S. M. P. P. Sociologia rural e etnociências: convergências e diálogos interdisciplinares. V Encontro Nacional ANPPAS. 2010.

- SÁ REGO, V. V. B. Apa estadual de Macaé de Cima: Paraíso perdido ou preservado? Revista Enfoque. Universidade Cândido Mendes – UCAM, Nova Friburgo. 2012. Disponível em www.enfoquefriburgo.blogspot.com.br-seg.7demaiode2012 Acesso em 31/07/13.
- SALVADORI, M. Honneth, Axel. Luta por reconhecimento: a gramática da moral dos conflitos sociais. Trad. De Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003 in Conjectura, v. 16, nº 1, jan / abr, 2011.
- SAMBUICHI, R. H. R., SILVA, A. P. M.; OLIVEIRA, M. A. C. e SAVIAN, M. (Orgs.) Políticas agroalimentares e sustentabilidade: desafios, oportunidade e lições aprendidas. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea, 2014, 280p.
- SANCHEZ, G. Sustentabilidade: Indicadores econômicos. Revista da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado do Rio de Janeiro, AEARJ, Edição Especial, outubro 2013, p. 30.
- SANTOS, L. B. dos. A criação de unidades de conservação no Espírito Santo entre 1940 e 2000: contextualização, conflitos e redes de interesse na apropriação social do meio ambiente. Tese (doutorado). Programa de Pós Graduação em História, PPGH do Centro de Ciências Humanas e Naturais, CCHN da Universidade Federal do Espírito Santo, UFES. 2016. 347 fls.
- SANTOS, W. B. A gestão de Unidades de conservação: a busca por um diálogo de saberes na APA Macaé de Cima. Anais do XII Encontro de Geógrafos da América Latina (EGAL), Montevideu, Uruguai, 15p, 2009. In: MENDES, S. P. Implantação da APA Macaé de Cima (RJ): um confronto entre a função social da propriedade e o direito ao meio ambiente ecologicamente preservado. V Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação em Ambiente e Sociedade, ANPPAS, outubro 2010. 2010. Disponível em <http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT16-640-642-20100903213802.pdf> Acesso em 12/08/13.
- SELLTIZ et al. Escolha de um tópico para pesquisa. In: Métodos de pesquisa nas relações sociais. SP. EDUSP, 1967.
- SILVA, J.A.A. (Org.); NOBRE, A.D.; MANZATTO, C.V.; JOLY, C.A.; RODRIGUES, R.R.; SKORUPA, L.A.; NOBRE, C.A.; AHRENS, S.; MAY, P.H.; SÁ, T.D.A.; CUNHA, M.C. e RECH FILHO, E.L. O Código florestal e a Ciência: contribuições para o diálogo. São Paulo. Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, SBPC; Academia Brasileira de Ciências, ABC. 2011. 124p.
- SILVA, M. O. S. e SOUZA S. M. P. S. Prática da investigação-ação. São Paulo. Cortez. 1984

- SOFFIATTI, A. Parque Estadual do Desengano: história, economia e sociedade. Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego, Campos dos Goytacazes, RJ, v. 3, nº 1, p. 51 – 106, jan./jun. 2009.
- SOUZA, P. A. de; OLIVEIRA, D. de; HINGEL, R. de L.; CUNHA, A.; MARÇAL, M. Caracterização do uso da terra na bacia do Rio Macaé (RJ). Anais. XIII Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada, Viçosa, MG. 2009. Disponível em http://www.sigma.uff.br/UFRJ/sigma/producoes/consulta/relatorio.stm?app=PRODUCOES&id_producao=298289&buscas_cruzadas=ON. Acesso em 27/06/14.
- THIOLLENT, M. Metodologia da pesquisa-ação. São Paulo. Cortez, 1986.
- TEIXEIRA, O. A. Agricultura, meio ambiente e pesquisa interdisciplinar: alguns elementos para o debate. Revista Agricultura Sustentável. Centro Nacional de Pesquisa de Monitoramento e Avaliação de Impacto Ambiental, CNPMA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, EMBRAPA. Ano 2, janeiro/junho 1995, nº 1. p. 31–37. 1995.
- TEIXEIRA, V.L. Novos contornos ocupacionais no meio rural fluminense: um estudo sobre a pluriatividade entre agricultores familiares. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) Universidade Estadual de Campinas, Unicamp. 263 fls. 2009. Disponível em www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=000471738 Acesso em 03/04/15.
- WERNECK, B. R. e SILVA, J. A. F. Avaliação da susceptibilidade à degradação ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Macaé-RJ com apoio do Geoprocessamento. *Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego*, 4 (2): 155-171.2010.
- UNESCO http://www.rbma.org.br/mab/unesco_01_oprograma.asp# Reserva da Biosfera.
- VEIGA, L. e GONDIM, S. M. G. a utilização de métodos qualitativos na ciência política e no marketing político. Opinião Pública. 2 (1), 1-15. 2001. In: GONDIM, S. M. G. Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. Paideia, 12(24), 149-161, 2003.
- VIANNA, L. P. De invisíveis a protagonistas: populações tradicionais e unidades de conservação. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2008. In: SANTOS, L. B. dos. A criação de unidades de conservação no Espírito Santo entre 1940 e 2000: contextualização, conflitos e redes de interesse na apropriação social do meio ambiente. Tese (doutorado). Programa de Pós Graduação em História, PPGH do Centro de Ciências Humanas e Naturais, CCHN da Universidade Federal do Espírito Santo, UFES. 347 fls.

ZHOURI, A. e LASCHEFSKI, K. (Orgs.) Desenvolvimento e Conflitos Ambientais: Um novo campo de investigação. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 11-34.

APÊNDICES

Apêndice 1:ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

-----Primeiro Encontro-----

1) PERCEPÇÕES DA NATUREZA

- a) Vocês podem definir NATUREZA?
- b) Esta NATUREZA como era e como está?

2) LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

- a) Para vocês é importante criar LEIS AMBIENTAIS? Por quê?
- b) Que LEIS AMBIENTAIS vocês conhecem? Como e onde isso aconteceu?
- c) Vocês conhecem alguma instituição ambiental? Em que situação isso aconteceu?
- d) Qual a importância das Matas Ciliares?
- e) Vocês conhecem ou participam de alguma política pública (governo) ambiental de proteção de recursos hídricos? Qual?

VÍDEO: Vamos falar sobre solos! (youtube)

-----Segundo Encontro-----

3) CIDADANIA

- a) Os políticos eleitos ouvem os (a) agricultores (a) na hora de fazer as leis? Por quê?
- b) Vocês têm tentado participar do processo de modificar e fazer novas leis? Como?

4) PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

- a) Como é ser agricultor (a) aqui?
- b) Vocês lembram de algum tipo de cultivo que se fazia no passado e não se faz hoje em dia? O que impossibilita esta produção?
- c) Vocês já ouviram falar em Segurança Alimentar e Nutricional? Quando e onde?
- d) Para vocês é possível produzir e conservar? Como?
- e) Como vocês veem o futuro da atividade agrícola em São Pedro da Serra e vizinhanças?
- f) Que recomendações vocês dariam para a continuidade desta atividade?

FOTOS Hungryplanet

Apêndice 2: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

O(a) Sr(a) foi selecionado(a) e está sendo convidado(a) para participar da pesquisa intitulada: ”Recomposição de matas ciliares: possibilidades e desafios na percepção de agricultores familiares da bacia hidrográfica do Rio Macaé”, que tem como objetivo geral: Caracterizar a percepção dos agricultores familiares em relação à coexistência da atividade agropecuária economicamente viável e à implantação ou aumento de áreas de vegetação nativa, conforme preconizado pelo Novo Código Florestal e pelo Plano de Manejo da APA de Macaé de Cima. Este é um estudo baseado em uma abordagem Qualitativa, utilizando como método o Grupo Focal.

A pesquisa tem duração de 2 (dois) anos, com o término previsto para Março de 2016. Suas respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial, isto é, em nenhum momento será divulgado o seu nome em qualquer fase do estudo. Quando for necessário exemplificar determinada situação, sua privacidade será assegurada, uma vez que seu nome será substituído de forma aleatória. Os dados coletados serão utilizados apenas NESTA pesquisa e os resultados divulgados em eventos e/ou revistas científicas.

Sua participação é voluntária, isto é, a qualquer momento você poderá recusar-se a responder qualquer pergunta ou desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o(a) pesquisador(a).

Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder às perguntas a serem realizadas sob a forma de Entrevista Grupal semi-estruturada. A entrevista será registrada em gravador digital, câmera fotográfica e câmera de vídeo para posterior transcrição – estes documentos serão guardados por cinco (05) anos e inutilizados após esse período.

O(a) Sr.(a) não terá nenhum custo ou quaisquer compensações financeiras.

O benefício relacionado à sua participação será o de aumentar o conhecimento científico para a área de Ciências Ambientais e Conservação. Exemplos: Políticas Públicas para o Desenvolvimento Socioambiental, Segurança Alimentar e Nutricional, Desenvolvimento Rural Sustentável, etc.

O(a) Sr.(a) receberá uma cópia deste termo onde consta o celular/e-mail do pesquisador responsável, e demais membros da equipe, podendo tirar as suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento. Desde já agradecemos!

Nome do Orientador

Nome da Orientanda

Pesquisador Principal
Rodrigo Lemes Martins
cel: 22 981367226 (tim)
e-mail: rod.lemes@bol.com.br

Pós-Graduanda
Raquel Tavares Salles de Sousa
Cel: 22 999104205 (vivo)
e-mail: raqueltssousa@hotmail.com

Declaro estar ciente do inteiro teor deste TERMO DE CONSENTIMENTO e estou de acordo em participar do estudo proposto, sabendo que dele poderei desistir a qualquer momento, sem sofrer qualquer punição ou constrangimento. Recebi uma cópia assinada deste formulário de consentimento.

_____, ____ de _____ de 2015.

Participante da Pesquisa: _____

(Assinatura)

CASO O TCLE ULTRAPASSE UMA LAUDA, SUGERIMOS A INCLUSÃO DE ASSINATURA NAS PÁGINAS ANTERIORES A DA ASSINATURA.

Pesquisador Principal (instituição)

Participante da pesquisa

Apêndice 3 : Tabela 01 - Atividades mensais desenvolvidas em trabalho de campo com os agricultores em São Pedro da Serra, Nova Friburgo, RJ, durante os três anos de pesquisa e extensão

Tabela 3: Atividades mensais desenvolvidas em trabalho de campo com os agricultores em São Pedro da Serra, Nova Friburgo, RJ, durante os três anos de pesquisa e extensão:

ATIVIDADES	2013												2014												2015											
	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Informantes/ Entrevistas										X	X																									
Visita ao MP RJ												X																								
Reuniões AFASPS																		X																		
Aniversário AFASPS												X									X															
Exposição AFASPS																			X																	
Visita à Emater-Rio																					X															
Visitas em propriedades																							X													
Grupo Focal																																		X		

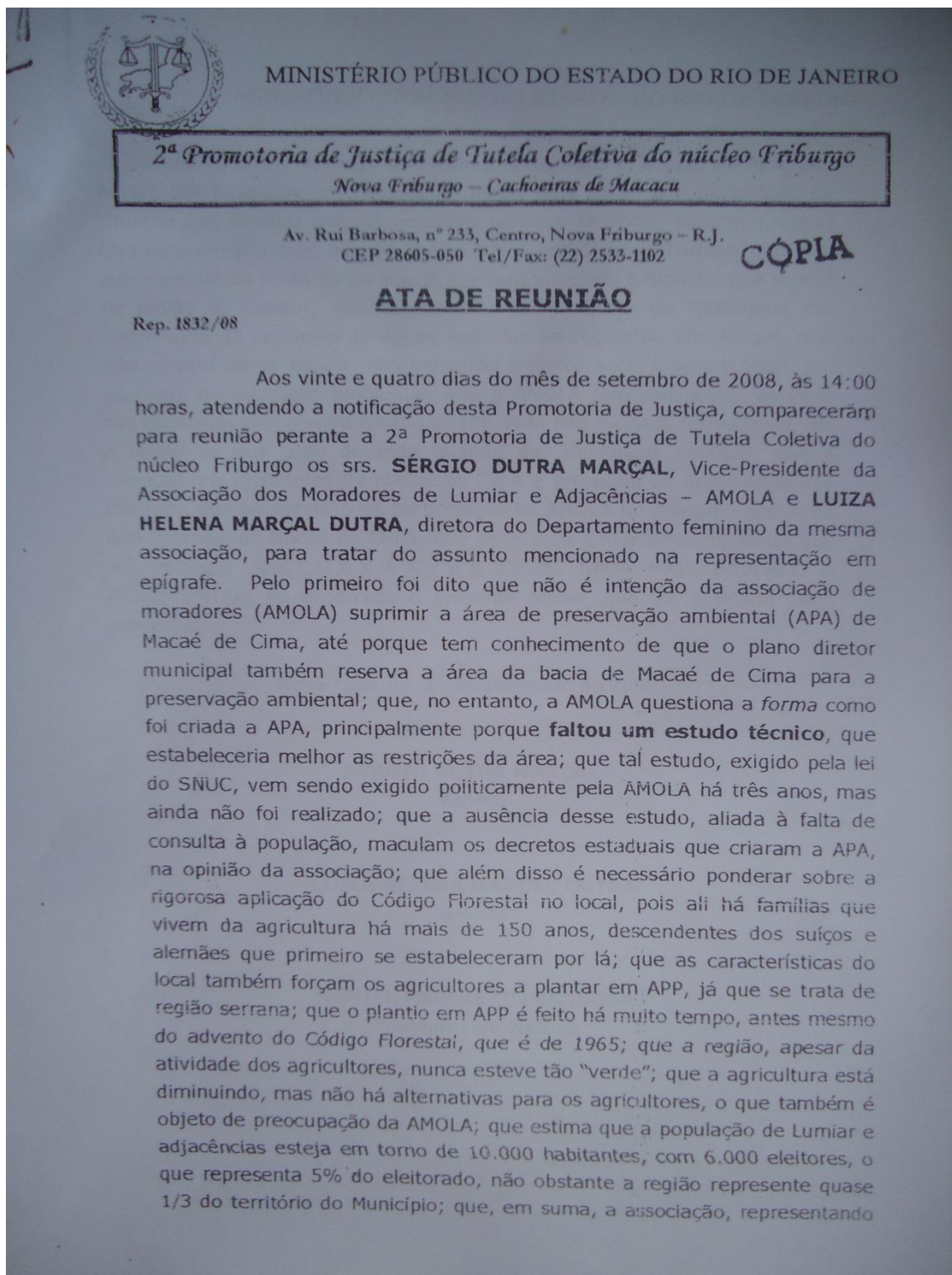
Apêndice 4: Tabela 03 - Unidades de conservação nas diferentes esferas da administração pública, localizadas na região do alto curso do Rio Macaé conforme a década em que foram aprovadas

Tabela 2 – Unidades de conservação nas diferentes esferas da administração pública, localizadas na região do alto curso do Rio Macaé conforme a década em que foram aprovadas:

	Federal	Estadual	Municipal
1950	Decreto Federal número 29.544 de 09 de maio de 1951, que declara protetoras, de <i>acôrdo</i> com art. 4º, item a, combinado com o art. 11 e seu parágrafo único, do Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934, parte das florestas e matas existentes na Fazenda Pedra Branca no município fluminense de Nova Friburgo, e dá outras providências;		
1960		Decreto Lei número 131 de 24 de outubro de 1969, que definiu quatro áreas prioritárias para a criação de reservas florestais no estado do Rio de Janeiro, entre elas as nascentes do rio Macaé, onde hoje é o Parque Estadual dos Três Picos – PETP;	
1980			Lei Municipal número 1.556 de 17 de outubro de 1980, que declara a bacia do Rio Macaé em Nova Friburgo como área de preservação permanente;
1990	Criação da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA – MaB/UNESCO) em 1992;		Decreto municipal número 156 de 03 de janeiro de 1990, que cria a Reserva Ecológica Municipal de Macaé de Cima gerida pelo Jardim Botânico do Rio de Janeiro;

<p>Áreas de Proteção Ambiental - APA's Municipais em Nova Friburgo a partir de 1992: dos Três Picos, da Caledônia, do Rio Bonito;</p>	<p>Lei Municipal número 1.595/95, que cria o Parque Municipal Fazenda Atalaia;</p>
<p>Decreto municipal número 442 de setembro de 1996, que cria o Plano de Zoneamento Ambiental da Reserva Ecológica;</p>	<p>Lei Municipal número 2.172/01, que cria a APA do Sana.</p>
<p>Decreto Estadual número 29.213 de 14 de setembro de 2001, que institui a Área de Proteção Ambiental (APA) de Macaé de Cima;</p> <p>Decreto Estadual número 31.343 de 05 de junho de 2002, que institui o Parque Estadual dos Três Picos; e sua ampliação territorial em 12 de agosto de 2009 pelo Decreto Estadual número 41.990;</p>	<p>Portaria IEF/RJ/PR nº 193 de 26 de dezembro de 2006, publicação do Plano de Manejo do Parque Estadual dos Três Picos;</p>

ANEXO 1 – Cópia de Ata de Reunião (duas páginas) da AMOLA e o MP-RJ em 24/09/2008 em atendimento a notificação da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do núcleo Friburgo, Nova Friburgo, RJ





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

os moradores do local, exige a revisão dos decretos criadores da APA, que devem ser baseados em estudos técnicos, bem como a consideração da situação das famílias que há gerações plantam no local, para que depois seja feito um plano de manejo adequado à realidade de Lumiar; que frisa que o comitê da bacia do rio Macaé não tem investido o dinheiro que recebe na região de Lumiar; que tal comitê recebe verbas de Municípios, em decorrência da captação de águas nascidas na região do alto Macaé, mas não investe nessa região, não existindo projetos sociais para o local, por exemplo, de educação ambiental; que a AMOLA tem conseguido avanços nas tratativas com a nova gestão do IEF, mas não há nada formalizado, daí o receio de que tudo desande quando das mudanças políticas; que a intenção dos lavradores de Macaé de Cima é preservar as áreas onde não plantam; que há previsão de participação da AMOLA no conselho gestor da APA estadual de Macaé de Cima; que pede para juntar os documentos que ora entrega; ~~XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX~~ NADA MAIS HAVENDO A ACRESCENTAR, foi encerrado o presente termo, que vai assinado pelos presentes.

Nova Friburgo, 24 de setembro de 2008.

SÉRGIO DUTRA MARÇAL
Amola

LUIZA HELENA MARÇAL DUTRA
Amola

DANIEL FAVARETTO BARBOSA
Promotor de Justiça

ANEXO 2 – Informativo da UFT com circulação em julho de 2008, uma iniciativa popular de divulgação sobre os objetivos da APA-MC na região e a opinião dos moradores

U
F
T



INFORMATIVO UNIÃO FAMÍLIAS DA TERRA ANO I - Nº 1 - JULHO DE 2008

UNIÃO FAMÍLIAS DA TERRA



O que é uma APA?

São três letras: um "A", um "P" e um "A", são as iniciais das palavras: Área de Proteção Ambiental.

Qual o principal objetivo da APA?

Proteger a região.

Será a APA boa ou ruim para o povo?

Depende... Ela pode ser boa como pode ser ruim, vai depender da maneira que for feita.

Qual seria a maneira correta de fazer uma APA?

Na lei do SNUC, diz bem claro que as APAs também tem que ter a participação da população tradicional e local na criação, implantação e gestão.

Foi aí que esta APA começou fora da lei, zeraram tudo errado. Grupos de magnatas se reuniram a cabeceira do Rio Bonito, não deixaram a população local participar e assim foi desenhada e criada esta APA equivocada de Macaé de Cima.

O então governador Antony Garotinho, que nunca esteve aqui, a decretou em 14 de setembro de 2001, botou na gaveta e nós só fomos saber que existia

essa APA em 2005.

Assim foi criada esta APA, "na moita" e fora da lei. Nós sabemos que esta APA foi feita pura e simplesmente com interesse na água dessa região.

A prova disso que os artigos que compõem o decreto desta APA falam em proteger a natureza, mas a sua maioria é em defesa das águas e dos rios. Sabemos que este nosso rio já vai ser explorado para abastecer toda a região de Macaé, retirando-se, diariamente, 13.000.000 de litros de água. O mapa que delimita esta APA foi feito milimetricamente para pegar toda a bacia do rio Macaé. Quer dizer todo filete de água que corre em direção a este rio é a APA.

Posso afirmar com certeza: esta APA foi feita por interesses próprios de abastecimento à região da baixada.

O que fizeram foi uma forma disfarçada para confiscar toda essa região e expulsar lentamente o povo tradicional através da opressão, repressão, fiscalização e multa, porque esta APA de Macaé de Cima não deixa condição de subsistência para este povo.

Maneira simples e barata de confiscar nossas propriedades

Se precisam da água nascente de nossas propriedades para nossos irmãos lá da baixada, tudo bem.

Mas o que queremos é ser reconhecidos e recompensados.

Ao invés de mandar a repressão, a proibição, fiscalização e multa, que irá levar este nosso paraíso a fome, a miséria, ao desequilíbrio social e a consequência será o aumento da marginalidade.

E é aí que todos saíram perdendo, porque estamos no mesmo barco.

O que queremos é investimento, este nosso rio explorado irá render milhões em contas de água por mês. Temos o direito em uma parcela, porque esta água nasce aqui. Fala-se muito, mas realiza-se muito pouco.

Naquela audiência em que fizemos na ALERJ em 17 de outubro do ano passado, o deputado Alessandro

Calazans falou que encontrou aqui, no Quinto e Sétimo distritos, um povo carente e desamparado.

Um vereador, aqui do município de Nova Friburgo, disse com todas as letras que a região de Lumiar está engessada.

Isto é muito sério, pois não estamos falando de um lugarzinho qualquer e sim de um terço do município de Nova Friburgo, com 10 a 15 mil pessoas, que já foi o maior produtor de inhame deste país.

Onde estão as autoridades deste município que não enxergam isso, que nos deixaram abandonados e engessados.

E por isso criamos o movimento União Famílias da Terra (UFT) para unir o povo e lutar por justiça, dignidade e respeito.

O que nós queremos é que sejam revogados os decretos desta APA de Macaé de Cima, equivocada e conflitante e cheia de interesses particulares para que possamos fazer outra APA, seguindo a lei do SNUC e com a participação de todos os segmentos da população local.

Entendemos que o mundo mudou, o planeta precisa de todos nós e que temos que preservar este nosso paraíso para as futuras gerações.

Queremos construir uma nova APA consciente com a responsabilidade de todos e que tenha a participação desde o doutor até o cidadão mais simples e que seja debatido com todos os segmentos desta região, para que se dêem condições de subsistência a todos.

Continua na página 2



